



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

VALERIA ELIZABETH ROSALES ANDRADE

**A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA MULHERES INDÍGENAS NO EQUADOR: a
perspectiva interseccional na formulação de políticas públicas**

Brasília

2025

VALERIA ELIZABETH ROSALES ANDRADE

**A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA MULHERES INDÍGENAS NO EQUADOR: a
perspectiva interseccional na formulação de políticas públicas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Direito da Universidade de Brasília como requisito
para obtenção do grau de Mestra.

Linha de Pesquisa: Sociedade, Conflito e Movimentos
Sociais.

Sublinha de Pesquisa: Direito Achado na Rua, Pluralismo
Jurídico e Direitos Humanos.

Orientadora: Profa. Dra. Livia Gimenes Dias da Fonseca.

Brasília

2025

VALERIA ELIZABETH ROSALES ANDRADE

**A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA MULHERES INDÍGENAS NO EQUADOR: a
perspectiva interseccional na formulação de políticas públicas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Direito da Universidade de Brasília como requisito
para obtenção do grau de Mestra.

Linha de Pesquisa: Sociedade, Conflito e Movimentos
Sociais.

Sublinha de Pesquisa: Direito Achado na Rua, Pluralismo
Jurídico e Direitos Humanos.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Livia Gimenes Dias da Fonseca (Orientadora)

Universidade de Brasília - UnB

Profa. Dra. Talita Tatiana Dias Rampin

Universidade de Brasília - UnB

Profa. Dra. Isis Dantas Menezes Zornoff Tabo

Universidade de Brasília - UnB

Profa. Dra. Thayse Edith Coimbra

Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB)/ Instituto Brasileiro de Ensino,
Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) (Membro Externo)

Para a minha mãe.

Para a minha família e a chiripa.

E especialmente para as mulheres que fazem parte da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a todos os que contribuíram para a conclusão dessa etapa. Em especial, à professora Dra. Livia Gimenes Dias da Fonseca, pela orientação, paciência, generosidade e ajuda constante.

A minha família, Dome, Cris e Octavio, que são a minha motivação diária. A minha mãe, Marjorie, que me inspira e fortalece todos os dias. Agradeço aos meus amigos: Giovanna, Dalila, Rafaela, Salomé, José, Eduarda, Karol, Paula Andrea, Camila, Micaela, Aydee, Belén, Jacobo, Luís e Andrés, pela companhia, parceria e boas lembranças. Agradeço também, ao Vinícius, Marileide e sua família, pelo carinho e apoio.

Por último, mas não menos importante, agradeço às professoras Livia Pereira de Araújo e Larisse Araújo Lima, pela sua compreensão, motivação e paciência durante este processo.

“Nosotros somos como los granos de quinua, si estamos solos, el viento lleva lejos. Pero si estamos unidos en un costal, nada hace el viento. Bamboleará, pero no nos hará caer. Somos como la paja de páramo que se arranca y vuelve a crecer... y de paja de páramo sembraremos el mundo”.

Dolores Cacuango

RESUMO

Esta dissertação analisa criticamente a formulação e a implementação das políticas públicas de combate à violência de gênero contra mulheres indígenas no Equador, à luz da perspectiva interseccional. A pesquisa parte do reconhecimento de que as mulheres indígenas estão situadas em uma posição de vulnerabilidade agravada pela sobreposição de diferentes sistemas opressores, tomando como referência a autoras como Kimberlé Crenshaw, Rita Segato, Patrícia Hill Collins, Aída Hernández, entre outras. Nesse sentido, adotou-se uma metodologia qualitativa de caráter exploratório e analítico, assim como a análise de documentos e dados estatísticos secundários, com o intuito de abordar o estudo fenomenológico da violência e as experiências subjetivas enfrentadas pelas mulheres indígenas. O trabalho está organizado em quatro capítulos. O primeiro apresenta uma contextualização histórica da marginalização indígena, destacando o papel da colonização e da mestiçagem na exclusão dos povos originários. O segundo capítulo examina a participação das mulheres indígenas nos movimentos sociais e políticos, evidenciando a invisibilização de suas lideranças e as discrepâncias entre suas reivindicações e as dinâmicas patriarcais das suas comunidades. O terceiro capítulo explora o contexto da violência de gênero no Equador, com base em dados estatísticos e documentos oficiais, destacando as formas específicas de violência enfrentadas pelas mulheres indígenas. Por fim, o quarto capítulo discute a interseccionalidade como ferramenta teórica e prática fundamental para a construção de políticas públicas que promovam de fato a equidade e a justiça social. Conclui-se que a ausência da perspectiva interseccional nas políticas públicas perpetua as desigualdades e a violência estrutural contra as mulheres indígenas. Dessa forma, recomenda-se a incorporação de abordagens interseccionais nos processos de formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas, considerando as múltiplas dimensões da identidade e da opressão que configuram a realidade dessas mulheres no Equador.

Palavras-chave: Equador; interseccionalidade; violência de gênero; mulheres indígenas; políticas públicas.

ABSTRACT

This dissertation critically analyzes the formulation and implementation of public policies aimed at combating gender-based violence against Indigenous women in Ecuador, from an intersectional perspective. The research is grounded in the recognition that Indigenous women occupy a position of heightened vulnerability, shaped by the overlapping of multiple systems of oppression. Key theoretical contributions from authors such as Kimberlé Crenshaw, Rita Segato, Patricia Hill Collins, and Aída Hernández, among others, are used to frame the analysis. To this end, a qualitative methodology of an exploratory and analytical nature was employed, incorporating document analysis and the review of secondary statistical data. This approach seeks to engage with the phenomenological aspects of violence and the subjective experiences of Indigenous women. The dissertation is structured into four chapters. The first chapter offers a historical contextualization of Indigenous marginalization, emphasizing the roles of colonization and *mestizaje* in the exclusion of Indigenous peoples. The second chapter explores the participation of Indigenous women in social and political movements, underscoring the invisibilization of their leadership and the tensions between their demands and the patriarchal structures within their communities. The third chapter examines the broader context of gender-based violence in Ecuador, drawing on statistical data and official documents to highlight the specific forms of violence experienced by Indigenous women. Finally, the fourth chapter discusses intersectionality as both a theoretical and practical tool for the construction of public policies that genuinely promote equity and social justice. The dissertation concludes that the absence of an intersectional perspective in public policy perpetuates inequality and structural violence against Indigenous women. It recommends that intersectional approaches be integrated into the processes of policy formulation, implementation, and monitoring, with attention to the multiple dimensions of identity and oppression that shape the lived realities of Indigenous women in Ecuador.

Keywords: Ecuador, intersectionality; gender violence; indigenous women; public policies.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 01 - Tabela binária: Respostas de mulheres indígenas sobre papéis de gênero, liderança, racismo e reivindicação de direitosp. 75
- Tabela 02 - Tabela binária de respostas de mulheres indígenas sobre violência de gênero, tratamento de casos, barreiras no acesso à justiça e atenção do Estadop.82
- Tabela 03 - Tabela sobre as pesquisas relacionadas com a violência intrafamiliar, violência contra a mulher e violência de gênero p. 107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADDHH	Alianza por los Derechos Humanos
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CEDIME	Centro para el desarrollo y la investigación de los movimientos sociales del Ecuador
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CNE	Consejo Nacional Electoral
COIP	Código Orgánico Integral Penal
CONAICE	Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Costa Ecuatoriana
CONAIE	Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador
CONFENAIE	Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonía
CNIG	Consejo Nacional para la Igualdad de Género
ECUARUNARI	Ecuador Runacunapac Riccharimui
ENVIGMU	Encuesta nacional sobre relaciones familiares y violencia de género contra las mujeres
FEI	Federación Ecuatoriana de Indios
FEINE	Confederación de Pueblos y Organizaciones Indígenas Evangélicas del Ecuador
FENOC	Federación Nacional de Organizaciones Campesinas
FENOCIN	Confederación Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Negras del Ecuador
FGE	Fiscalía General del Estado
FILAC	Fondo para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas de América Latina y El Caribe
INEC	Instituto Nacional de Estadísticas y Censos de Ecuador
LOIPEVM	Ley Orgánica Integral para Prevenir y Erradicar la Violencia contra las Mujeres
OECO	Observatorio Ecuatoriano de Crimen Organizado
OIG	Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe (OIG)

ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento
UCIA	Unión de Comunidades Indígenas del Azuay
WEF	World Economic Forum

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	CONTEXTUALIZAÇÃO: Colonialidade, mestiçagem e a construção da marginalização indígena no Equador.....	19
1.1	A política de branqueamento por meio da mestiçagem no Equador.....	20
1.2	A rejeição aos indígenas na construção da identidade nacional	22
1.3	Resultados da rejeição aos indígenas: racismo e exclusão do âmbito público... 25	
1.4	Resistência por parte dos indígenas: os protestos indígenas de 1990, 2019 e 2022	29
1.4.1	<i>Levantamiento indígena de 1990 ou “Levantamiento del Inti Raymi”</i>	<i>30</i>
1.4.2	<i>Levantamiento indígena de 2019</i>	<i>32</i>
1.4.3	<i>Levantamiento indígena de 2022.</i>	<i>35</i>
2	OS DIREITOS EM PROL DA IGUALDADE DAS MULHERES INDÍGENAS: abordagem do seu papel ao interior das suas comunidades, perante o Estado e os conflitos enfrentados	38
2.1	O papel das mulheres dentro do movimento indígena equatoriano e sua participação política	40
2.2	Conflitos na luta pelos direitos construídos com base na igualdade das mulheres indígenas.....	46
2.3	O debate sobre os direitos coletivos e os direitos individuais em prol da igualdade das mulheres: análise breve das relações de gênero nas comunidades indígenas	51
3	CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO EQUADOR.....	57
3.1	Violência de gênero contra mulheres indígenas.	63
3.2	Vulnerabilidades das mulheres indígenas no âmbito da violência de gênero	68
3.3	Violência de gênero no Equador: dinâmicas de gênero, liderança, racismo e apoio dentro das comunidades indígenas	73
3.3.1	Experiências de mulheres indígenas respeito da violência de gênero no Equador ...	81
4	A INTERSECCIONALIDADE E SUA INCLUSÃO NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.	88
4.1	A interseccionalidade no marco jurídico equatoriano	92

4.2	A erradicação da violência de gênero no Equador como política de estado e a interseccionalidade: entrevista à <i>Subsecretaria de Prevención y Erradicación de Violencia contra las Mujeres, Niñas, Niños y adolescentes</i>.....	97
4.3	A perspectiva interseccional nos instrumentos para a elaboração de políticas públicas: as pesquisas sobre violência de gênero.....	104
4.3.1	Encuesta Demográfica y de Salud Materna e Infantil (ENDEMAIN) de 1999	110
4.3.2	Encuesta Demográfica y de Salud Materna e Infantil (ENDEMAIN) de 2004.....	111
4.3.3	Encuesta Nacional de Relaciones Familiares y Violencia de Género contra las Mujeres (ENVIGMU) de 2011	113
4.3.4	Encuesta Nacional de Relaciones Familiares y Violencia de Género contra las Mujeres (ENVIGMU) de 2019	114
4.3.5	Análise sobre a aplicação da perspectiva interseccional nas pesquisas sobre violência de gênero	116
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
	REFERÊNCIAS.....	126
	ANEXOS.....	136
	Termo de consentimento Maria Luisa Morales	137
	Termo de consentimento Ninari Chimba	139
	Termo de consentimento Pakarina Gualinga	143
	Termo de consentimento Shirley Loor	145
	Termo de consentimento Estefania Lalvay.....	147

INTRODUÇÃO

A violência de gênero constitui uma das formas mais persistentes e complexas de violação dos direitos humanos na América Latina, afetando de maneira desproporcional mulheres de grupos historicamente marginalizados. No Equador, as mulheres indígenas enfrentam múltiplas camadas de discriminação e opressão, resultantes de uma herança colonial que perpetuou desigualdades raciais, econômicas, sociais e de gênero. As políticas eurocentristas de branqueamento por meio da mestiçagem marcaram as assimetrias sociais do país, de forma que a violência atinge de maneira especialmente grave as mulheres indígenas.

Essas estruturas de dominação ainda operam nos âmbitos institucional, político e cultural fazendo com que as experiências das mulheres se vejam intensificadas por fatores interrelacionados, como sua etnia, classe social, racismo e o sistema patriarcal. Embora o Estado equatoriano tenha avançado em termos normativos no enfrentamento da violência de gênero, as políticas públicas ainda falham ao desconsiderar as especificidades e experiências dessas mulheres, operando muitas vezes sob uma lógica universalista que invisibiliza as desigualdades interseccionais.

A presente dissertação tem como objetivo principal examinar a formulação e a implementação das políticas públicas voltadas à prevenção e ao combate à violência de gênero contra mulheres indígenas no Equador, à luz da perspectiva interseccional. Parte-se do preceito de que a abordagem interseccional, ao reconhecer a sobreposição de sistemas opressores — como o sexismo, o racismo, o classismo e a colonialidade —, oferece uma ótica indispensável para compreender a complexidade das experiências de violência enfrentadas por essas mulheres. Nesse sentido, este trabalho busca não apenas problematizar as limitações das políticas existentes, mas também apontar caminhos para a construção de estratégias estatais mais inclusivas, efetivas e alinhadas à diversidade étnico-cultural.

O primeiro capítulo traça o contexto histórico, político e cultural da marginalização dos povos indígenas no Equador. A análise concentra-se na formação do imaginário nacional fundamentado na exclusão, inferiorização e invisibilização das populações indígenas, com ênfase nas mulheres. A partir do referencial da colonialidade do poder, desenvolvido por Aníbal Quijano, e de autoras como Catherine Walsh e Manuela Picq, evidencia-se como a colonização e seus legados estruturaram as desigualdades racial e de gênero que ainda persistem nas instituições e na sociedade equatoriana. A mestiçagem, promovida como política de branqueamento e homogeneização cultural, foi um dos principais mecanismos de apagamento das identidades indígenas e de supressão das formas de existência dessas populações.

No segundo capítulo, o foco recai sobre a trajetória de luta e resistência das mulheres indígenas em seus movimentos e comunidades, bem como perante o Estado. Apesar de sua participação histórica em processos de ação social, as mulheres indígenas foram constantemente relegadas a papéis secundários e tiveram sua liderança invisibilizada, tanto nas estruturas patriarcais das comunidades quanto nas narrativas hegemônicas da história política nacional. A análise resgata figuras emblemáticas como Tránsito Amaguaña e Dolores Cacuango, demonstrando como essas mulheres, mesmo diante de múltiplas opressões, protagonizaram iniciativas de resistência e construção de alternativas de organização social. O capítulo também examina a complexa relação entre gênero e identidade étnica no contexto dos movimentos indígenas, revelando os dilemas enfrentados por essas mulheres ao desafiar tanto o patriarcado quanto o racismo institucional.

O terceiro capítulo discute o contexto da violência de gênero no Equador com base em dados estatísticos e instrumentos legais adotados. Apesar dos avanços normativos, os índices de violência permanecem preocupantes, especialmente entre mulheres indígenas e afrodescendentes¹A análise evidencia que a violência de gênero não pode ser separada das condições estruturais que a sustentam: a exclusão social, a impunidade, a reprodução de estereótipos, a precariedade no acesso à justiça e a falta de políticas interseccionais que contemplem a diversidade de experiências femininas no país. É dada atenção particular ao impacto do crime organizado e da violência institucional, que têm exacerbado a situação de vulnerabilidade das mulheres indígenas, sobretudo nas zonas rurais e nas regiões com forte presença de conflitos territoriais e atividades extrativistas.

O quarto e último capítulo aprofunda o debate sobre a interseccionalidade como ferramenta analítica e política. A partir das contribuições de Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins, Aída Hernández Castillo e Rita Segato, propõe-se uma reflexão crítica sobre os limites do feminismo hegemônico e das políticas públicas baseadas em modelos universalistas. Defende-se que uma abordagem interseccional é indispensável para a elaboração de políticas efetivas de enfrentamento à violência de gênero, principalmente no que se refere a grupos como as mulheres indígenas, que enfrentam múltiplas formas de discriminação e exclusão. O capítulo

¹ À diferença do Brasil, no Equador existe uma classificação diversa para a identificar às categorias raciais. Nesse sentido, para fins de apresentar categorias associadas à representação identitária de uma sociedade, utiliza-se o termo “afroecuadoriano” (Antón, 2008, p. 95). Como conceito, o termo afroecuadoriano envolve a aproximação descritiva e sócio-histórica da construção da identidade dos equatorianos descendentes de africanos (Antón, 2008, p. 95). Por outro lado, o termo “afrodescendente” é uma categoria que abrange a todos os povos descendentes direta ou indiretamente da diáspora africana do mundo (Antón, 2008, p. 95). Ambos os termos são utilizados para identificar as pessoas negras do Equador. A nível constitucional, o termo afroecuadoriano designa um dos povos ancestrais do Equador, junto com os indígenas, e montubios (Equador, 2008, art. 60).

também analisa as obrigações internacionais assumidas pelo Equador e os marcos legais nacionais à luz da perspectiva interseccional, discutindo a necessidade de políticas que considerem conjuntamente os direitos individuais e coletivos, o reconhecimento cultural e a autodeterminação dos povos.

Nesse contexto, os objetivos desta dissertação são: (1) descrever a realidade social, política e cultural do Equador, com ênfase na marginalização histórica das mulheres indígenas e sua exclusão das políticas de gênero; (2) explorar a complexidade da situação dessas mulheres frente à violência de gênero, considerando as intersecções entre etnia, classe, gênero e território. (3) analisar a formulação de políticas públicas de combate à violência de gênero no Equador, com foco na incorporação (ou ausência) da perspectiva interseccional; e (4) destacar a importância da interseccionalidade como princípio orientador na construção de políticas públicas eficazes.

Para cumprir tais objetivos, a presente pesquisa adotou uma metodologia qualitativa de caráter exploratório e analítico, assim como se apoiou na análise documental e de dados estatísticos secundários. A metodologia qualitativa foi priorizada pelo seu potencial para revelar as experiências subjetivas, as dimensões da violência, permitir o estudo fenomenológico da violência e das formas de exclusão enfrentadas pelas mulheres indígenas entrevistadas. A escolha das mulheres foi intencional, uma vez que se procurou a participação de líderes das diferentes regiões do Equador. Por outro lado, também se contou com a participação da Subsecretaria de Prevenção e Erradicação da Violência da Secretaria da Mulher e dos Direitos Humanos, com o intuito de apresentar a perspectiva estatal e os desafios enfrentados na luta contra a violência de gênero.

As entrevistas foram realizadas de forma online, e o contato com as mulheres indígenas foi obtido por meio de recomendações feitas por organizações não governamentais. As participantes foram selecionadas por suas habilidades e atuação como lideranças em suas respectivas comunidades. Todas pertencem a diferentes regiões do Equador, o que proporcionou experiências enriquecedoras e perspectivas diversas, embora atravessadas por elementos comuns relacionados à vivência da violência. A participação dessas mulheres foi considerada fundamental para esta pesquisa, pois, além de buscar dar voz a uma população frequentemente silenciada, contribui para a compreensão do fenômeno investigado a partir do olhar de quem é diretamente afetada pelas políticas públicas de combate à violência.

As mulheres indígenas entrevistadas foram: Ninari Chimba, Pakarina Gualinga, Shirley Loor e Estefania Lalvay. Todas são oriundas de distintas regiões do Equador e exercem liderança e influência dentro de suas comunidades. O roteiro de perguntas utilizado nas

entrevistas foi estruturado em blocos temáticos com o objetivo de compreender os papéis de gênero e a organização das comunidades, a participação nos processos de tomada de decisão, o apoio recebido e as reações diante da reivindicação de seus direitos, bem como as experiências de racismo ou discriminação, as vivências relacionadas à violência de gênero e suas percepções sobre o governo. No que se refere à entrevista com a Subsecretaria, as perguntas foram organizadas de modo a investigar o marco institucional, a incorporação da perspectiva interseccional e a capacitação do pessoal envolvido no Ministério.

Com o intuito de facilitar a compreensão dos resultados obtidos nas entrevistas realizadas com as mulheres indígenas e com a Subsecretaria, bem como de sintetizar as informações coletadas, foram utilizadas tabelas binárias para apresentar as respostas fornecidas de acordo com cada eixo temático. Além disso, ao longo dos capítulos, foram incluídos trechos das experiências compartilhadas, mantidos intencionalmente nas línguas originárias, com o objetivo de preservar a integridade e o significado das mensagens transmitidas por suas autoras. Dessa forma, buscou-se dar o devido cuidado às vivências e perspectivas expressas durante as conversas. Nesse sentido, cabe destacar que as participantes assinaram termos de consentimento — anexados à presente dissertação — nos quais autorizaram o uso de seus nomes e das informações fornecidas para fins desta pesquisa.

À dimensão qualitativa, somou-se a análise documental e histórica, que permitiu reconstruir criticamente os marcos históricos, jurídicos e institucionais relacionados com a exclusão dos povos indígenas. Nesse sentido, os capítulos I e IV basearam-se em uma revisão bibliográfica e histórica, com base em autores dos campos dos estudos decoloniais, da teoria crítica do direito e dos feminismos interseccionais. De forma complementar e como já mencionado, a pesquisa incorporou dados estatísticos e registros oficiais de fontes como o *Instituto Nacional de Estadística e Censos* (INEC), a *Fiscalía General del Estado* (FGE), a *Defensoría del Pueblo* e o *Consejo Nacional para la Igualdad de Género* (CNIG).

Por último, foram abordadas as edições de 1990, 2001, 2011 e 2019 das pesquisas que envolveram algum tipo de análise sobre violência de gênero, cujos questionários, relatórios e metodologias foram examinados criticamente à luz da interseccionalidade. É importante ressaltar que foram analisadas várias normas pertencentes ao enquadramento jurídico de violência contra a mulher no Equador, entre as quais se encontraram: a Constituição, o *Código Orgánico Integral Penal* (COIP), a *Ley Orgánica Integral para la Prevención y Erradicación de la Violencia contra las Mujeres* (LOIPEVCM) e outros instrumentos internacionais. Tudo isso com a intenção de entender como o sistema pretende combater a violência de gênero desde a formulação de instrumentos legais.

Dessa forma, foi possível verificar se a perspectiva interseccional tem sido aplicada nos instrumentos utilizados na formulação de políticas públicas, confirmar a existência de padrões estruturais de exclusão das mulheres indígenas e, por conseguinte, realçar a sua importância no momento de criar políticas inclusivas. Assim, ao abordar a violência de gênero contra mulheres indígenas a partir de uma perspectiva interseccional, esta pesquisa pretende contribuir para o aprofundamento das discussões acadêmicas e políticas sobre a efetividade dos direitos humanos no contexto latino-americano. Em última instância, buscou-se evidenciar a necessidade de reformulações institucionais que reconheçam, respeitem e acolham a pluralidade de experiências femininas em sociedades plurinacionais e multiculturais, como a do Equador.

CAPÍTULO 1 CONTEXTUALIZAÇÃO: Colonialidade, mestiçagem e a construção da marginalização indígena no Equador

Antes de começar com o tema de principal, que é a violência de gênero no caso de mulheres indígenas, é importante contextualizar qual tem sido o tratamento que as pessoas indígenas têm recebido e a rejeição sofrida por elas. Neste trabalho de pesquisa, é importante fazer menção ao processo de colonização, já que foi um acontecimento chave na construção da percepção que se tem sobre os indígenas e seu papel na sociedade equatoriana.

A abordagem é sobretudo necessária por se constituir em uma variável que acrescenta vulnerabilidade das mulheres e que poderia explicar a falta ou pouca aplicação da perspectiva interseccional na formulação de políticas públicas. Com efeito, conforme a teoria sobre o colonialismo do poder, os dualismos criados na colonização tiveram repercussão também em uma das relações de dominação mais antigas: a sexual (Quijano, 2014a). Assim, as mulheres ficaram em uma posição ainda mais subordinada por pertencerem também às raças consideradas como inferiores.

A chegada de Colombo e as expedições posteriores dirigidas por Francisco Pizarro marcaram o começo da heteroclassificação dos povos que habitavam o continente americano e o estabelecimento da hegemonia europeia sobre os novos territórios encontrados (Whitten, 1999). De fato, as categorias criadas tinham o objetivo de servir às ambições da coroa e criar um sistema de mão de obra barata (Whitten, 1999). A colonização usou o conceito de raça e deu azo a um sistema de valores culturais ao redor da supremacia da branquitude (Whitten, 1999).

Seguindo as ideias de Anibal Quijano, a ideia de raça consistiu-se em um dos eixos usados na colonização para apoiar a suposta posição de superioridade biológica dos colonizadores sobre os colonizados (2014a). A raça e a identidade racial foram a justificação e legitimação das relações de dominação imposta e da criação de identidades sociais historicamente novas (Quijano, 2014a). Nesse sentido, a raça foi usada como um instrumento de dominação e determinação de lugares, divisão de trabalho e funções dentro da estrutura de poder da sociedade (Quijano, 2014a).

Levando em consideração os princípios fundacionais do Estado e o Direito, filósofos como Hobbes e Locke argumentavam que para manter o poder do Estado e uma sociedade civilizada era importante a criação de leis positivas e de um governo. Partindo dessas noções, apesar do complexo sistema de organização e estruturação dos indígenas, ele ainda estava

afastado dos princípios europeus sobre o Estado; e, portanto, era considerado a antítese da modernidade europeia (Picq, 2018).

Dessa forma, criou-se um dualismo eurocêntrico a partir do qual determinadas raças eram consideradas inferiores por serem tratadas como irracionais e mais próximas a um estado de natureza e, portanto, domináveis e exploráveis (Quijano, 2014a). Com essas premissas a respeito das raças, quem não cumpria as características da hegemonia eurocêntrica era apresentado como ameaça à ordem (Roitman, 2009). Consequentemente, todas as raças se encontravam próximas a um estado de natureza, com exceção dos brancos-europeus.

O processo de colonização teve como base o imaginário etnocentrista no qual os europeus brancos se posicionaram como a culminação de um processo civilizador que os povos indígenas tinham que passar (Quijano, 2014a). Em outras palavras, o mito da modernidade eurocêntrica foi “baseado na ideia do estado de natureza no qual os indígenas se encontravam antes da chegada dos colonizadores e do seu processo “civilizatório” (Quijano, 2014a).

Essa noção de modernidade deixou de lado o fato de que, antes da chegada dos colonizadores existiram vários povos, realidades culturais, conhecimentos e organizações sociais diferentes que foram reduzidos às categorias já mencionadas (Quijano, 2014a). Como resultado desse reducionismo, por um lado ocorreu a desapropriação das identidades dos povos existentes; e por outro, houve a desapropriação de seu lugar na história e relocação temporária no passado (Quijano, 2014a).

Consequentemente, essas ideias eurocentristas da colonização serviram como uma ferramenta de controle para a classificação e estruturação das sociedades (Quijano, 2014b). Assim foram impostas estruturas políticas, legais e sociais baseadas na premissa de que as pessoas indígenas eram selvagens e, portanto, carentes de leis e ordem (Roitman; 2009).

1.1. A política de branqueamento por meio da mestiçagem no Equador

O Equador não foi exceção, e assim como em vários países da América Latina, predominou uma política de branqueamento que visou o melhoramento da raça, a qual implicou a construção da identidade nacional baseada na negação de especificidades e adoção de universalismos (Walsh, 2018). Em outras palavras, a identidade equatoriana se forjou em um contexto de negação sociocultural e promoção da mestiçagem como ferramenta de dominação e poder (Walsh, 2009).

O fenômeno da mestiçagem destacou-se pela mistura da civilização com a selvajaria, pois o termo abrange à mistura de raças e culturas (Whitten; Whitten, 2011). Dessa

forma, o resultado dessa nova construção social, entendida como raça, cresceu e manteve aos brancos no topo da pirâmide social. Como apontam Whitten e Whitten, a história do Equador se caracterizou pelos confrontos étnicos e dominação sustentados por uma minoria branca (2011). Tudo isso apoiado na ideia da supremacia dos brancos e da salvação ideológica das classes sociais baixas através da mestiçagem (Whitten; Whitten, 2011).

A mestiçagem, como mecanismo de poder, se evidenciou nas relações de dominação que procuraram a consecução de uma cultura nacional exclusiva e homogeneizadora (Walsh, 2009; 2018). O padrão de poder foi baseado na noção de superioridade do branco europeu, inferioridade do indígena e negro, e o posicionamento do mestiço como uma nova categoria identitária (Walsh, 2009). Foi nesse processo de mestiçagem ou branqueamento que se excluíram aos indígenas e negros (Roitman, 2009) (Whitten e Whitten, 2011).

Segundo o historiador Enrique Ayala Mora, a colonização foi uma tentativa de expulsão e apagamento dos indígenas da história equatoriana (2008). A maneira pela qual a história tem sido contada atribui aos colonizadores características de superioridade e situa os povos originários em um status de inferioridade. Nas palavras de Ayala: “[d]esde então até os dias de hoje, os índios, e especialmente as mulheres indígenas, dupla ou triplamente discriminadas, não existem nas versões oficiais [da história]” (tradução minha) (2008, p. [?]).

Uma das causas que facilitou a colonização do Império Inca, que em parte é o que hoje é o Equador, foi a crise no sistema social causada pelas lutas entre seus líderes Huáscar e Atahualpa (Ayala, 2008). A facilidade com que os espanhóis conseguiram dominar o *Tahuantinsuyo* encontra sustento nesses conflitos internos mais do que na audácia, superioridade bélica ou inteligência dos espanhóis (Ayala, 2008). Não obstante, como o indica Ayala, a história equatoriana tem considerado só os últimos fatores para justificar a conquista e exploração, para assim atribuir aos espanhóis o caráter de raça superior (2008).

Para Whitten e Whitten, essas estruturas de dominação conseguem se intensificar culturalmente por meio de dispositivos retóricos, como: o uso da semelhança, o uso da metáfora e a reificação (2011). O uso da semelhança implica a utilização de declarações negativas da existência de pessoas que “parecem com”, “são como” ou “são”, negros ou indígenas (Whitten; Whitten, 2011). Isso implica a percepção consciente ou inconsciente da existência de propriedades que se ligam simbolicamente a representações culturais do que é ser negro ou indígena (Whitten; Whitten, 2011).

A metáfora é uma estratégia que etiqueta a um grupo, comunidade ou indivíduo associações cognitivas e simbólicas de uma similaridade não branca ou culturalmente escurecida (Whitten; Whitten, 2011). Dessa forma, pessoas identificadas como negros ou

indígenas são significadas por qualidades que pertencem a significantes originados em construções culturais racistas (Whitten; Whitten, 2011). Por último, a reificação acontece quando uma definição é construída a partir do reforço de relações entre o significado (indivíduo ou grupo) e o significante (as propriedades simbólicas, religiosas, morais ou ideológicas com as quais o significado é associado) (Whitten; Whitten, 2011).

Como indicado por Picq (2018), a “*indigeneidade*” adquiriu significado ao ser identificada como o oposto a um estado ocidental civilizado; como uma categoria que abrange todas as pessoas não europeias das Índias (2018). Segundo estudos, o termo “*indio*” foi usado para fazer referência a um status legal, como um ato de governança colonial (Picq, 2018). Conforme Picq, a indigeneidade é mais um posicionamento histórico do que uma característica ou essência natural e é uma identidade construída por meio de processos coloniais (2018).

Como mencionado anteriormente, criou-se uma perspectiva temporal na qual os povos colonizados, como o caso dos indígenas do Equador, foram tratados como raças inferiores e posicionados como arcaicos (Quijano, 2014a). A raça, como sistema de classificação e estruturação social, usou a dicotomia da modernidade para diferenciar entre o civilizado, que identificou como brancos-europeus e o bárbaro, representado pelos negros e indígenas (Walsh, 2009).

Os mestiços, que se encontravam no meio dessa hierarquia, tentavam se afastar dos seus ancestrais. Essa rejeição do ancestral criou raízes em todas as áreas da vida e da sociedade equatoriana ao ponto de operar a níveis intersubjetivos, existenciais e epistemológicos (Walsh, 2009). Consequentemente, logrou-se a desumanização de determinados grupos e a deslegitimação da produção intelectual indígena e afro equatoriana (Walsh, 2009).

1.2 A rejeição aos indígenas na construção da identidade nacional

Com esse contexto, é possível que a falta de identidade nacional e o imaginário nacional racista encontrem sustento na ausência de um projeto hegemônico articulador (Walsh, 2009). Todavia, a mestiçagem como matriz colonial e discurso de poder foi uma constante nas discussões sobre a existência ou não de uma cultura nacional (Walsh, 2009). Parte desse problema se explica na naturalização de instituições eurocentristas que organizaram as relações de poder, o que Quijano chamou de colonialidade do poder (2014b).

Em termos gerais, a estrutura social equatoriana poderia se representar como uma pirâmide de classes com uma oligarquia branca situada no topo, uma classe média que em geral se autoidentifica como branca e, na base, pessoas que só sob circunstâncias excepcionais se

identificam como mestiços (Whitten; Whitten, 2011). Assim, conforme Whitten e Whitten (2011), é usual que nessas estruturas de dominação aqueles que estão no poder procurem manter hegemonia culpando os que estão na base pelo subdesenvolvimento da comunidade.

Na formação do Estado os brancos-europeus detinham hegemonia na administração estatal e, portanto, a normativa e políticas foram organizadas para suprir seus interesses (Oviedo, 2022). Durante o século XVII, com o objetivo de manter a demarcação da hierarquia, se estabeleceram impostos destinados só às pessoas indígenas (Roitman, 2009). O pagamento tributário foi um dos vínculos e sistemas de controle mais importantes da sociedade indígena com a espanhola.

Nesse âmbito, a cobrança de impostos foi controlada através de documentos fiscais elaborados a partir de cadastros realizados nas paróquias indígenas sobre indivíduos homens e com idade de pagar impostos (Ibarra, 2002). Ainda, nos finais do século XIX, emitiu-se um decreto no qual se aclarou que estariam isentos do pagamento de tributos os homens inscritos como filhos legítimos de indígenas com brancos (Ibarra, 2002). Assim, ser identificado como mestiço implicava o reconhecimento das pessoas dentro de um grupo diferente ao dos brancos ou indígenas e que os permitia escapar do pagamento de impostos (Ibarra, 2002).

Consequentemente, o afastamento do indígena e a mestiçagem tornaram-se uma estratégia de evasão fiscal (Ibarra, 2002). No entanto, a divisão não ficou só no âmbito tributário e laboral. O conhecimento, de origem eurocêntrica, foi imposto para suprir as necessidades cognitivas do capitalismo e assim as experiências, identidades e relações do colonialismo foram normalizadas, entendidas como racionais e as únicas validas (Quijano, 2014b).

Em outras palavras, tentou-se reprimir as formas de produção de conhecimento dos colonizados, ao mesmo tempo que os condenaram a fazer parte de uma subcultura camponesa e analfabeta e os obrigaram a adotar a cultura dos seus colonizadores (Quijano, 2014a). De fato, a colonização atravessou até a esfera espiritual, por meio da categorização da cosmovisão natureza/sociedade, como primitiva e pagã (Walsh, 2009). Assim, a colonialidade do poder encarregou-se de criar uma cultura universal, excluindo as particularidades das sociedades preexistentes (Quijano, 2014b).

Tomaram-se diferentes medidas com a finalidade de conseguir o tão desejado branqueamento e uma delas foi o sistema de *encomiendas*. A encomienda consistiu em um instrumento de controle ideológico por meio do qual a coroa designava a um colono espanhol a tarefa de catequizar, educar e proteger um grupo de indígenas (Ayala, 2008). Além do ideológico, o serviço funcionou também através do pagamento de impostos por parte dos indígenas, como retribuição pelo benefício da evangelização (Ayala, 2008).

Posteriormente, aos finais do século XVI, a *encomienda* foi substituída por um sistema de organização econômica conhecida como mita, inspirada no modelo inca (Ayala, 2008). Não obstante, a situação dos indígenas não melhorou, pois a mita consistiu em trabalho obrigatório no qual um grupo ficou destinado às obras públicas e o outro a serviço dos colonos (Ayala, 2008). Apesar de que, nessa vez, os *mitayos* recebessem um salário, ainda tinham que pagar impostos ao Estado (Ayala, 2008).

A mestiçagem, entendida inicialmente como a mistura entre colonizadores e indígenas, foi adquirindo mais importância com o passar do tempo (Ayala, 2008). Dessa maneira, os mestiços constituíram um grupo social intermediário devido à falta de pureza no sangue (Ayala, 2008). No entanto, conseguiram alguns privilégios que usualmente foram reservados para os brancos. Porém, consolidou-se uma sociedade baseada na desigualdade, pela diferenciação socioeconômica e étnica existente (Ayala, 2008).

Nesse contexto, os mestiços se tornaram um grupo importante dentro da sociedade e a mistura de sangue não foi uma das únicas características que os diferenciaram. Desse modo, tomaram-se outras estratégias de distinção, como: mudanças no vestuário, pois a aparência serviu como ferramenta de identificação visual; a linguagem, pelo aprendizado da língua espanhola; a especialização em ofícios diferentes dos usualmente assumidos por indígenas; e a adoção de uma nova religião (Ibarra, 2002).

A administração da estrutura social fundou-se em uma rígida divisão de castas que se encarregou de constituir uma república de espanhóis e uma república de índios (Cruz, 2012). Anos mais tarde, na época da *Gran Colombia*, Bolívar tentou integrar os indígenas à sua nação sonhada, iniciada com a abolição das duas repúblicas, igualando os indígenas a cidadãos livres e iguais, havendo também a universalização dos impostos (Cruz, 2012). Todavia, seu projeto enfrentaria resistências, pois as reformas republicanas pretendiam acabar com o sistema de autoridades indígenas, com a sua representação nos tribunais de justiça e impor mais limitações ao acesso à posse de terras (Cruz, 2012).

Dentro dessa sociedade consolidada e baseada em desigualdades, consolidou-se também a discriminação das mulheres em todos os níveis e categorias sociais (Ayala, 2008). Essa realidade entendia que a posição da mulher se limitava ao suporte da família (Ayala, 2008). Com o passar do tempo, no final da época colonial e início das lutas pela independência, a situação não mudou a favor dos indígenas nem das mulheres.

Anos mais tarde, evidenciaram-se diferentes tentativas de integração das pessoas indígenas que não terminaram de se consolidar. Por exemplo, na época da independência, os projetos de integração dos indígenas foram rejeitados tanto pelos indígenas como pelos *criollos*.

As reformas eram inconvenientes aos interesses dos *criollos*, pois limitavam seu domínio sobre os indígenas e a disposição de sua força de trabalho (Cruz, 2012).

O pagamento das contribuições diretamente destinado aos indígenas teve alterações em vários momentos que pretenderam apagá-las, universalizá-las ou mantê-las como um símbolo de controle. Igualmente, houve várias reformas legislativas sobre os territórios indígenas, através das quais se expandiram as fazendas ou se outorgaram terras baldias aos indígenas, incrementando assim os conflitos (Cruz, 2012).

Apesar das várias reformas, um fator que se manteve foi a subordinação dos indígenas fundamentada em preconceitos raciais que foram influenciados por teorias científicas raciais europeias (Cruz, 2012). Os discursos proclamavam, mais uma vez, que os indígenas eram uma raça selvagem que atrapalhava a consolidação de uma nação homogênea e civilizada, entre outras declarações pejorativas (Cruz, 2012).

1.3 Resultados da rejeição aos indígenas: racismo e exclusão do âmbito público

Como resultado da narrativa sobre a mestiçagem e as ideias da colonização sobre a superioridade branca, parte da população equatoriana terminou sendo excluída. Essa tendência foi reiterada em vários momentos e por isso muitas políticas públicas têm acabado por fortalecer as estruturas e práticas racistas.

A nível geral, a população indígena tem sido excluída nos estudos das relações internacionais no momento de explicar e formular políticas mundiais (Picq, 2018). De fato, a sua invisibilidade tem causado sua exclusão do processo de “*state-making*” e isso tem acontecido como consequência da dinâmica eurocêntrica que tem se encarregado de definir a teoria política (Picq, 2018). Para Manuela Picq (2018), é essa concepção da alteridade ou de “*otherness*” dos indígenas que causa a incapacidade de reconhecer as políticas indígenas e também compromete a capacidade de participar política e socialmente.

Vários casos dessa subordinação podem ser citados em diferentes momentos da história. Por exemplo, apesar da administração colonial apoiar as uniões entre brancos e indígenas, inclusive como uma forma de dominação da sociedade indígena, não permitiram que mestiços ou indígenas assumissem cargos na administração pública (Ibarra, 2002). Dessa forma, foram excluindo os indígenas da vida administrativa e política das cidades coloniais.

Pensadores e escritores deixaram em evidência os resultados da matriz colonial da mestiçagem, expressando, através da literatura, os preconceitos e complexos raciais existentes (Walsh, 2018). De fato, em distintas épocas se fizeram discursos e criaram narrativas ao redor

dos indígenas, os identificando como uma raça distinta e rebelde, assim como ameaçadora ao Estado de ordem (Roitman, 2009). Esse racismo persiste também na esfera política, legal e social do país, já que até hoje existem declarações discriminatórias feitas por aqueles deveriam representar o povo.

É possível encontrar exemplos disso nas criações de escritores como Juan Montalvo, de origem indígena e negro, que mostrou em seus escritos rejeição aos indígenas e sua consideração deles como de baixa condição moral e intelectual (Walsh, 2018). No seu ensaio chamado “*Indios*”, faz uma comparação dos que ele chama de “*indios*” (referindo-se aos indígenas), com os burros e para descrevê-los usa termos como: ignorante, inocente e criatura infeliz².

Outro exemplo é o escritor Juan Leon Mera, compositor da letra do hino nacional do Equador, quem reproduziu os estereótipos racistas da época em uma das suas novelas mais famosas: *Cumandá*. Nesse sentido, em várias partes da novela faz referência aos indígenas como: índios selvagens, sem educação/instrução, primitivos, bárbaros, entre outros; em contraste à sociedade civilizada na qual se desenvolvem alguns episódios.

Os escritos do autor Benjamin Carrión não ficam fora da tendência, e prova disso é o livro “*Cartas al Ecuador*” de 1932, no qual o autor deixa em evidência a percepção dos indígenas como brutos e as consequências da matriz colonial da mestiçagem de aversão a eles. Ao descrever os mestiços e *cholos* que pretendem fugir do interior porque lhes lembra a sua origem “[...] indígena, humilhante e desonrosa segundo eles” assim como que “[...] não existe acusação, nem xingamento mais ofensivo que o de índio” (Carrión, 1932, p. 87, tradução minha)³.

Dentro da linguagem coloquial das famílias equatorianas, é possível encontrar o uso de termos provenientes do *Kichwa*, que porém, são usados para impor sanções morais, ou críticas desde uma perspectiva pejorativa (Whitten; Whitten, 2011). Por exemplo, encontra-se a palavra “*wambra*”, que em *Kichwa* significa jovem, às vezes é usada para designar um garoto que é nojento, como na expressão: *wambra mocoso* (Whitten; Whitten, 2011).

² ² No livro chamado *Siete tratados*, Montalvo realiza vários comentários que refletem a sua atitude racista, especialmente pode se encontrar na parte denominada “*Los héroes de la emancipación*”, na qual descreve aos indígenas como uma raça inferior.

³ Revisar o documento em: MONTALVO, Juan. **Siete tratados: Indios**. París: Librería de A. Roger y F. Chernoviz, 1882.

Ao redor do século XIX, na consolidação do Estado-nação equatoriano, o discurso da mestiçagem teve como referência a cor da pele, sendo os brancos parte da raça considerada superior e, segundo o grau de branquitude das raças, da inferior (Oviedo, 2022; Quijano, 2014b). Existem casos mais recentes que evidenciam a contínua rejeição e, portanto, de manifestações de racismo contra os indígenas que denotam que persiste o sistema de castas originado na colônia (Oviedo, 2022).

Com efeito, na época da colônia, houve até declarações afirmando que todos os equatorianos são mestiços, como tentativas homogeneizadoras empreendidas por diferentes líderes da modernização (Beck *et al.*, 2011). Afortunadamente, com o passar do tempo, as organizações indígenas começaram a ter noção e consciência do lugar de subordinação que lhes foi imposto.

Atualmente, segundo o último censo populacional do INEC do ano 2022: 7,7% da população equatoriana se identificou como indígena; 77,5% como mestiça; 8,9% como negra; e, só o 2,2% como branca (2022). Desse 7,7% de pessoas que se auto identificaram como indígenas, 51,4% eram mulheres (INEC, 2022)⁴. É importante salientar que a definição do que se entende como indígena pode mudar segundo a região, o contexto político, o posicionamento e até segundo interesses estatais (Picq, 2018). No caso do censo nacional de 2022, a autoidentificação se baseou na cultura e costumes.

Evidenciou-se também a existência de 14 nacionalidades indígenas: a *kichwa*, a *shuar*, a *chachi*; a *achuar*; a *awa*; a *tsa'chila*, a *waorani*, a *shiwiari*, a *a'chí cofan*, a *sapara*, a *siona*, a *siekopai*, a *andoa/andwa*, a *epera siapiadaara* e a *secoya* (INEC, 2022). Em relação à língua, os dados apontaram que 3,9% da população equatoriana fala uma língua indígena em comparação ao 98,6% que fala “*castellano*”, o que quer dizer que a autoidentificação como indígena não está condicionada ao conhecimento da língua (INEC, 2022).

Como foi descrito, os dados mostram que atualmente a maior parte da população se auto identificou como mestiça; todavia, ainda se preserva uma porcentagem da população indígena que, apesar das mudanças constitucionais, ainda tem que atravessar os vestígios da colonização, confirmando, assim, que a promoção da mestiçagem com o intuito de branquear uma população originalmente indígena, não reconheceu e desvalorizou seus diferentes contextos culturais; e, no lugar disso, incentivou os valores da modernidade eurocêntrica (Beck *et al.*, 2011).

⁴ O termo mestiço é utilizado para identificar a mistura cultural, étnica e racial. No Equador, o termo designa uma pessoa que se reconhece como descendente de espanhóis e indígenas.

Como consequência, não só se produziu um prisma de percepção que facilitou o rebaixamento, negação, discriminação e até racismo contra quem se identifica como indígena ao mesmo tempo que não permitiu e nem permite perceber a existência desses fenômenos (Beck *et al.*, 2011). Por exemplo, no regime militar do General Rodríguez Lara, se desenvolveu uma política estatal “assimilacionista” que motivou a ideia de que todos poderiam ser mestiços, pois bastaria apenas mudanças culturais e educacionais (Beck *et al.*, 2011). Posteriormente, os censos nacionais que se realizaram não reuniram informação sobre identidades raciais ou étnicas senão até 2001 (Beck *et al.*, 2011).

Essa ausência de informação sobre identidades étnico-raciais não foi inocente, pois foi um reflexo da negação da diversidade existente e das políticas conduzidas para gerar rejeição ao indígena. Não é coincidência que como resultado do censo do ano 2001, 77% dos equatorianos se identificaram como mestiços; 7% como indígenas e 9% como brancos (Beck *et al.*, 2011). Mas será que no Equador realmente existe consciência da discriminação, preconceito e rejeição ao indígena?

No Equador, existe a informação da realização de só um relatório sobre racismo, que foi feito em 2004 pelo INEC. É importante salientar que o relatório não foi inteiramente sobre o tema do racismo no Equador: foi uma seção dentro da pesquisa nacional sobre emprego. Segundo os resultados, o 48,5% das pessoas entrevistadas não tinham conhecimento sobre o que é o racismo; e uma porcentagem ainda maior também não sabia o que é discriminação ou preconceito racial (Beck *et al.*, 2011).

Segundo Beck *et al.* (2011), o padrão de respostas obtidas na pesquisa de 2004 indicou de maneira indireta que a sociedade equatoriana tem consciência racial, mas é inconsciente do racismo. Em outras palavras, se a maioria reconhece que existem diferenças e categorias raciais, assim como variações no tratamento das pessoas segundo sua raça, os conceitos de racismo, discriminação e preconceito não estão implantados nos mapas mentais da população (Beck *et al.*, 2011).

Dos resultados obtidos ficou em evidência que quase 70% dos entrevistados não tinham conhecimento nenhum sobre preconceito racial; que menos da metade não conheciam o que é o racismo; e que menos de dois terços não sabiam sobre discriminação racial (Beck *et al.*, 2011). Em termos gerais, segundo os dados coletados, as pessoas indígenas são as menos conscientes sobre o racismo, discriminação e preconceito (Beck *et al.*, 2011). De fato, embora existam manifestações e organizações indígenas, os líderes do país tem usado o argumento das diferenças culturais e das nacionalidades, no lugar de falar sobre raça (Beck *et al.*, 2011).

Para Beck *et al*, a falta de conhecimento e de consciência sobre o racismo se deve aos efeitos primários da mestiçagem como ideologia que tem sido impregnada no imaginário equatoriano (2011). Além disso, para os autores, seria importante considerar também o nível de educação dos entrevistados para entender o impacto da formação acadêmica no grau de consciência e sensibilidade às questões de discriminação e preconceito com base na raça (Beck *et al.*, 2011).

Poderia ser mais provável que os entrevistados com algum nível de educação tivessem alguma aproximação aos conceitos de racismo, discriminação e preconceito, tornando-os mais sensíveis aos conceitos (Beck *et al.*, 2011). É importante ressaltar que a pesquisa foi feita em 2004, há mais de vinte anos, portanto: contudo, a realidade não tem mudado. Ainda na época do artigo os autores afirmaram que existe pouco entendimento dos processos e fatores institucionais que produzem tratamentos diferenciados baseados na raça e etnicidade (Beck *et al.*, 2011).

Para Beck *et al*, na época do artigo, grande parte desse problema se deveu a que no Equador “[...] não tem se elaborado compreensão ou consciência profunda dos processos que constituem práticas racistas, mesmo entre aqueles que foram suas vítimas” (2011, p. 122, tradução minha). Nesse sentido, existem formas de racismo internalizado nos cidadãos, normalização de condutas racistas e, por conseguinte, falta de consciência das consequências tanto nas vidas das pessoas afetadas como na transformação do país.

Essa separação é o que tem levado aos comportamentos racistas e práticas excludentes, os quais negam qualquer vínculo étnico ou racial e justificam abusos (Roitman, 2009). Como foi mencionado, a mestiçagem pretendeu homogeneizar e universalizar a população, mas para isso foi preciso criar a noção do “outro” como alguém que não iria ser considerado como sujeito no processo de estruturação social. No caso do Equador, a mestiçagem deu vantagens e continua priorizando os “brancos” e excluindo os “outros”: indígenas e negros (Roitman, 2009).

1.4. Resistência por parte dos indígenas: os protestos indígenas de 1990, 2019 e 2022

Apesar do panorama de exclusão, rejeição e políticas de branqueamento, historicamente tem existido resistência por parte dos indígenas. Na metade do século XX, esse grupo começou a ter influência nas decisões políticas do país por meio de partidos políticos nacionais (Larrea *et al.*, 2007). Posteriormente, nos anos 80, começaram a participar por meio

de suas próprias organizações e movimentos sociais (Larrea *et al.*, 2007). Um dos movimentos mais importantes da organização indígena é a *Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador* (CONAIE), criada formalmente em 1987 e que tem liderado manifestações políticas desde 1990 (Larrea *et al.*, 2007).

O movimento indígena tem se envolvido em diferentes ações ou insurgências, tanto como protagonistas quanto como participantes. Nesse sentido, podem se nomear as seguintes manifestações: a mobilização de 1992 organizada pelos territórios das nacionalidades e povos indígenas da Amazônia equatoriana; a marcha de 1994 pelas terras e territórios, em resposta à Lei de Desenvolvimento Agrário; a participação em 1997 no protesto contra o governo de Abdalá Bucaram; a participação nas mobilizações que culminaram na destituição do governo de Jamil Mahuad, entre outras (Marx *et al.*, 2024).

Dessa forma, a organização indígena tem participado em assuntos concernentes não só às suas próprias demandas e problemas internos, como também tem se somado às causas de interesse nacional. Apesar de serem várias as ações coletivas e manifestações que têm convocado e participado, serão descritos a seguir o primeiro protesto oficial da CONAIE ou também conhecido como "*Levantamiento del Inti Raymi*" e os dois mais recentes, em 2019 e 2022.

1.4.1 Insurgência indígena de 1990 ou “*Levantamiento del Inti Raymi*”

A insurgência indígena de 1990 realizou-se em um período no qual os diferentes grupos historicamente excluídos começaram a procurar sair da narrativa da mestiçagem e reclamar seu reconhecimento, proteção e direitos (Roitman; Oviedo, 2016). Nessa mesma época, houve tentativas de implementação de medidas antirracistas, como: coleta de dados, criação de estruturas para lutar contra o racismo e as práticas discriminatórias, além de e tentativas para mudar as ideologias raciais (Roitman; Oviedo, 2016).

Entretanto, devido à persistência de injustiças contra os povos e comunidades indígenas, teve lugar uma das primeiras greves nacionais, deflagradas pela negativa de diálogo proposto pelos grupos indígenas ao presidente Rodrigo Borja (Whitten; Whitten, 2011). Entre as ações realizadas pelos manifestantes, podem se destacar: a ocupação de cidades, fechamento de ruas e rodovias, pilhagem de mercados, sequestro de militares, confisco de máquinas de construção, entre outras (Whitten; Whitten, 2011).

Todos esses acontecimentos, que também incluíram a morte de um líder indígena e atos de abuso físico, levaram o presidente enfim a aceitar o diálogo proposto. O diálogo

pretendia tratar os pontos contidos no *Acuerdo de Sarayacu* apresentado em 1989 pela CONAIE (Whitten; Whitten, 2011). Entre os pontos, incluíram-se: devolver terras às nacionalidades indígenas; acabar com os impostos sobre a propriedade para pessoas indígenas; a mudança constitucional do Estado para multinacional e multiétnico; a legalização de práticas e medicina indígena; entre outros (Whitten; Whitten, 2011).

Nesse contexto de protestos, o discurso e tratamento pejorativo às pessoas indígenas se fez evidente. Iniciando pela nomeação do protesto: enquanto as pessoas indígenas o chamaram de *levantamiento*, o discurso público o chamou de *alzamiento* (Whitten; Whitten, 2011)⁵. O uso da terminologia não é inocente, pois enquanto o primeiro envolve significados que implicam insurgência consciente, sublimidade e até de renascer; o segundo não envolve consciência; pelo contrário, inclui perda de controle e rebeldia (Whitten; Whitten, 2011).

Na perspectiva do ex-líder indígena da CONAIE, Luis Macas, a manifestação permitiu que ganhassem um espaço dentro da cena política do país e reconhecimento como uma força política importante (1992). Segundo Macas, foram vários os fatores motivadores da insurgência e que vão além dos dezesseis pontos do *Mandato por la Vida* (1992). De fato, os povos indígenas continuaram sendo explorados por meio das novas formas de dominação, como: a exploração de recursos naturais, a destruição da cultura, o desequilíbrio ecológico, etc (*apud* Almeida, 1992).

Para Macas, a colonização foi um acontecimento que submeteu aos indígenas às piores formas opressão e exploração, como sua colocação como força de trabalho gratuita, a desapropriação de territórios, assassinato de líderes, entre outros (1992). Todo esse condicionamento construído desde a colonização fez com que as condições de vida da população indígena ficassem condenadas. Nesse sentido, para o líder, a reivindicação do direito à terra é histórica e a sua principal demanda, pois a consideram a base do seu desenvolvimento social e cultural (Macas, 1992)

O protesto iniciou com a tomada pacífica da igreja de Santo Domingo em 1990, que pouco a pouco foi escalando a ataques por parte do governo, tanto físicos como midiáticos (Macas, 1992). Assim, começou uma campanha de desinformação que acusou o movimento indígena de incluir grupos subversivos estrangeiros que teriam militarizado as comunidades indígenas e cercado a igreja onde estavam concentrados (Macas, 1992, 1992)

Finalmente, o processo de diálogo terminou decepcionando as expectativas dos líderes da insurgência, já que durante os cinco meses posteriores não houve respostas concretas

⁵ O termo “*alzamiento*”, pode ser traduzido ao português como revolta, protestos ou manifestações sociais.

nem soluções às suas demandas (Macas, 1992). As atitudes de discriminação e racismo se fizeram visíveis. Segundo declarações do líder Luis Macas:

El presidente Borja nos trató de forma indignante, con la "energía del amo" nos reprendió por habernos "atrevido" a pedirle que sea consecuente y coherente con sus discursos. Allí nos acusó de que estábamos pretendiendo crear un Estado chiquito dentro del actual y que nuestro pedido era inconstitucional. ¿No se entendió nada? (Macas, 1992, p. 32).

Dessa forma, o diálogo pareceu não ter tido os resultados esperados. Ao contrário do que o governo da época apresentava para a sociedade, o regime pretendeu desacreditar a organização e aos seus líderes. Todavia, segundo Macas (1992), a insurgência foi relevante em todo sentido, pois aumentou a conscientização sobre a existência dos indígenas, da força da sua organização e da sua importância na esfera política e social. Anos depois e após uma série de lutas que reconheciam a opressão racial exercida pela narrativa da mestiçagem, em 1998 se declarou ao Equador como um estado pluricultural e multiétnico à nível constitucional (Roitman; Oviedo, 2016).

1.4.2 *Levantamiento indígena de 2019*

Após a promulgação da constituição de 1998 e dos protestos indígenas posteriores, em 2008 promulgou-se a última e atual constituição, que consagrou o Estado como pluricultural e multiétnico. Nesse sentido, ao longo do texto, reconheceram-se uma série de direitos aos povos e nacionalidades indígenas, como os direitos coletivos, a justiça indígena e a autodeterminação, entre outros. Essas mudanças, juntamente às múltiplas conquistas do movimento indígena, permitiram que os indígenas se constituíssem como um dos coletivos mais importantes do país.

O *levantamiento indígena de 2019* aconteceu no período do presidente Lenin Moreno e em um contexto político de separação e, portanto, de crise do partido político do antecessor Rafael Correa. Por outro lado, o ano de 2019 começou com o anúncio do presidente sobre a crise econômica causada pelo crescente déficit fiscal (Da Silva; Reis, 2022). Por conseguinte, promoveu-se uma campanha anticorrupção e medidas de austeridade ao redor de um plano econômico baseado em 4 eixos: estabilidade fiscal, reestruturação estatal, sustentabilidade da dolarização e reativação tributária (Paz y Miño, 2019).

Entretanto, essas medidas de austeridade incluíram políticas de compensação que terminaram em benefício dos setores mais ricos da população (Bonilla; Mancero, 2020). Entre as ações, podem-se mencionar: a redução de tarifas sobre aparelhos eletrônicos e impostos sobre

a saída de moeda estrangeira, a contribuição especial para empresas que faturassem mais de 10 milhões de dólares anuais, a flexibilização das relações laborais, entre outras (Bonilla; Mancero, 2020). Consequentemente, as medidas foram rejeitadas pelo setor trabalhista e os indígenas.

Apesar dos acordos com o Fundo Monetário Internacional, nem a economia e nem as condições sociais melhoraram. Efetivamente, o último acordo assinado em 2019 deixou manifesto que não existiriam intenções de cumprir com os princípios constitucionais do *sumak kawsay* nem da economia social (Paz y Miño, 2019). O acordo teve como ênfase a eficiência na arrecadação de impostos, mas também incluiu ações como a eliminação do subsídio dos combustíveis (Paz y Miño, 2019).

Foi essa última medida, a eliminação dos subsídios aos combustíveis, que detonou os protestos que se iniciaram pelos operadores de transporte público, mas que terminaram sendo liderados pelas organizações indígenas. Ao mesmo tempo, existiu um ambiente de insatisfação com as decisões unilaterais tomadas pelo governo, pois havia uma exigência de reconhecimento da participação política e jurídica nas decisões estatais por parte dos povos indígenas (Da Silva; Reis, 2022).

Segundo Da Silva e Reis (2022, p. 10), a partir das entrevistas realizadas por uma das pesquisadoras em uma comunidade indígena de *Cayambe*, essa sensação de desconforto e discriminação pelo agir do governo, “está presente no seu imaginário e é mesmo mencionada como característica que constitui a identidade indígena”. Nessa linha, as autoras explicam, que “[ser] indígena numa sociedade moderna/colonial significou viver numa posição subalterna diante dos brancos/mestiços” (Da Silva; Reis, 2022, p. 11).

Da perspectiva do governo, houve criminosos infiltrados nos protestos, bem como estrangeiros e do *correísmo*, e também atos de vandalismo (Paz y Miño, 2019)⁶. Como consequência, o protesto pacífico dos indígenas perdeu legitimidade pelas ações de atores externos, o que levou à criminalização generalizada do protesto (Paz y Miño, 2019). Todavia, existem razões ainda mais profundas que explicam a desconsideração da atuação dos indígenas dentro da esfera política.

A insurgência indígena tornou evidente o racismo e classismo existentes nas esferas sociais da classe média e alta para as quais os atores eram percebidos simplesmente como “*indios*”, junto com o resto de criminosos, *correistas*, comunistas, ressentidos sociais, etc (Paz y Miño, 2019). Como explicam Da Silva e Reis, essa outremização e discriminação dos povos

⁶ O termo *correísmo* se refere ao movimento político e ideológico associado com Rafael Correa, ex-presidente do Equador (2007-2017)

indígenas ressaltam como o racismo é intrínseco às suas experiências que historicamente tem feito com que sua cultura seja tratada como bárbara (2022).

Segundo o Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (2019), que visitou o Equador para identificar os abusos provocados durante os protestos, um dos fatores que dificultam a eliminação das desigualdades econômicas e estruturais é a persistente discriminação contra os povos indígenas. Nesse sentido, mais uma vez, destacou-se um dos problemas enraizados no desenvolvimento da sociedade equatoriana: a rejeição aos indígenas, que levou à deslegitimação de um protesto com fundamentos genuínos.

Uma vez obtido o tão desejado diálogo com o governo, o clima político ficou em tensão e com um setor do governo interessado em punir ao movimento indígena e seus apoiadores (Paz y Miño, 2019). Igualmente, os meios de comunicação e grupos mercantis se concentraram em deslegitimar o protesto social ao centrarem o discurso na violência, destruição e descrédito dos líderes indígenas (Paz y Miño, 2019). Dessa forma, o posicionamento dos principais meios de comunicação centrou-se em retratar a greve como a provocadora de prejuízos econômicos ao país (Da Silva; Reis, 2022).

As autoridades também fizeram parte dessa campanha de cancelamento, exemplo disso foi o Ministro de Defesa, que se referiu à manifestação como insurreição organizada, deslegitimando e dando uma conotação de ilegalidade quando proferiu o discurso (Paz y Miño, 2019). Por outro lado, apesar dos relatórios apresentados sobre abuso no uso da força por parte do exército e o assassinato de aproximadamente 11 pessoas, a ministra de governo entregou um relatório sobre os protestos manifestando que a atuação da polícia foi a correta (Paz y Miño, 2019; Da Silva; Reis, 2022).

Segundo Bonilla e Mancero (2020), a intensidade da mobilização de 2019 foi inédita, tanto pela sua capacidade convocatória, como pela adesão e articulação das organizações locais. Embora os protestos tenham sido iniciados pela organização sindical mais importante do país, o *Frente Unitario de los Trabajadores*, não pode se deixar de lado o protagonismo e direção política executada pelo movimento indígena (Bonilla; Mancero, 2020). Dessa maneira, os protestos de 2019 deixaram clara a influência e amadurecimento da organização indígena ao longo do tempo, a qual já vinha sendo historicamente estigmatizada e oprimida.

1.4.3 *Levantamiento indígena de 2022*

O *levantamiento indígena* do ano de 2022 durou 18 dias, constituindo-se assim como um dos protestos mais longos até então documentados e fundamentou-se nas dez demandas apresentadas ao governo—*Alianza por los Derechos Humanos* (ADDHH), 2022. O protesto foi convocado inicialmente pelas três maiores organizações rurais do país: a CONAIE, o *Consejo de Pueblos y Confederación de Pueblos y Organizaciones Indígenas Evangélicas del Ecuador* (FEINE) e, a *Confederación Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Negras del Ecuador* (FENOCIN) (Ospina, 2022).

Outras organizações conformadas por diferentes grêmios como o dos trabalhadores, os professores, estudantes, entre outros, também convocaram mobilizações, mas em datas diferentes. Portanto, é possível se afirmar que existia um ambiente de insatisfação compartilhada sobre as medidas econômicas tomadas após oito anos de políticas de ajuste fiscal e dos efeitos da pandemia causados pelo COVID-19 (Ospina, 2022). Por outro lado, também era óbvia a falta de vontade política, especialmente para atender as chamadas ao diálogo, das quais o presidente não participou (ADDHH, 2022).

O contexto econômico do país era de instabilidade e ligado aos preços do petróleo que afetaram e afetam diretamente as taxas de crescimento do PIB do país. Segundo Ospina (2022), um dos sinais mais evidentes da crise causada pela economia foi a insegurança e aumento da delinquência, refletido nas estatísticas sobre homicídios intencionais e nos massacres ocorridos nas prisões que causaram a morte de aproximadamente 400 presos.

No mesmo sentido que em 2019, a insurgência de 2022 também esteve ligada ao aumento nos preços dos combustíveis, pois eles afetam diretamente os setores populares do país, tanto pela inflação quanto suas condições de vida (Ospina, 2022). É importante mencionar que apesar do descontamento manifestado na insurgência de 2019 pelos acordos com o *Fondo Monetário Internacional*, o presidente da época deu continuidade à implementação dos acordos, sem participação social ou consulta às organizações indígenas (ADDHH, 2022).

Os dez pontos nos quais se manifestaram as demandas apresentadas pela CONAIE, FEINE e FENOCIN trataram sobre: redução do preço do combustível; moratória e perdão das dívidas para pequenos e médios produtores; garantias nos produtos agrícolas; melhoras nos direitos trabalhistas, educação, transporte coletivo e saúde; suspensão aos processos de privatização; políticas de controles dos preços do mercado, etc (CONAIE, 2022). Por conseguinte, dada a incapacidade do governo de responder às demandas sociais, no dia 13 de junho de 2022, anunciou-se o início das mobilizações (ADDHH, 2022).

Entre algumas das medidas tomadas pelo governo com o intuito de reprimir a insurgência, encontram-se: a detenção do líder indígena Leonidas Iza; a ocupação da Casa de la Cultura pela polícia; a morte de 11 pessoas e várias outras feridas, entre outras ocorrências (Ospina, 2022). Segundo o relatório emitido pela ADDHH (2022) elaborado junto à CONAIE, houve violações às proteções e garantias do direito de protestar, abuso da figura do estado de exceção e do uso da força, criminalização e estigmatização aos manifestantes, entre outras.

Em conformidade com Ospina (2022), a insurgência não só tornou evidentes as fraturas políticas e regionais do país, mas também reforçou os preconceitos raciais. Não obstante, também aumentou o número de pessoas simpatizantes e a admiração pela capacidade de resistência das organizações indígenas (Ospina, 2022). De fato, para que os protestos indígenas tenham tido o alcance que tiveram, precisou-se de uma grande capacidade de organização e decisão política de levar as manifestações até as últimas consequências (Dávalos, 2022).

Um ponto importante sobre o sucesso da insurgência é que foi promovido fora do esquema institucional liberal de participação cidadã (Dávalos, 2022). Nesse sentido, sua capacidade de atrair pessoas a nível nacional deveu-se ao fato de que a mobilização faz parte da sua ontologia e do seu modo de agir e de tomada de decisões como comunidade (Dávalos, 2022). Assim, esse sujeito comunitário expressou-se nessa capacidade política para liderar uma revolta tão longa (Dávalos, 2022).

Logo, após 18 dias de manifestações, 318 pessoas feridas, 11 pessoas mortas e 199 detenções, no dia 30 junho se assinou o que chamaram de “*acuerdo de paz*” (ADDHH, 2022). O acordo assinado abrangeu uma série de alternativas e revogação de decretos considerados como prejudiciais à economia das classes populares. Igualmente, um dos pontos acordados foi a instalação de mesas de diálogo por noventa dias para tratar os temas pendentes correspondentes aos dez pontos apresentados pela CONAIE (ADDHH, 2022).

Todavia, desde a perspectiva do presidente da CONAIE, os resultados obtidos a partir das mesas foram mínimos, parciais e deixaram temas pendentes (ADDHH, 2022). Por outro lado, apesar do acordo e da participação nas mesas de diálogo, o governo e meios de comunicação encarregaram-se de promover uma campanha de estigmatização dos protestos. Dessa forma, na entrevista com o site de notícia argentino, Infobae, o ex-presidente Guillermo Lasso, destacou que os protestos foram financiados pelo narcotráfico, com as seguintes palavras:

La paja está en fabricar una protesta violenta con fines políticos para derrocar al gobierno legalmente constituido. Esta es una alianza con el correísmo y en esta alianza participa un tercer actor que es el que pone el dinero para las protestas, que habrán

alcanzado 15 millones de dólares durante 18 días, y este actor es el narcotráfico (Loaiza, 2022)⁷.

Na perspectiva de Dávalos (2022), perante a incapacidade de resposta à mobilização por parte do governo, recorreu-se ao racismo. O racismo teve como sustento a ideologia colonial carente de consistências ontológicas, que coloca os indígenas em diferentes posições que podem, a depender da intenção: infantilizá-los, subordiná-los e até mesmo categorizá-los como uma ameaça ao estado (Dávalos, 2022). No entanto, independentemente da resposta do Estado à violência, à opressão e às manifestações de racismo, a CONAIE conseguiu fazer com que o governo prestasse atenção às suas exigências de interesse nacional.

Embora as demandas do movimento indígena tenham variado ao longo do tempo, o que não tem mudado é o fato de que tem se desenvolvido contra políticas promovidas pelo governo dentro de uma sociedade desigual, excludente e racista (Bonilla; Mancero, 2020). De fato, em todas as insurgências é possível enxergar um padrão de deslegitimação, subestimação e falta de consideração do movimento como um verdadeiro ator político. Consequentemente, evidencia-se o legado da colonização de rejeição dos indígenas e a sua exclusão no âmbito político e estatal.

Nesse contexto, o movimento indígena tem lutado para ganhar um espaço, voto e voz dentro da sociedade equatoriana. Porém, um grupo importante da sua organização tem sido ofuscado nas tentativas de conquistar os direitos coletivos e esse grupo é o das mulheres. No seguinte capítulo, será analisado o papel que as mulheres indígenas têm desempenhado dentro dos movimentos indígenas e os espaços que têm alcançado.

⁷ Transcrição da entrevista dada pelo ex-presidente Guillermo Lasso à jornalista Yalilé Loaiza do site de notícias argentino Infobae.

CAPÍTULO 2 OS DIREITOS EM PROL DA IGUALDADE DAS MULHERES INDÍGENAS: abordagem do seu papel ao interior das suas comunidades, perante o Estado e os conflitos enfrentados

Segundo o relatório da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), a situação atual dos povos indígenas latino-americanos só pode ser entendida como resultado da colonização europeia, no qual foram despojados das suas terras, identidade, cosmovisão e cultura (2014). Esse processo histórico quase resultou no extermínio das pessoas indígenas do continente. De fato, estima-se que na época dos primeiros contatos europeus existiam no continente ao redor de 57,3 milhões de pessoas indígenas que após 130 anos esse número diminuiu em 90% (CEPAL, 2014).

Entretanto, conforme descrito no capítulo anterior, os povos indígenas exerceram resistência e evoluíram para o sujeito político que atualmente é representado pela CONAIE. Para compreender o papel das mulheres ao interior das suas comunidades é indispensável conhecer a evolução que o movimento indígena equatoriano tem tido ao longo dos anos e, especialmente, o desenvolvimento das ações realizadas pelas mulheres indígenas para exigir seus direitos.

Uma das primeiras formas de organização indígena reconhecida a nível estatal ocorreu no século XX, no auge dos partidos comunistas e do sindicalismo, com a criação do *Sindicato Indígena Juan Montalvo*, em 1926 (Ordóñez, 2023). É importante mencionar que as comunidades indígenas tiveram diversas formas de coordenar as lutas pelos seus direitos. De fato, a resposta da população indígena ao sistema de opressão ao qual estavam submetidos, foi a comunidade, que se consolidou como eixo principal para a realização de atos de protesto coletiva nos séculos XVII, XVIII y XIX (*Centro para el desarrollo y la investigación de los movimientos sociales del Ecuador* - CEDIME, 2010).

Em 1927, estabeleceu-se o sindicato "*El Inca*" na província de Pichincha, que inspirou a criação de outros sindicatos pelos *huasipungueros*, *arrimados* e *yanaperos*, com o intuito de acabar com os abusos do *sistema latifundario* (CONAIE, 2014). Anteriormente, houve outras tentativas de construir uma organização com abrangência nacional, porém, foram impedidos pelas travas da *Ley de Comunas* (CONAIE, 2014). Finalmente, em 1944, constituiu-se a *Federación Ecuatoriana de Indios*, com o apoio do *Partido Comunista* e da *Confederación Ecuatoriana de Obreros* (CONAIE, 2014).

Anos mais tarde, com a *Reforma Agraria* impulsionada pela *Junta Militar*, que trouxe consigo a eliminação do *huasipungo*, as condições de vida dos indígenas melhoraram e se

estabeleceram organizações indígenas com perspectiva étnica (Ordóñez, 2023). Nesse âmbito, a partir dos anos sessenta surgiram várias organizações, como: a *Federación Nacional de Organizaciones Campesinas* (FENOC), a FENOCIN e a *Ecuador Runacunapac Riccharimui* (ECUARUNARI) (Ordóñez, 2023).

Em 1980, foi constituída a *Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonía* (CONFENAIE), fundamental para a consolidação do movimento indígena na década seguinte (CEDIME, 2010). Não obstante, as mulheres tiveram um papel secundário na consolidação da organização, com acesso reduzido a cargos de direção (CEDIME, 2010). Finalmente, em 1986, consolidou-se a CONAIE, considerada como uma das organizações indígenas mais poderosas do continente.

A nível nacional, a CONAIE tem se posicionado como uma organização com um grande poder de mobilização e influência, pois funciona como uma direção de coordenação das organizações indígenas regionais: a ECUARUNARI, a CONFENAIE e a CONAICE (*Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Costa Ecuatoriana*) (CEDIME, 2010). Como foi descrito no capítulo anterior, a CONAIE tem liderado as maiores insurgências indígenas dos últimos 25 anos e sua participação nos protestos levou à derrubada de governos.

A CONAIE teve um papel importante na incorporação constitucional do termo "nacionalidades", como contraproposta ao projeto homogeneizador do Estado, visando destacar a existência de identidades étnicas distintas, a autodeterminação e o respeito pelos seus territórios (Ordóñez, 2023). Igualmente, impulsionaram a coordenação de protestos motivados por reivindicações de caráter étnico, econômico, entre outras (CEDIME, 2010).

A participação das mulheres indígenas nesses processos de reivindicação de direitos foi indispensável e consistiu em ações de caráter logístico e estratégico (CEDIME, 2010). No entanto, a sua intervenção nas negociações e na tomada de decisões foi e continua sendo limitada (CEDIME, 2010). Seu pertencimento ao movimento não tem garantido sua participação de fato, sobretudo por ser um movimento historicamente dominado por homens (Sharifpour, 2016). Nesse sentido, suas contribuições têm sido invisibilizadas tanto pelo movimento, quanto pela sociedade equatoriana (Sharifpour, 2016).

Com o objetivo de compreender o tratamento que as mulheres indígenas têm tido dentro dos seus contextos como membros da comunidade e dos movimentos sociais, neste capítulo será analisado o papel das mulheres no movimento indígena, bem como os conflitos que elas têm tido que enfrentar devido às críticas das correntes feministas e de suas comunidades. Posteriormente, serão discutidas as perspectivas das relações de gênero nas comunidades

indígenas e no âmbito estatal, a fim de abordar a discussão sobre os direitos individuais e coletivos das mulheres.

2.1 O papel das mulheres dentro do movimento indígena equatoriano e sua participação política

Da mesma maneira que seus companheiros indígenas, a situação das mulheres indígenas também foi de desvantagem. Conforme será explicado nos capítulos seguintes, as mulheres indígenas estão expostas a várias formas de discriminação pelo seu pertencimento a um grupo étnico que tem sido rejeitado e por fazerem parte do gênero que tem sido historicamente subordinado. Dessa forma, apesar de terem estado na linha de frente das lutas indígenas, seu protagonismo não tem se traduzido no reconhecimento da sua liderança política (Picq, 2014).

As mulheres indígenas têm estado presentes na história por séculos, seja nas lutas contra os batalhões espanhóis, na resistência contra as práticas colonizadoras do estado e ou se unindo aos conflitos pela autonomia política (Picq, 2014). Segundo Picq, as mulheres participaram nas primeiras décadas do encontro colonial, assim, a autora cita Gaspar de Carvajal, que narrou a história de mulheres prontas para combater os homens de Orellana da primeira expedição espanhola pelo rio Amazonas (1934 *apud* Picq, 2014, p. 95).

Efetivamente, como o indica Picq (2014), as mulheres indígenas têm participado em práticas de resistência tanto na vida diária como na contestação política contra os colonizadores europeus e as políticas dos Estado-Nações. Dessa forma, as mulheres indígenas representaram uma ameaça à ordem que os colonizadores tentaram impor, ao ponto de que, na época colonial, terem sido perseguidas pelas autoridades do Estado e temidas por suas táticas militares e sangue frio (Picq, 2014).

De acordo com Picq (2014), as mulheres indígenas lideraram vários atos de insubordinação contra os colonizadores espanhóis, como o caso da revolta histórica contra os impostos em Guamote, liderada por Lorenza Peña, Jacinta Juárez e Lorenza Avemañay. Outra insurgência destacável foi a de 1871, liderada por Manuela León e Fernando Daquilema, na qual protestaram contra os impostos da igreja e os trabalhos forçados na construção de uma estrada nacional (Picq, 2014).

A experiência das mulheres pós-independência do Equador, gerou o fato de que além de terem sido sujeitas aos sistemas do *concertaje* e o *huasipungo*, também foram submetidas, por exemplo, ao direito dos seus patrões à *pernada* (CEDIME, 2010). Além disso,

as mulheres não podiam ser donas das parcelas de terra que foram cedidas aos indígenas, ou também conhecidas como *huasipungos*. Todavia, razão de serem afetadas pelas condições de exploração, surgiram como líderes das lutas rurais (Becker, 1997).

As lideranças indígenas femininas, por conseguinte, surgiram da relação entre a autoridade e o acesso à terra, já que aproveitaram o fato de não terem nenhuma relação individual ou direta com o sistema fazendário e confrontaram os proprietários das terras (Prieto, 1998). A limitação do seu acesso à terra facilitou a luta contra os administradores e proprietários das fazendas, sem arriscar o sustento de sua família (Prieto, 1998). De fato, o único vínculo com o sistema fazendário originava-se do seu pertencimento à família *huasipunguera* (Prieto, 1998).

Em geral, as mulheres indígenas praticaram diferentes formas de resistência que terminaram sendo invisibilizadas pelos arquivos oficiais da história (Picq, 2014). Nesse sentido, Picq (2014) ressalta que mesmo quando pareciam mais subordinadas, encontravam-se buscando formas menos óbvias de contestação. Assim, as mulheres inventavam formas sutis de resistência diária, conforme a sua cultura de contestação (Picq, 2014). Segundo Chancoso, entrevistada por Picq (2014), as mulheres indígenas sempre estiveram presentes, mas sua participação tem sido pouco reconhecida ou divulgada.

Com o tempo, a estrutura das comunidades indígenas evoluiu e uma chave para entender as mudanças foi seu envolvimento com o mercado e a intervenção estatal (CEDIME, 2010). Por exemplo, a *Ley de Comunas* reestruturou a organização das comunidades e regulou a sua relação com o Estado com o objetivo de outorgar acesso aos benefícios da lei (CEDIME, 2010). Esses arranjos organizacionais fizeram que seus membros passassem a ter a qualidade de sócios; contudo, as mulheres não foram consideradas e, por conseguinte, não puderam ocupar cargos diretivos (CEDIME, 2010).

Dentro do contexto das sociedades indígenas, criaram-se categorias de organizações divididas em graus. Entende-se, assim, que as de primeiro grau estão compostas pelas comunidades, comunas, cooperativas, associações, centros ou outras de grupos pequenos (CEDIME, 2010; Altmann, 2013). As organizações de segundo grau estão conformadas pela união de organizações provinciais; e as de terceiro grau, constituídas pelos organismos regionais e nacionais (CEDIME, 2010).

Tradicionalmente, no âmbito das comunidades indígenas, o primeiro grau de organização, o prestígio das mulheres tem estado ligado a cânones culturais que valorizam seu desempenho e conhecimento do seu papel reprodutivo; à diferença dos homens, cuja reputação tem sido medida segundo a ocupação de cargos de autoridade (CEDIME, 2010). Assim, poucos

são os casos de mulheres indígenas que têm assumido funções como *capitanes*, *curacas* ou *shamanes* (CEDIME, 2010).

Entretanto, não pode se deixar de lado que existiram diferentes momentos da história política nos quais as mulheres indígenas tiveram contribuições significativas. Nos anos cinquenta e sessenta, participaram em episódios como as lutas contra o sistema produtivo colonial fazendário; o processo de consolidação da identidade camponesa-indígena, através da conformação de organizações como a *Federación Ecuatoriana de Indios (FEI)*; na defesa dos seus territórios e recursos naturais; entre outras (Figuerola, 2018).

A FEI, caracterizada pelas suas tendências socialistas e sindicalistas, centrou sua luta na oposição ao sistema fazendário e seu apoio à reforma agrária (Altmann, 2013). Por conseguinte, sua luta se fundamentou na melhora de condições de trabalho e dos salários (Altmann, 2013). Sem embargo, não pode se deixar de lado que sua conformação foi possível pela participação de Tránsito Amaguaña. De igual maneira, o fato de que a federação tenha adotado a perspectiva cultural atribui-se também a atuação de Tránsito Amaguaña, quem iniciou com as escolas clandestinas de ensino da língua *Kichwa* (Altmann, 2013).

Tránsito Amaguaña foi uma das líderes mais notáveis cuja luta emergiu dos protestos contra o sistema do *huasipungo*. As demandas de Tránsito pelo pagamento do seu trabalho nas terras fizeram com que o proprietário tirasse as terras da sua família (Becker, 1997). Desde jovem, Tránsito foi obrigada a cumprir as tarefas domésticas da fazenda e a casar com 14 anos (Becker, 1997). Apesar da sua gravidez precoce, aos 15 anos, participou em reuniões clandestinas sobre as mudanças no sistema de exploração (Becker, 1997).

No contexto dessas reuniões, Tránsito conheceu à sua colega indígena Dolores Cacuango, com quem organizaram greves e sindicatos camponeses (Becker, 1997). De fato, Tránsito é conhecida como a “lutadora incansável” e como a representante da memória feminina na história pela reivindicação dos direitos indígenas (Becker, 1997). A sua inclinação política de esquerda a constituiu como um elo entre o movimento de resistência indígena e a política do ocidente (Becker, 1997).

Dolores Cacuango, por sua vez, foi uma mulher indígena que fez parte de uma família de *huasipungueros* cujas terras foram expropriadas pelo Estado durante o período liberal (Prieto, 2015). Dolores foi ativista dos interesses indígenas e das primeiras promotoras da criação de sindicatos de agricultores e escolas (Prieto, 2015). Suas demandas, na época, centraram-se na melhoria no tratamento dos empregadores, no pagamento dos serviços domésticos, na redução do horário laboral e nas demais demandas relacionadas aos direitos trabalhistas (Prieto, 2015).

Nas décadas seguintes, Dolores contribuiu com a fundação de escolas em Pesillo e, com o apoio da professora Luísa Gómez, abriram-se escolas sindicais (Prieto, 2015). Desse modo, o seu interesse pela educação a fez negociar a expansão de programas de alfabetização para as zonas rurais do país, voltados para pessoas adultas (Prieto, 2015). Em conformidade com o mencionado anteriormente, no intuito de vincular os sindicatos agrícolas aos grupos de trabalhadores, terminou participando na formação da FEI (Prieto, 2015).

A FEI, que teve apoio do Partido Comunista, teve um papel importante na luta pelo reconhecimento dos direitos sociais, econômicos e políticos de homens e mulheres indígenas (Prieto, 2015). Apesar da sua colaboração na criação da FEI, Dolores Cacuango ocupou só os cargos de secretária e tesoureira dentro da Federação (Prieto, 2015). Não obstante, é lembrada como a criadora das escolas bilíngues, da agenda da organização e das mulheres, assim como uma figura importante e admirada na política (Prieto, 2015).

Voltando ao tema da organização dos indígenas no que diz respeito ao segundo e terceiro grau de organização, a participação das mulheres indígenas tem estado mais consolidada. Embora nos primeiros anos do movimento indígena a ênfase ter sido nas reivindicações étnicas, em 1986 promoveu-se o primeiro congresso da CONAIE, no qual foi levantada a discussão sobre a liderança das mulheres (CEDIME, 2010). Todavia, vale destacar que a exigência da participação das mulheres não tem sido feita desde uma posição feminista, e sim desde a luta contra a discriminação (CEDIME, 2010).

Nesse sentido, poderia se dizer que o interesse das mulheres em princípio não tem sido a criação de organizações paralelas só de mulheres, pois sua luta continua tendo como foco os interesses gerais do movimento (CEDIME, 2010). No entanto, desde a década de 1980, começou a existir consciência sobre as relações desiguais entre homens e mulheres e seus efeitos na sua participação (CEDIME, 2010). Porém, em alguns casos, a criação de organizações de mulheres tem sido aproveitada para angariar apoio financeiro da cooperação internacional (CEDIME, 2010).

A migração e a educação também contribuíram para uma maior participação e liderança das mulheres dentro das comunidades e organizações. A migração fez com que as mulheres assumissem os papéis dos seus parceiros, tanto no âmbito produtivo e comunitário (CEDIME, 2010). Por outro lado, a educação permitiu que ganhassem mais visibilidade e reconhecimento, assim como credibilidade para poder construir sua liderança dentro das suas comunidades como a nível nacional (CEDIME, 2010).

Dessa forma, na época da conformação da ECUARUNARI, ao redor de 1978, houve a proposta de criar uma escola de formação de líderes para incluir as mulheres nas

dinâmicas de deliberação da organização. Essa proposta foi sem precedentes, pois antes sua participação se baseava nas dinâmicas de gênero pré-estabelecidas (Figueroa, 2018). Essas dinâmicas consistiam na participação masculina em questões políticas, enquanto as mulheres apoiavam com as tarefas domésticas e de cuidado de crianças (Figueroa, 2018).

É importante salientar que o apoio doméstico dado pelas mulheres não deixa de ser importante; não obstante, terminou limitando seu desenvolvimento e experiência no âmbito político (Figueroa, 2018). Consequentemente, criou-se em 1996 a *Escuela de Liderazgo Dolores Cacuango*, com uma mulher na frente da coordenação: Vicenta Chuma (Figueroa, 2018). A escola de liderança é atualmente uma das mais antigas, com maior abrangência em termos geográficos e inspirou à formação de outras escolas (Figueroa, 2018).

Com o tempo e graças a essas referências, as mulheres indígenas conseguiram conquistar espaços formais dentro das estruturas dos movimentos indígenas. Por exemplo, a criação da ECUARUNARI teve uma *Secretaria de la Mujer*, em 1978; na CONAIE, criou-se a *Comisión Nacional de las Mujeres* em 1982; e em 1996, conformou-se o Consejo Nacional de Mujeres Indígenas del Ecuador (CONMIE) (Méndez, 2009). As *Secretarias de la Mujer* foram chave na visibilização da sua situação de desigualdade e discriminação perante seus colegas homens (Méndez, 2009).

Em 1997 começou a implementação de ações afirmativas para democratizar os espaços de representação das mulheres indígenas. Nesse sentido, partidos indígenas de esquerda como *Pachakutik*, regularam a incorporação da quota de gênero em 40% (Figueroa, 2018). A partir daí, estudos sobre a presença das mulheres indígenas no legislativo desde 1998 até 2017 mostraram que os governos municipais e regionais são os espaços que têm maior participação de mulheres indígenas (Figueroa, 2018).

Dessa forma, evidenciou-se que a participação da mulher dentro do movimento indígena tem se desenvolvido em diferentes espaços: na família, na comunidade, nos protestos e ações coletivas, em projetos de desenvolvimento, etc. (CEDIME, 2010). De igual forma, nos últimos anos, as dinâmicas da sociedade equatoriana têm mudado, começando pelos avanços em termos de barreiras étnicas, assim como dentro do movimento indígena e sua influência no âmbito político.

As comunidades indígenas também têm passado por mudanças culturais e sociais importantes por fatores como a maior intervenção estatal, maior acesso à educação, aumento dos meios comunicacionais e maior incidência dos meios de comunicação. Nesse âmbito, desde a Constituição de 2008, na qual se reconheceu a justiça indígena, também se estabeleceu a garantia sem precedentes da participação e decisão das mulheres indígenas.

Entretanto, segundo a pesquisa com mulheres indígenas equatorianas, realizada por Salgado (2012), as entrevistadas coincidiram em que a realidade dentro das comunidades e como membros do movimento, continuam se reproduzindo papéis desiguais de gênero. Por exemplo, na comunidade, realizam atividades domésticas, se dedicam ao cuidado de crianças e à agricultura (Salgado, 2012). Nada obstante, essas tarefas não têm suficiente consideração dentro dos lares (Salgado, 2012).

Por outro lado, as mulheres também têm colaborado nos protestos e mobilizações; porém, as tarefas que têm sido colocadas para elas reiteram os papéis tradicionais de gênero (Salgado, 2012). Assim, segundo as declarações das entrevistadas, elas têm se encarregado de cozinhar durante as manifestações e têm sido usadas como escudos humanos, ou seja, colocadas na frente das marchas para que a polícia não agrida aos homens (Salgado, 2012).

No tocante à sua participação em cargos de liderança, as entrevistas manifestaram que em várias ocasiões tiveram que pedir a permissão dos seus maridos para poder aceitá-los (Salgado, 2012). Outras mulheres indicaram que a aceitação pela mulher pode chegar a desencadear violência contra elas por parte dos parceiros (Salgado, 2012). Nesse sentido, as mulheres casadas enfrentam conflitos para o exercício da liderança e às vezes até a maternidade se torna em um obstáculo (Salgado, 2012).

Os obstáculos que as mulheres indígenas tiveram de enfrentar não as têm impedido de continuar atuando na política nacional e dentro do movimento indígena. Exemplos mais recentes são Blanca Chancoso e Nina Pacari, ambas indígenas. Blanca Chancoso é reconhecida como líder a nível internacional e foi a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente da ECUARUNARI em 1971 (Picq, 2014). Por outro lado, Nina Pacari, dedicou-se à defesa do acesso aos títulos de terras pelas mulheres indígenas de Chimborazo e foi a primeira mulher escolhida como congressista (Picq, 2014).

Com esse contexto, resulta acertada a afirmação de Picq (2014), ao dizer que a participação das mulheres indígenas sempre existiu, só que seu reconhecimento tem sido recente. A participação e liderança das mulheres é a regra, pois têm insistido na luta pelos direitos humanos da sua comunidade no passado e recentemente têm se envolvido nas demandas pelos direitos coletivos e a autodeterminação (Picq, 2014).

De acordo com Picq (2016), apesar de a desigualdade de gênero não ser um problema que afeta só as sociedades indígenas, suas agendas sociais estão envolvidas por práticas que perpetuam as diferenças. Dessa maneira, salienta que: "a negação do movimento indígena em garantir os direitos à igualdade em nome da preservação cultural está agravando a

marginalização política das mulheres" (Picq, 2014, p. 93). Portanto, segundo a autora, os direitos étnicos não têm levado em conta as discrepâncias de gênero (Picq, 2014).

2.2 Conflitos na luta pelos direitos construídos com base na igualdade das mulheres indígenas

Cada vez mais as mulheres indígenas têm ganhado protagonismo dentro do seu movimento e nas lutas de resistência às políticas discriminatórias. Dessa forma, ao mesmo tempo que têm lutado desde sua perspectiva étnica, influenciada pelo passado de colonialismo e discriminação, também estão criando espaços para reivindicar suas demandas específicas (Méndez, 2009).

Em 2008, ano em que a justiça indígena foi reconhecida constitucionalmente, as mulheres indígenas advogaram para que a paridade de gênero seja incluída na administração de justiça indígena⁸. A petição desse grupo de mulheres teve sucesso e foi nessa Constituição que pela primeira vez se reconheceram explicitamente seus direitos de participação no sistema judiciário indígena (Picq, 2018)⁹.

Entretanto, apesar do episódio ter representado um grande avanço no âmbito dos direitos das mulheres indígenas, os movimentos de mulheres não indígenas protagonizaram episódios de rejeição. Ao invés do sucesso da inclusão da paridade de gênero na justiça indígena tenha sido amplamente comemorado, ela foi criticada por supostamente quebrar a coalizão feminista com uma proposta separada (Picq, 2018).

De fato, existem correntes do feminismo que fazem distinções entre aquelas denominadas essencialistas de gênero e as anti-essencialistas de gênero (Salgado, 2012). O primeiro grupo considera o gênero como a principal causa da opressão das mulheres. Esta posição tem levado a que se oponham ao reconhecimento da diversidade cultural e dos direitos coletivos, em nome das tradições culturais (Salgado, 2012). Por outro lado, o feminismo anti-

⁸ A justiça indígena no Equador é reconhecida a nível constitucional e garante as autoridades das comunidades, povos e nacionalidades indígenas funções judiciais fundamentadas nas suas tradições ancestrais e direito próprio, dentro dos seus territórios. Nessa linha, o Estado equatoriano reconhece à justiça indígena como um sistema próprio e independente da justiça ordinária, como parte essencial das suas formas de governo (Sarzoza, 2018, p. 6).

Segundo o *Manual de Justicia Indígena* publicado na página oficial da CONAIE, a justiça indígena é definida como um “[s]istema de normas, principios y procedimientos basados em conocimientos milenarios [...]” (Sarzoza, 2018, p. 10). Essas normas são aplicadas pelas autoridades indígenas, com competência para exercer funções judiciais outorgada pela Constituição, e que seguem os seguintes princípios: harmonia, integralidade, perdão-reabilitação, diálogo-dizer a verdade, espiritualidade e restauração e equilíbrio (Sarzoza, 2018, p. 13-14).

Revisar o artigo 171 primeiro parágrafo da Constituição da República do Equador do ano 2008.

⁹ Revisar o artigo 171 primeiro parágrafo da Constituição da República do Equador do ano 2008.

essencialistas considera gênero como um eixo de opressão que se combina com a classe social, a etnia, orientação sexual, etc; analisando assim cada contexto (Salgado, 2012).

Dentro do feminismo anti-essencialista, situa-se o feminismo descolonizador que alerta para o perigo dos universalismos, mas também sobre como o respeito das diferenças poderia levar aos essencialismos culturais que muitas vezes servem aos interesses patriarcais (Hernández, 2003 *apud* Salgado, 2012, p. 252). Na perspectiva de Hernández, estas representações a-históricas das culturas indígenas facilitam o surgimento de fundamentalismos culturais que veem as tentativas das mulheres de transformar as práticas que afetam as suas vidas como uma ameaça à identidade do grupo (2003 *apud* Salgado, 2012, p. 252).

Por outro lado, embora a paridade de gênero tenha sido incluída nos processos eleitorais desde o ano 2000 por meio da “Lei de Cotas” e tipificada a violência política, a participação das mulheres indígenas se vê exposta a fofocas, rumores e questionamentos sobre sua feminilidade e seu papel como mães pelas suas comunidades (*ONU Mujeres Ecuador*, 2019)¹⁰. Isso sem considerar que, como o expressado por Picq (2018), a liderança indígena passa despercebida e as mulheres indígenas têm sido consideradas irrelevantes na política.

Outro ponto importante a ser considerado é o pertencimento das mulheres indígenas às suas comunidades. De fato, uma particularidade da participação social e política das mulheres indígenas é que ela inicia e se desenvolve dentro das suas comunidades (*ONU Mujeres Ecuador*, 2019). Esta situação pode ser uma faca de dois gumes, uma vez que, por um lado lhes garante um sistema de apoio permanente, mas, por outro, também as torna dependentes na tomada de decisões (*ONU Mujeres Ecuador*, 2019).

Da mesma forma, segundo o relatório da *ONU Mujeres Ecuador*, muitas mulheres indígenas percebem na sua participação a presença de discriminação e inveja por parte dos seus colegas homens; assim como preconceitos e considerações de não serem aptas suficiente para assumir cargos públicos (2019). Além disso, não se pode deixar de lado a sua pouca experiência na política e as limitações na língua, fatores que também criam dependência dos homens da comunidade, que contam com mais tempo de trajetória (*ONU Mujeres Ecuador*, 2019).

No âmbito político, as mulheres que pertencem a comunas, recintos e vilas rurais precisam que lidar com episódios de racismo; e o fato de serem camponesas, indígenas, afro equatorianas ou mulheres rurais coloca as suas capacidades em questionamento (*ONU Mujeres Ecuador*, 2019). Segundo Picq (2018), as mulheres indígenas compartilham formas

¹⁰ A Lei de Cotas estabelece que os partidos políticos estão obrigados a organizar suas candidaturas com uma porcentagem mínima de mulheres do 35%, a qual tem que aumentar em cada processo eleitoral até chegar ao 50%.

sistemáticas de marginalização, exclusão, pobreza e altos níveis de violência pelo fato de ser mulheres e pela sua origem indígena.

É importante considerar que a luta das mulheres indígenas tem um duplo aspecto: por um lado a conquista de seus direitos para conseguir a igualdade e, por outro, as demandas específicas das suas comunidades. A luta das mulheres indígenas é um enfrentamento a partir da sua cosmovisão de comunidade, com uma visão de complementariedade entre homens e mulheres; e com a finalidade de estabelecer equilíbrio nas relações entre as pessoas e a natureza (Méndez, 2009).

Nesse sentido, as mulheres indígenas, na luta pelos seus direitos, se vêem divididas entre suas duas categorias identitárias: de gênero e de etnia. Rita Segato, ao falar sobre a sua experiência na formulação de políticas afirmativas com mulheres indígenas, salientou o sacrifício, hesitação e temor de denúncia das mulheres para evitar pôr em risco a unidade da comunidade (2003). Dessa maneira, ao reclamarem seus direitos à igualdade e demais relacionados, pareceriam ameaçar os direitos coletivos que são a base do seu direito comunitário (Segato, 2003).

Consequentemente, os reclames pelos seus direitos individuais poderiam terminar fragilizando e deslegitimando as suas reivindicações pela sua natureza universal e além das tradições da comunidade (Segato, 2003). Em síntese, segundo Segato, os direitos das mulheres indígenas se encontram em uma articulação tensa e contraditória em relação aos seus direitos individuais e coletivos (Segato, 2003). Portanto, têm que enfrentar obstáculos ainda dentro da sua mesma comunidade.

A nível comunitário, as mulheres indígenas tendem a ser melhor acolhidas pela organização quando lutam por ela. Porém, quando o fazem para defender os seus direitos são consideradas como traidoras ou ocidentalizadas (Cumes, 2009). Por outro lado, em termos de participação política, os homens continuam as subordinando. Isso evidenciou-se na pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD).

Em conformidade com a pesquisa, em um grupo focal realizado em Chimborazo com mulheres indígenas dos cantões Colta e Guamote, denunciou-se que os homens da comunidade são quem ficam com os cargos de liderança, enquanto as mulheres com cargos júniores (PNUD, 2023). Outro exemplo dessa falta de apoio por parte dos seus companheiros indígenas é o já citado episódio de quando as mulheres indígenas exerceram pressão para que sua participação fosse reconhecida na justiça indígena.

Quando as mulheres apresentaram sua proposta na assembleia, baseando-se na Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas, conseguiram obter o apoio de alguns

legisladores. Porém, o único membro indígena da comissão se opôs à proposta (Picq; Sofio, 2013). O argumento para a oposição à proposta foi que ela contradizia e era incompatível com os direitos coletivos pelos quais lutam e que, portanto, provocaria divisões (Picq; Sofio, 2013). Outros membros e líderes do movimento indígena também exerceram resistência e não as apoiaram.

Por outro lado, em relação ao movimento feminista e sua luta pelos direitos das mulheres, várias críticas têm sido feitas por homens indígenas às noções de gênero e ao movimento, por considerá-los como uma nova forma de colonialismo (Cumes, 2009). Segundo essa perspectiva, o feminismo interpreta erradamente suas práticas como sinais de desigualdade e opressão, segundo eles, distantes da lógica indígena (Cumes, 2009). Dessa forma, responsabilizam-no por atacar à organização e o seu sentido de comunidade (Cumes, 2009).

Em conformidade com Hernández (2016), no melhor dos cenários, as organizações de mulheres indígenas são reconhecidas por grupos feministas latino-americanos pelo intuito de se aproximar a essas novas perspectivas, mas com a intenção oculta de aproximá-las à “verdadeira consciência feminista”. O que poderia até ser considerado como uma nova tentativa de colonizar os lugares os quais as mulheres indígenas têm lutado para conseguir.

É importante salientar que tem existido diversos questionamentos ao feminismo por parte das estruturas de mulheres indígenas que associaram o movimento com o ocidente, ao qual rejeitam pela falta de consideração às outras realidades e experiências (Méndez, 2009). Segundo Hernández (2016), alguns discursos feministas latino-americanos têm reproduzido perspectivas etnocêntricas no momento de analisar a organização de mulheres indígenas e as têm excluído por não centrarem sua agenda política apenas nos direitos exigidos para garantir sua igualdade.

Na perspectiva de Picq e Sofio (2013), o discurso feminista pode chegar a ser difícil de se adaptar aos contextos das mulheres indígenas por diferentes motivos. Por um lado, devido ao fato de que a perspectiva feminista acadêmica e branca hegemônica está associada à hegemonia do ocidente e aos interesses das classes dominantes, e suas bases continuam tomando como referência à construção dos Estado-Nações (Picq; Sofio, 2013). Por outro lado, em alguns casos persiste a resistência por parte das mulheres indígenas de se identificar com um grupo que apresenta interesses políticos que ignora suas reivindicações específicas (Picq; Sofio, 2013).

Por estas razões, as mulheres indígenas parecem mais relutantes em se alinhar com interesses políticos dominados por noções que interpretam as reivindicações das mulheres como universais (Picq; Sofio, 2013). Por consequência, essas noções podem terminar escondendo as

desigualdades preexistentes entre as mulheres (Picq; Sofio, 2013). Efetivamente, situar a identidade étnica em primeiro lugar implica reivindicar especificidades culturais e realidades compartilhadas: a exclusão (Picq; Sofio, 2013).

Como resposta, em países como Guatemala e México, as organizações de mulheres indígenas têm desenvolvido a noção de “feminismo indígena” ou “feminismo comunitário”, no qual priorizam as múltiplas formas de opressão que atravessam e questionam a violência patriarcal, racismo e etnocentrismo do feminismo mestiço urbano (Hernández, 2016). Dessa forma, têm buscado referências nas suas próprias epistemologias e cosmovisões para repensar as relações de poder entre homens e mulheres (Hernández, 2016).

Em outros lugares da América Latina, como Chile, mulheres de grupos indígenas como as *Mapuche* não só rejeitam o feminismo, mas também os conceitos como gênero, por serem contrários as suas perspectivas (Hernández, 2016). Nesse sentido, tem começado a desenvolver suas próprias teorizações e debates centrados nos conceitos de complementariedade e dualidade, assim como a promoção dos valores de comunidade (Hernández, 2016).

Segundo Hernández (2016), o conceito de dualidade, ao contrário das ideologias patriarcais, propõe que o feminino e o masculino se encontram na mesma divindade como forças energéticas concentradas em uma e que permitem o equilíbrio. Dessa forma, tentam se deixar para atrás as ideias de superioridade e conceitos como o da complementariedade permitem analisar as atitudes colonizadoras dos homens indígenas para repensar a cultura a partir da igualdade de gênero (Hernández, 2016).

De acordo com Picq (2018), as cláusulas de gênero e as noções universalistas podem servir como ferramentas para fortalecer os contextos indígenas ao legitimar as diferenças e validar o sistema judiciário indígena como autônomo do estatal. Assim, no lugar de interpretá-lo como uma tentativa de homogeneização ou uma nova forma de colonialismo das realidades indígenas, poderia se considerar como a “*indigenização*” de direitos universais, mudando o esquema de quem detém o poder para redefinir significados funcionais (Picq, 2018).

Obviamente, essa universalização seria efetiva se as diferenças e circunstâncias específicas das mulheres fossem levadas em conta na hora de formular políticas públicas a serem aplicadas. Ou seja, é preciso contar com a participação de mulheres com diferentes contextos, cujas vozes sejam realmente ouvidas e sua relevância reconhecida. Não obstante, as heranças do colonialismo ainda persistem, sobretudo pelo esquecimento e rejeição às realidades específicas das pessoas indígenas.

Como foi exposto, as mulheres indígenas têm que atravessar conflitos na luta pelos seus direitos, seja pelas críticas e oposições provenientes das suas comunidades, ou pela falta de apoio por parte de grupos feministas. Dessa forma, tem surgido novas correntes e formas de reinterpretar os conceitos da cosmovisão indígena, assim como novas formas de feminismo que pretendem abranger os grupos de mulheres que têm sido deixadas de lado historicamente. Entretanto, persistem alguns debates a respeito das relações de gênero dentro dos grupos indígenas que tem chegado a contrapor os direitos coletivos e os de gênero, tema que será abordado a seguir.

2.3. O debate sobre os direitos coletivos e os direitos individuais em prol da igualdade das mulheres: análise breve das relações de gênero nas comunidades indígenas

Conforme descrito na seção anterior, existem conflitos na luta pela conquista de direitos das mulheres indígenas. Nesse contexto, resulta interessante entender as relações de gênero que existem e suas implicações na participação das mulheres indígenas dentro das suas comunidades e perante o Estado. Para tal intuito, a seguir se realizará uma breve contextualização sobre como têm se desenvolvido as relações de gênero dentro das comunidades indígenas e os debates que tem surgido.

Sobre o tema, O'Connor (2016), na sua análise sobre o gênero nas comunidades indígenas, apresenta a sua evolução no século XIX com o intuito de entender as relações de gênero dentro das sociedades indígenas e delas com o Estado. Segundo a autora, o gênero tem tido influência no comportamento sociopolítico dos povos e comunidades indígenas, assim como nas suas lutas (O'Connor, 2016). Dessa forma, inicia descrevendo o casamento como uma das instituições mais importantes para as comunidades indígenas pela sua interferência na propriedade das terras comunais e privadas (O'Connor, 2016).

Tanto o patriarcado como o casamento funcionaram do mesmo modo dentro das comunidades indígenas como no âmbito estatal no que se refere às relações desiguais políticas, sociais e de gênero (O'Connor, 2016). Na época, os homens cumpriam tarefas associadas diretamente à agricultura, enquanto as mulheres tinham responsabilidades que, além da agricultura, envolviam a criação dos filhos, cozinhar e outras que as deixava confinadas ao lar e sem momentos de lazer (O'Connor, 2016). Por conseguinte, as obrigações conjugais eram desiguais.

Existiam modelos a serem cumpridos pelos homens e as mulheres dentro do casamento, que, sem embargo, castigavam e julgavam mais duramente às mulheres (O'Connor,

2016). De fato, estavam permitidos os castigos físicos por parte do marido contra a esposa ao considerar que ela não estaria cumprindo com suas obrigações (O'Connor, 2016). Ao que se refere às relações de parentesco, gênero também teve influência, pois no caso dos direitos de herança, quem detinha mais direitos eram os esposos e filhos legítimos dos falecidos (O'Connor, 2016).

Nesse contexto, segundo a autora, embora as mulheres tenham tido contribuições importantes à família e à vida comunitária, a masculinização das relações indígena-estatais fez com que suas colaborações sejam diminuídas em comparação com os membros homens (O'Connor, 2016). Dessa maneira, a autora lista exemplos nos quais a justiça ordinária terminou por beneficiar os homens em casos nos quais estavam envolvidas mulheres jovens ou divorciadas. Em muitos desses casos, afirma que os indígenas alegaram seus direitos para possuir e controlar as terras com argumentos provenientes do patriarcado estatal (O'Connor, 2016).

Essa espécie de patriarcado alternativo reforçava a ideia de que os homens indígenas, como provedores, deveriam ter o poder de decisão (O'Connor, 2016). Esse poder, sustentado nas normas patriarcais estatais e culturais da comunidade, incluiu o poder de castigar as mulheres e, por conseguinte, as relações sociais e econômico-familiares fundaram-se na subordinação das mulheres (O'Connor, 2016).

Em outras palavras, segundo O'Connor, a instalação do liberalismo estatal deu lugar a um pacto implícito entre o Estado e os homens indígenas orientado a domesticar e maternalizar às mulheres indígenas (Prieto, 2015). De maneira que a explicação dada por O'Connor para essas tentativas de dominação partem do patriarcado. No entanto, Prieto (2015), difere desse argumento e questiona que essas operações do patriarcado poderiam ser o resultado de uma série de interseções de um sistema de dominação construído sob múltiplas bordas.

Na visão de Prieto (2015), após pesquisas na produção de literatura da época e documentos do legislativo, as mulheres indígenas nunca foram alvo de interesse político, nem nomeadas no debate político sobre mulheres. Nesse aspecto, menciona que as mulheres só têm sido mencionadas quando são abordados os temas relacionados à família, à população e ao trabalho doméstico (Prieto, 2015). Todavia, não fizeram parte da discussão quando o Estado decidiu intervir e realizar políticas de proteção social (Prieto, 2015).

Para Prieto (2015), as mulheres indígenas se desenvolveram dentro de um contexto que as silenciou e reconheceu como sujeitos políticos subjugados. Assim, segundo ela, o Estado percebeu as mulheres indígenas como sujeitas à vida da natureza, mas não como sujeitos políticos (Prieto, 2015). Sendo assim, o Estado tem criado sujeitos parcialmente estatais,

abrindo espaços de autonomia para a organização da vida dos indígenas, em um primeiro momento; mas negociando progressivamente com os membros masculinos (Prieto, 2015).

No relativo às relações de gênero, dentro das comunidades indígenas, a análise pode ser realizada a partir de diferentes abordagens. Por um lado, as relações de gênero, nas sociedades andinas e amazônicas, podem ser entendidas a partir de princípios de complementariedade e de igualdade hierárquica (CEDIME, 2010). Por outro, existem perspectivas que enxergam as relações de gênero como desiguais e com evidente diferença hierárquica (CEDIME, 2010).

Em 1998 já se discutia a pertinência da existência de uma política de mulheres indígenas. Dessa forma, Mercedes Prieto (1998) explica que a primeira posição rejeita a existência de uma política específica para as mulheres indígenas, pois enxerga homens e mulheres como iguais e, portanto, o discurso étnico representa aos dois. Essa primeira posição entende também que as mulheres cumprem um papel de cuidadoras da cultura e, conseqüentemente, devem garantir a continuidade de sua política geral (Prieto, 1998).

Nessa linha, a primeira concepção considera que as relações de gênero das sociedades indígenas implicam dualidade entre homens e mulheres, o que influi nos posicionamentos da organização e de alguns dos seus membros. Desse modo, um aspecto que tem se mantido ao longo do tempo é a concepção do papel reprodutivo que as mulheres têm que cumprir e que acaba por definir suas funções biológicas e culturais (CEDIME, 2010).

Esse posicionamento, na perspectiva de Prieto, pode fortalecer a importância política das mulheres indígenas ao torná-las vitais na sobrevivência dos povos e na transmissão da cultura (Prieto 2005 *apud* CEDIME, 2010). Nesse sentido, poderiam se aproveitar desse papel indispensável e reivindicar seu lugar e reconhecimento dentro das comunidades (CEDIME, 2010). Igualmente, essa perspectiva resulta válida e não gera resistência por parte dos homens, pois não afeta nem compete contra seus interesses (CEDIME, 2010).

A outra tendência provém de mulheres com algum nível de formação acadêmica que levantam a necessidade de estabelecer sua própria política (Prieto, 1998). Este parecer fundamenta-se na existência de hierarquias e desigualdades dentro da sociedade indígena que precisam ser abordadas (Prieto, 1998). Assim, argumentam que problemas como a posição de desvantagem das mulheres em termos de acesso à educação, bem-estar econômico e paridade política devem ser enfrentados (Prieto, 1998).

Outras mulheres que questionam o discurso da complementariedade, o fazem por causa da lacuna entre a teoria e a realidade (Méndez, 2009). Logo, há posicionamentos que apontam que, se em um determinado momento a situação das mulheres era diferente, as

mudanças que ocorreram foram negativas para elas (Méndez, 2009). Dessa maneira, demandam que as relações deveriam ser equitativas e não violentas, conseqüentemente, procura-se a transformação das relações de poder (Méndez, 2009).

Em vista disso, têm existido sugestões, por parte de mulheres indígenas, nas quais se propõe o repensar a defesa dos seus direitos sem deixar de lado a complementariedade, pois continua sendo um referente válido nas suas relações de gênero (Méndez, 2009). Então, existe uma contraposição às relações de poder e uma forma de solucioná-las: é através da inclusão dos homens nos processos de capacitação e discussão sobre as necessidades e direitos das mulheres (Méndez, 2009).

Nesse contexto das relações de gênero, também há de se considerar que no interior do movimento indígena, os problemas são entendidos e tratados como coletivos e, portanto, devem ser enfrentados a esse nível (CEDIME, 2010). Dessa forma, percebe-se o fundamento da rejeição à organização das mulheres ao redor dos seus interesses de gênero, que estariam se contrapondo aos interesses coletivos e étnicos da sociedade em conjunto, os quais têm sido apoiados por um número considerável de mulheres indígenas (CEDIME, 2010).

Sem embargo, não pode se deixar de lado as mudanças que o reconhecimento da paridade de gênero a nível constitucional trouxe na suposta incompatibilidade entre o gênero e a cultura. Essa incompatibilidade tem sido amplamente debatida pelos grupos feministas, pois por muito tempo a o argumento da defesa da cultura foi usada em detrimento das mulheres no âmbito judiciário (Picq, 2016). Nesse aspecto, existem várias denúncias ao respeito de exceções jurisdicionais feitas em nome da cultura, o que tem prejudicado os direitos humanos das mulheres (Picq, 2016).

Segundo Picq (2016), a reforma na Constituição de 2008 evidenciou que os direitos individuais das mulheres e os direitos coletivos não se excluem mutuamente, podendo abrir caminho para estabelecimento de interlegalidades e conexões em benefício da igualdade de gênero. Esse episódio demonstrou que as mulheres indígenas querem o reconhecimento dos seus direitos individuais; que existe uma complementariedade entre o gênero e a cultura e, ainda, que é possível traduzir direitos universais a contextos culturais específicos (Picq, 2016).

Por outro lado, as mulheres indígenas que pressionaram para que essa mudança fosse plausível encarregaram-se de usar os universalismos para reforçar a diversidade cultural (Picq, 2016). Portanto, não descartaram os supostos universalismos (seus direitos humanos como mulheres), mas os usaram e expandiram suas definições para fortalecer a diversidade cultural (Picq, 2016). Dessa maneira, é possível enxergar que os direitos coletivos que fazem

parte da sua cultura e cosmovisão, e não necessariamente se contrapõem aos seus direitos individuais e de gênero.

A luta pela defesa dos seus direitos como mulheres não foi uma prioridade no começo das suas mobilizações, já que o foco estava nas desigualdades como comunidades e povos historicamente excluídos (Méndez, 2009). No entanto, nos últimos anos, têm surgido tendências que mostram que persistem diferenças entre as posições das mulheres indígenas sobre o reconhecimento dos problemas de desigualdade em suas comunidades e no movimento. O surgimento dessa perspectiva tem levado à realização de ações em prol da melhora de sua situação no interior de suas organizações e na sociedade equatoriana.

Nos últimos anos, enxerga-se que tem se deixado de lado a perspectiva da contradição entre o reconhecimento de direitos coletivos dos povos indígenas e os direitos das mulheres (Salgado, 2012). Dessa forma, segundo Salgado (2012), na *I Cumbre Continental de Mujeres Indígenas del Abya Yala*, destacou-se a importância que as mulheres indígenas atribuem aos seus direitos coletivos enquanto povos indígenas, assim como aos seus direitos enquanto mulheres, com base na sua cosmovisão.

Independentemente do posicionamento a respeito do fundamento das relações de gênero dentro dos contextos indígenas, é inegável que dentro das comunidades persiste um regime de dominação sobre as mulheres. A priorização do coletivo tem levado ao aprofundamento de problemas como a violência de gênero devido às dinâmicas patriarcais que persistem nas comunidades (Fiallo, 2018). Dessa forma, os casos de violência não chegam a ser conhecidos pelas autoridades indígenas pela crença de que tem que ser resolvidos no âmbito familiar (Fiallo, 2018).

Essa responsabilidade recai também sobre o Estado, devido à sua obrigação adquirida na assinatura de tratados internacionais (Fiallo, 2018). Todavia, a violência de gênero também provém do Estado, pois as práticas judiciais estatais, além de conservar as dinâmicas patriarcais, estão baseadas na matriz colonial de racismo e discriminação (Fiallo, 2018). Desse modo, segundo Fiallo, a persistência dessa discriminação pode chegar a trazer consequências como a negação do acesso à justiça ou o arquivamento da causa (2018).

Com essas considerações, nos seguintes capítulos será discutido o tema da violência de gênero dentro das comunidades indígenas e a interseccionalidade, com o objetivo de explicar os fatores que incrementam as vulnerabilidades das mulheres indígenas. Igualmente, será analisado se a perspectiva interseccional tem sido aplicada na construção de políticas públicas do sistema de erradicação da violência de gênero do Equador.

CAPÍTULO 3 CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO EQUADOR

A violência de gênero no Equador desenvolve-se dentro de uma cultura baseada na desvalorização sistemática e subordinação das mulheres, assim como também se vê agravada por fatores como a pobreza, acesso desigual à educação, falta de acesso à justiça, entre outros fatores (Córdova *et al.*, 2024, p. 56).

Foi só após da década de 80 do século XX que a violência de gênero começou a ser criminalizada, em razão das exigências dos movimentos de mulheres e pelas obrigações internacionais assumidas pelo Estado. Nesse contexto, o Estado equatoriano ratificou instrumentos importantes na matéria, tais como: a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) (1981) e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher de Belém do Pará (1995), assinando a Plataforma de Ação de Pequim (1995) (*Consejo Nacional para la Igualdad de Género* (CNIG), 2014, p. 16).

A partir da adoção dos instrumentos internacionais, começaram a surgir políticas que abrangeram o tema da violência de gênero. Em 1994, criaram-se instâncias da administração judiciária encarregadas do julgamento e sanção de violência contra as mulheres no âmbito das relações pessoais ou afetivas (CNIG, 2014, p. 16). Em 1995, foi editada a Lei 103, que se constituiu na norma que possibilitou o acesso à justiça às mulheres violentadas (CNIG, 2014, p. 16).

Em 2004, criaram-se as primeiras Unidades Especializadas em violência de gênero na *Fiscalía General del Estado* (FGE), que é o órgão encarregado da direção da investigação criminal prejudicial e processual (INEC, 2019a, p. 4, p. 17) (EQUADOR, 2008, art. 195)¹¹. Entretanto, até o ano 2006 a intervenção estatal se centrou na perseguição da infração penal (CNIG, 2014, p. 17). Por conseguinte, não se tomaram medidas para prevenir ou gerar impacto social sobre o tema.

Efetivamente, foi só no ano 2007 que a erradicação da violência de gênero foi declarada política de estado e como prioridade nacional (CNIG, 2014, p. 17)¹². A partir dessa declaração, formulou-se o “*Plan Nacional para la Erradicación de la Violencia contra la Niñez, Adolescencia y Mujeres*”. Em 2008, promulgou-se a nova Constituição, na qual se

¹¹ Veja-se o artigo 195 de: EQUADOR, [Constituição (2008)]. Constituição da República do Equador. Decreto Legislativo 0 Registro Oficial 449 de 20 outubro de 2008. Última modificação: 25 de janeiro de 2021

¹² Revisar o Decreto Executivo 620 “*Erradicacion de la Violencia contra la niñez, adolescencia y mujeres*”, publicado no Registro Oficial No. 174 de 20 de setembro de 2007.

estabeleceram critérios de atenção prioritária e especialização dentro do marco do combate à violência de gênero (INEC, 2019a, p. 4).

Para a implementação do plano nacional, criou-se uma comissão interinstitucional que esteve liderada pelo *Ministerio de Justicia, Derechos Humanos y cultos* (CNIG, 2014, p. 18). O plano de atuação da comissão girou ao redor de quatro eixos de trabalho, que foram: a transformação dos padrões socioculturais, a criação de um cadastro de casos de violência, a constituição de um sistema de proteção de vítimas e o acesso à justiça (Consejo Nacional para la Igualdad de Género, 2014, p. 18).

Igualmente, implementaram-se no “*Plan Nacional del Buen Vivir 2009-2013*” que era o instrumento de articulação das políticas e investimento público, objetivos específicos contra a violência de gênero, como o da realização de uma pesquisa nacional (CNIG, 2014, p. 18). Consequentemente, realizou-se a pesquisa sem precedentes que se conheceu como “*Encuesta nacional sobre relaciones familiares y violencia de género contra las mujeres* (ENVIGMU)” (CNIG, 2014, p. 19).

Infelizmente, desde então, a pesquisa foi realizada somente duas vezes: uma em 2011 e outra em 2019. Não obstante, conseguiu se concretizar e deixar em evidência quantitativa a realidade da sociedade equatoriana. A primeira pesquisa teve como objetivo a obtenção de informações sobre as agressões sofridas pelas mulheres por motivo de gênero e contou com a participação de mulheres maiores de quinze anos, de diferentes estados civis e dos setores urbano e rural (INEC, 2011, p. 4).

Entre os resultados da primeira pesquisa nacional, obteve-se que: 06 de cada 10 mulheres foi vítima de algum tipo de violência; que 25,7% por cento de mulheres já sofreu violência sexual, mas que o tipo de violência mais recorrente foi a violência psicológica; que o maior número de casos de violência física foi provocado pelos parceiros das entrevistadas; e que, em questões étnicas, registraram-se mais casos de violência contra mulheres indígenas (INEC, 2011, p. 10, 11, 14).

Por sua vez, na pesquisa de 2019 entrevistou-se mulheres de 15 anos ou mais, de qualquer estado civil e com abrangência nacional (INEC, 2019b, p. 5). Nessa pesquisa, foram melhor especificados os tipos de violência (incluiu-se a obstétrica e ginecológica), identificando os âmbitos nos quais se apresentam atos de violência e se abordou a reação das vítimas através da apresentação de denúncias (INEC, 2019b, p. 6). Outra novidade foi a avaliação da prevalência da violência ao longo da vida e nos últimos 12 meses (INEC, 2019b, p. 6).

Entre os resultados, constatou-se que: 32 de cada 100 mulheres experimentaram algum tipo de violência nos últimos 12 meses; que o âmbito no qual existiu uma maior

prevalência de violência foi o do casal; que 24 de cada 100 mulheres sofreram violência sexual no último ano; e que o grupo étnico mais violentado ao longo da vida foi o das mulheres afrodescendentes, com 71,8%, seguidas pelas mulheres indígenas, com 64% das entrevistadas (INEC, 2019b, p. 6, 8, 11, 7).

No contexto descrito, poder-se-ia afirmar que a violência de gênero é um fenômeno histórico cujo processo de mitigação tem sido lento e sua vontade política tem sido majoritariamente motivada pela sua aderência às convenções e instrumentos internacionais (Córdova *et al.*, 2024, p. 58). Nessa linha, foi só em 2014 que se reformou a Lei 103, de 1995, por meio da promulgação do COIP, que incluiu o tipo penal do *femicídio* e incorporou disposições penais sobre a violência contra as mulheres (Córdova *et al.*, 2024, p. 58).

Finalmente, em 2018, foi promulgada a LOIPEVM, que normatiza a violência de gênero nos diferentes cenários nos quais pode ser causada, além do âmbito familiar (Córdova *et al.*, 2024, p. 58). A implementação desta lei foi acompanhada da publicação do “*Plan Nacional para Prevenir y Erradicar la Violencia contra las Mujeres (2020-2030)*”, no qual se estabelecerem diretrizes e ações de prevenção, atenção, proteção e reparação às vítimas (Córdova *et al.*, 2024, p. 55). Embora exista a normativa sobre violência de gênero, os dados continuam sendo desalentadores.

Segundo o relatório do *Observatório Ecuatoriano de Conflictos*, só de janeiro a setembro de 2024 se registraram 180 mortes violentas por razões de gênero e mais de cinco casos de mulheres desaparecidas em 2023 (Córdova *et al.*, 2024, p. 55). De igual forma, segundo a *Defensoria del Pueblo*, entre janeiro de 2018 até junho de 2023, registraram-se mais de 52.000 casos de violência sexual (2023, *apud* Córdova *et al.*, 2024, p. 56). Os dados da FGE também apontam um panorama preocupante, pois de 2014 a 2025 se registraram um total de 818 vítimas de feminicídio, cujo registro do número mais baixo de casos foi no ano de 2014, com 26 vítimas (FGE, [2025?]).

A última pesquisa de 2019 do INEC teve como amostra 20.848 lares de todo o país, e foi baseada nas experiências vividas por mulheres de violências psicológica, física, sexual, econômica e gineco-obstétrica (INEC, 2019(a), p. 10). A pesquisa revelou que ao longo da vida: 65 de cada 100 mulheres experimentaram algum tipo de violência; 48 de cada 100 mulheres experimentaram violência gineco-obstétrica; 20 de cada 100 mulheres sofreram violência no âmbito familiar e laboral; e 19 de cada 100 mulheres foram vítimas de violência no âmbito educativo (INEC, 2019(a), p. 17, 25, 61 e 24).

De fato, 42,8% das mulheres declararam que a violência de gênero tem prevalecido mais no contexto do casal (INEC, 2019 (b), p. 8). Dessa forma, 19,2% afirmaram que sofreram

mais violência no âmbito educacional; 20,1% no âmbito laboral, 32,6% no âmbito social e 20,3% no âmbito familiar (INEC, 2019 (b), p. 8). Segundo a pesquisa, no âmbito educativo, laboral, social e de casal, a violência psicológica foi predominante, enquanto a violência física foi a que predominou no âmbito familiar, considerando a experiência de toda a vida das mulheres (INEC, 2019 (b), p. 8).

Os dados do *Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe* (OIG), revelam cifras importantes no escopo de mortes de mulheres provocadas pelo parceiro ou ex-parceiro. Nos dados mais recentes, do ano 2022, destacou-se que 67 mulheres morreram em mãos dos seus parceiros ou ex-parceiros; em 2021, 57 mulheres; em 2019 e 2020, 52 mulheres; e em 2018, 59 mulheres (OIG, [2024?]).

No que tange à violência gineco-obstétrica, os resultados da pesquisa mostraram que a nível nacional, 47,5% das mulheres entrevistadas experimentaram algum tipo de violência gineco-obstétrica ao longo da vida (INEC, 2019 (b), p. 15). Da mesma forma que foram mais mulheres das zonas rurais quem experimentaram este tipo de violência em comparação com as mulheres de zonas urbanas (INEC, 2019 (b), p. 15). O inquérito também evidenciou as perspectivas a respeito dos papéis de gênero e sobre a persistência do machismo dentro da sociedade equatoriana.

Nesse sentido, obtiveram-se dados como os seguintes: 27 de cada 100 mulheres acreditam que uma boa esposa deve obedecer ao seu marido em tudo; 45 de cada 100 acreditam que as mulheres deveriam ser as responsáveis das tarefas domésticas e de cuidado; 45 de cada 100 mulheres acham que os homens deveriam ser os principais responsáveis dos gastos familiares; e 28 de cada 100 pensam que as mulheres que trabalham negligenciam o lar (INEC, 2019(a), p. 67, 68, 69, 73).

Por outro lado, crenças machistas se mantêm, por exemplo: 57 de cada 100 mulheres considera que as mulheres deveriam se vestir de forma modesta para não provocar aos homens; e 15 de cada 100, acreditam que as mulheres deveriam ter relações sexuais com seus parceiros quando eles quiserem (INEC, 2019(a), p. 71-72). Não obstante, também pode se destacar que 86% das entrevistadas consideraram que as mulheres têm os mesmos direitos que os homens para trabalhar e ganhar dinheiro (INEC, 2019(b), p. 16).

No âmbito da política, a violência também se faz presente, pois as condutas patriarcais são manifestadas no interior dos partidos políticos, através da exclusão das mulheres das decisões políticas dentro do processo eleitoral (*ONU Mujeres*, 2019, p 34). Dessa forma, nesse intuito de ganhar votos, as mais afetadas são as mulheres, pois poucos partidos mostram

interesse em fortalecer as suas militantes e elas são usadas como um meio para ganhar (*ONU Mujeres*, 2019, p. 34-35).

Nesse sentido, segundo o relatório da *ONU Mujeres*, no interior dos partidos políticos existe a ciência de que as mulheres não podem encabeçar as listas eleitorais e no caso de conquistarem acordos para que isso aconteça, sabem que, se não fosse pela lei, isso não seria possível (2019, p. 35). Por outro lado, à diferença dos homens, as campanhas usadas para desacreditar as mulheres envolvem julgamentos sobre suas vidas sexuais, calúnias sobre suas vidas pessoais e ataques contra sua dignidade e honra (*ONU Mujeres*, 2019, p. 36).

No âmbito das campanhas eleitorais também se evidenciam episódios que reforçam padrões de gênero. Seguindo o relatório de *ONU Mujeres* (2019, p. 40), os partidos políticos unem seus esforços para promover uma imagem das candidatas que reiteram estereótipos de gênero como seu aspecto físico e atributos relacionados com juventude e beleza; a imagem de mulheres protetoras, relacionadas a maternidade e o âmbito doméstico; ou a figura de mulheres benfeitoras.

Dentro da esfera do processo eleitoral, o relatório identificou que foi na etapa das campanhas nas quais se registraram mais casos de violência e com maior frequência. Sendo assim, distinguiu-se que entre as formas mais comuns de violência, encontraram-se: a discriminação e desqualificação das mulheres, xingamentos, violência intrafamiliar praticada pelos cônjuges, assédio sexual, entre outras (*ONU Mujeres*, 2019, p. 40). Infelizmente, uma vez que os cargos são assumidos, os episódios de violência não diminuem e sua participação em muitos casos é limitada e invisibilizada (*ONU Mujeres*, 2019, p. 42-43).

Por último, atualmente existe outro fenômeno que tem afetado a vida de mulheres, crianças e adolescentes do Equador, que são os altos níveis de insegurança e crime. De fato, segundo o relatório do *Observatorio Ecuatoriano de Crimen Organizado* (OECO), desde 2019 o Equador apresenta uma tendência em crescimento dos níveis de violência causados pelos conflitos entre organizações criminosas (2023). É importante salientar que este fenômeno é sem precedentes, pois a delinquência a inícios do século XX era do tipo local e não envolvia organizações transnacionais (OECO, 2023).

Dessa forma, a incursão em delitos como o tráfico de drogas fez com que o crime organizado cresça potencialmente junto aos ilícitos como tráfico de armas, lavagem de dinheiro e outros, que ajudaram na conformação de novas organizações no país (OECO, 2023). Como consequência, os níveis de pobreza aumentaram de 21,9% em 2019 para 25,5% em 2022, e os índices de desigualdade se evidenciam na limitação de direitos como a saúde, educação e

serviços básicos (OECD, 2023). Em termos gerais, a situação econômica e social em declínio serviu para a consolidação do crime organizado.

A delinquência organizada merece uma atenção especial, pois envolve a consolidação de estruturas patriarcais que reproduzem preconceitos de gênero e violência, que vitimizam mulheres (ONU Mujeres, 2024). Geralmente, os espaços criminais são considerados como masculinos; por conseguinte, espera-se que exerçam sua masculinidade hegemônica agressiva no exercício da dominação, especialmente sobre o sexo feminino (ONU Mujeres, 2024). Nesse sentido, a violência contra as mulheres constitui uma reafirmação desse poder masculino (ONU Mujeres, 2024).

No contexto do crime organizado, incluem-se outros delitos como o tráfico de pessoas que, no Equador, entre os períodos de 2017 a julho de 2019, reportaram-se 332 vítimas, das quais o 80% foram mulheres (ONU Mujeres, 2024). Segundo a ONU Mujeres (2024), a violência sexual envolvida no contexto do crime organizado é usada como um mecanismo de poder. Por conseguinte, não é estranho que nas 92.269 notícias de delitos sobre violência sexual durante 2015 e julho 2024 se identifiquem como principais vítimas as mulheres (ONU Mujeres, 2024).

De acordo com o estudo da ONU Mujeres (2024), o crime organizado afeta tanto as mulheres que têm algum tipo de vínculo com as organizações, como a aquelas que não têm. Igualmente, destacam-se os diversos tipos de violência que as afetam, como: o *feminicídio*, violência sexual, violência psicológica, entre outras (ONU Mujeres, 2024). Nesse sentido, o relatório destaca a forma pela qual a violência, especialmente a violência contra os corpos das mulheres, torna-se uma forma de exibir capacidade de destruição e controle (ONU Mujeres, 2024).

Essas dinâmicas de dominação se constatarem nos delitos perpetrados no marco do crime organizado, por exemplo: em relação aos feminicídios, percebe-se o uso de armas como símbolo de poder, o qual se reflete no aumento do seu uso nas mortes violentas provocadas contra as mulheres, que representa aumento de 20,35% em 2015 para 78% em 2023 (ONU Mujeres, 2024). Outro exemplo também se verifica na violência política dentro do contexto do crime organizado, que tem levado a ameaças e à morte de mulheres em cargos públicos, como o assassinato da prefeita de San Vicente, Brigitte García (ONU Mujeres, 2024).

Com esse contexto, fica exposta a situação das mulheres equatorianas em termos de violência de gênero, a qual não se limita à violência física e muito menos ao ambiente familiar. No entanto, as formas pelas quais as mulheres vivenciam a violência difere entre os grupos de mulheres equatorianas, pois existem fatores que se acrescentam às suas

vulnerabilidades, como a classe social, a etnia, a cultura e até o seu pertencimento a uma comunidade específica. Seguindo o tema central desta pesquisa, a seguir será apresentada a situação das mulheres indígenas no Equador diante da violência de gênero.

3.1 Violência de gênero contra mulheres indígenas

A violência contra as mulheres por motivo de gênero não é um problema novo, mas ainda é atual. Logo, no caso particular das mulheres indígenas, elas enfrentam preconceitos que envolvem as suas comunidades, a sua identidade, racismo, desigualdades estruturais e institucionais, assim como violações aos seus territórios e recursos naturais (Comissão Interamericana de Direitos Humanos —CIDH, 2017).

O relatório da CIDH (2017) torna evidente como as mulheres indígenas latino-americanas têm tendência a sofrer violência também em contextos como conflitos armados; na execução de projetos de desenvolvimento, investimento e extração; militarização dos seus territórios; ou na defesa dos seus direitos. A antropóloga Hernández (2016), que se dedicou a pesquisar as dinâmicas das mulheres indígenas de alguns países latino-americanos, destaca também a violência estrutural de origem governamental.

Por exemplo, a autora descreve que as lutas de resistência das mulheres indígenas ocorrem também em contextos de desocupação de territórios onde a violência militar usa a tortura sexual como parte de semânticas patriarcais de violência que ficam impunes (Hernández, 2016). Assim, salienta que a ocupação através da violação dos corpos de mulheres indígenas e a ocupação dos seus territórios e expropriação de seus recursos naturais obedecem à lógica do capitalismo neoliberal baseado na desigualdade racial e de gênero (Hernández, 2016).

Nessa lógica, os corpos das mulheres indígenas se tornam territórios a serem invadidos e violados (Hernández, 2016). Desse modo, os estupros de mulheres indígenas que participam em movimentos de resistência são castigos por transgredir papéis de gênero e uma mensagem da semântica da violência patriarcal como uma forma de demonstrar controle sobre o território colonizado (Hernández, 2016). Consequentemente, as ações sobre seus corpos são ataques aos homens do grupo inimigo e colonização dos seus territórios (Hernández, 2016).

Dentro desses contextos territoriais e de exploração de recursos, encontra-se a violência ambiental, que é comum nos contextos Latino-americanos. Segundo o *Fondo para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas de América Latina y El Caribe* (FILAC) e *ONU Mujeres* (2021), os casos de violência socioambiental se juntam com os casos de tráfico de pessoas,

exploração laboral e violência sexual. Dessa forma, em 2019, registrou-se no Equador o assassinato de dois líderes ambientais indígenas, cuja luta centrou-se na defesa dos recursos e direitos territoriais (FILAC; *ONU Mujeres*, 2021).

Nessa linha, o estudo do FILAC junto com *ONU Mujeres* (2021) também ressaltou a necessidade na tomada de medidas que evitem a criminalização das defensoras da natureza e seus territórios, assim como sua proteção. De fato, apontaram-se os danos gerados pelo extrativismo e a importância do cumprimento do direito à consulta prévia e informada garantido por lei aos povos indígenas (FILAC; *ONU Mujeres*, 2021).

A esse respeito, a *ONU Mujeres* (2023) mostrou especial preocupação pela falta de participação das mulheres indígenas na formulação de políticas públicas sobre mudança ambiental. Igualmente, chamou a atenção para a falta de dados e investigações sobre as consequências e os efeitos do gênero no desenvolvimento da atual crise climática, que, para além dos prejuízos para as mulheres e crianças indígenas, poderia aumentar os índices de pobreza (*ONU Mujeres*, 2023).

Na pesquisa realizada por Salgado (2012) na comunidade indígena *La Toglla*, a maior parte das entrevistadas revelou como a violência contra as mulheres é normalizada. Segundo os relatos, em muitos casos a violência se justifica pelo não cumprimento das responsabilidades delegadas implícita ou explicitamente à mulher (Salgado, 2012). Nesses casos, muitas mulheres sentiram-se desprotegidas, pois as suas denúncias não foram levadas a sério pelas autoridades, que justificam os maus-tratos com base na suposta ociosidade das mulheres (Salgado, 2012).

Em outras declarações, as entrevistadas disseram que a decisão de se casar ou seguir o namorado tem uma concepção negativa, pois quando informam sua decisão de fazê-lo, os pais tendem a advertir que não poderão se queixar depois da decisão tomada (Salgado, 2012). Consequentemente, quando sofrem agressões, afirmam que não contam com um sistema de apoio familiar, pois assumem a culpa de serem violentadas por ter sido uma decisão delas (Salgado, 2012).

As entrevistadas também comunicaram sobre as práticas de assédio sexual dentro das comunidades nos contextos das *mingas* (Salgado, 2012). Dessa forma, descreveram os comentários obscenos sobre seus corpos feitos pelos seus colegas e as brincadeiras realizadas, nas quais procuram tocar seus corpos (Salgado, 2012). Segundo as discussões realizadas, no marco da pesquisa, muitos dos casos de estupro e assédio sexual são resolvidos por meio de transações entre as famílias, nas quais a vítima não participa e seus direitos não são considerados (Salgado, 2012).

Nessa linha, apontaram-se como os casos de infidelidade são um claro exemplo do duplo parâmetro existente nas sociedades indígenas e a diferença nas sanções e tolerância consoante se trate de uma mulher ou de um homem (Salgado, 2012). Enquanto as mulheres são questionadas e sancionadas, os homens recebem um julgamento distinto. Segundo uma testemunha entrevistada, os homens não são alvo de sanções morais, mas as mulheres são castigadas e o caso é tratado como uma grande desgraça para a comunidade (Salgado, 2012).

Segundo Salgado, a violência contra as mulheres no interior das comunidades tem sido naturalizada e ao mesmo tempo reflete formas de androcentrismo e misoginia (Salgado, 2012). No caso do androcentrismo, ele se reproduz quando se invisibilizam os problemas das mulheres ou diminui sua importância. (Salgado, 2012). Já a misoginia é verificada pela justificação da violência na suposta ruptura dos papéis de gênero por parte das mulheres (Salgado, 2012).

Nessa linha, a justiça indígena das comunidades também tem sido um cenário no qual a violência de gênero tem se manifestado de diversas formas. Apesar da paridade de gênero nos processos judiciais ter sido garantida constitucionalmente, o problema da desigualdade persiste e a interseção da discriminação sexual e racial é específico nas experiências das mulheres indígenas (Picq; Sofio, 2013). Dessa maneira, as mulheres indígenas têm tido dificuldade para proteger seus direitos tanto na justiça ordinária como na indígena (Picq; Sofio, 2013).

De fato, segundo a pesquisa realizada por Picq no Equador (2016), as mulheres indígenas vítimas de abuso doméstico, afirmaram nas entrevistas que não confiam na polícia devido aos atos de discriminação realizados contra elas. Então, além de ter pouco acesso à polícia, devido ao seu contexto, não têm facilidades de deixar seus territórios para fugir da violência doméstica, pois estão atadas às suas tarefas domésticas diárias (Picq, 2016). Portanto, elas precisam de mecanismos institucionais diferenciados para garantir seu acesso à justiça (Picq, 2016).

A justiça indígena, que se configura como uma alternativa, tem mostrado a tendência de ignorar os casos de violência doméstica e sexual denunciados. À vista disso, as mulheres indígenas do Equador se organizaram para que a paridade de gênero seja inclusiva (Picq; Sofio, 2013). Desse modo, elas apoiam a justiça indígena, na medida em que possam participar da sua administração, definir suas normas e ter um voto (Picq; Sofio, 2013).

Segundo as pesquisas de Picq (2016), a justiça indígena é o sistema que mais se adequa à sua forma de viver, necessidades e que, conseqüentemente, constituiu-se na melhor alternativa para garantir seus direitos. Por outro lado, resulta mais acessível em termos

econômicos, além de oferecer flexibilidade, inclusão e ser sensível às necessidades locais (Picq; Sofio, 2013). Com efeito, a justiça indígena pareceria ter resultados mais imediatos, embora não sempre sejam sempre justos para as mulheres (Picq; Sofio, 2013).

Em termos quantitativos, as estatísticas realizadas sobre violência de gênero refletem as formas pelas quais as mulheres indígenas são vulnerabilizadas quanto à motivação e os âmbitos nos quais foram mais violentadas; e quais as suas perspectivas dos papéis de gênero. Nesse sentido, o último inquérito realizado pelo INEC em 2019 apresenta dados que não surpreendem, mas que podem servir como referência para uma futura geração de políticas públicas que possam responder às demandas e necessidades específicas das mulheres indígenas.

Na última pesquisa sobre violência de gênero, no que diz respeito às etnias das mulheres entrevistadas, o estudo mostrou que foi a população das mulheres indígenas (64%) e afrodescendentes (71,8%) que mais sofreu de algum tipo de violência ao longo da vida (INEC, 2019 (b), p. 7). No referente à violência sofrida, segundo o contexto, novamente foram as indígenas e afrodescendentes que tiveram o maior número de mulheres que experienciou violência no âmbito educativo (INEC, 2019 (b), p. 9).

No que concerne ao âmbito social, 20,2% das mulheres indígenas reconhecem ter vivenciado violência, sendo que 25,1% das situações ocorreram no âmbito familiar (INEC, 2019 (b), p. 11, 13). Todavia, foi na relação de casais que se observou a maior porcentagem de mulheres vítimas de violência, com 47,1% que revelou ter passado por algum episódio de violência ao longo das suas vidas (INEC, 2019 (b), p. 14).

A última pesquisa adicionou a violência gineco-obstétrica e deixou em evidência a alta prevalência dela em mulheres indígenas e nas mulheres sem nenhum tipo de formação acadêmica. De fato, 70% das mulheres participantes da pesquisa, confirmou ter vivenciado violência gineco-obstétrica e 60,4%, só violência obstétrica (INEC, 2019 (b), p. 15). Por último, a consulta compilou dados a respeito da perspectiva das mulheres sobre os papéis de gênero, através de perguntas sobre hábitos e atitudes de homens e mulheres.

Nesse aspecto, no caso das mulheres autoidentificadas como indígenas, 58,6% das entrevistadas consideraram que uma boa esposa é aquela que obedece ao seu marido em tudo o que ele mandar e de fato foram elas quem tiveram a maior porcentagem em comparação com as mulheres afrodescendentes, *montubias*, mestiças ou outras (INEC, 2019 (a), p. 67)¹³.

¹³ Os *montubios* equatorianos são um povo mestiço de origem camponesa que habita as zonas rurais das províncias costeiras do país (Casa de las Culturas, 2020). A sua origem remonta à época colonial, após a conquista espanhola do Equador, através do cruzamento entre indígenas, brancos e escravos africanos (Casa de las Culturas, 2020). Em termo demográficos, encontram-se concentrados nas províncias de Guayas, Los Ríos, El Oro e Manabí (Casa de las Culturas, 2020).

Igualmente, 70,9% das mulheres indígenas considerou que as mulheres são quem deveriam ser as responsáveis pelas tarefas domésticas (INEC, 2019 (a), p. 68). No âmbito econômico e laboral, do total de mulheres indígenas entrevistadas, 70% consideraram que o homem deveria ser responsável dos gastos familiares; 40,9%, que as mulheres que trabalham negligenciam o lar; e 28,3% consideraram que os homens deveriam ter melhores cargos de trabalho que as mulheres (INEC, 2019 (a), p. 69, 73, 74).

As informações apresentadas mostram que as mulheres indígenas continuam sendo um dos grupos mais vulneráveis, dentro da esfera das mulheres, no que concerne à violência de gênero. Uma possível solução é garantir que exista representatividade nas instituições encarregadas da tomada de decisões e formulação de políticas públicas, pois, dessa forma, elas poderão ser porta-vozes das necessidades e demandas de suas comunidades e organizações.

Entretanto, a violência também se reproduz no âmbito político. Embora as mulheres tenham conquistado seu direito ao voto em 1929, as mulheres indígenas que têm sido um dos grupos com as maiores porcentagens de analfabetismo e só alcançaram plenamente o direito em 1979, quando o veto legal ao voto dos analfabetos foi retirado (Arboleda, 2012). Essa violência institucionalizada continuou reiterando-se no tempo, pois a primeira autoridade indígena eleita foi homem, aos finais dos anos 80 do século passado (Arboleda, 2012).

Em conformidade com a pesquisa realizada por Arboleda (2012), apesar de fazer 25 anos desde que a primeira prefeita indígena foi escolhida, a evidência empírica refletiu que as mulheres indígenas continuaram sendo minoria nos principais cargos do sistema de poder local. Igualmente, mesmo que as mulheres indígenas que têm sido eleitas para ocupar cargos de liderança, os tenham exercido com excelência, ainda devem que suportar a violência simbólica e institucionalizada nos âmbitos público e privado (Arboleda, 2012).

Ainda que a participação das mulheres seja garantida por lei, segundo um estudo realizado pela *ONU Mujeres* (2019), a sua representatividade continua a ser minoritária nos partidos políticos. Por outro lado, tal como as outras candidatas do sexo feminino, as mulheres indígenas também são vítimas de violência e, no seu caso, a discriminação racial é utilizada para questionar as suas capacidades (*ONU Mujeres*, 2019). Por exemplo, a imagem das mulheres indígenas, camponesas e *montubias* é usada para desacreditar a sua participação política (*ONU Mujeres*, 2019).

De acordo com o relatório, quando as mulheres indígenas usam sua condição rural nas campanhas são julgadas e suas capacidades questionadas; mas quando não o fazem, também

Por outro lado, o termo mestiço no Equador refere-se à categoria étnica originada da mistura entre conquistadores e colonos espanhóis com indígenas (Bauer, 2012, p. 1).

são criticadas (ONU Mujeres, 2019). De acordo com uma das entrevistadas, um dos candidatos oponentes manifestou que “os votos se ganham aqui caminhando, não num salão de beleza” (ONU Mujeres, 2019) (tradução minha). Esse tipo de comentário, além de machista, cria a perspectiva errada sobre suas imagens, como desalinhadas e negligenciadas.

3.2 Vulnerabilidades das mulheres indígenas no âmbito da violência de gênero

A violência contra as mulheres se origina da estrutura patriarcal da sociedade, a qual concebe que os homens são superiores às mulheres e como resultado discrimina e dá um tratamento desigual às mulheres (García, 2011, *apud* Calero; Mendoza, 2019, p. 50). Dependendo do contexto social, algumas práticas e manifestações de violência são mais aceitas do que outras (Calero; Mendoza, 2019). Por conseguinte, esse não pode ser entendido como um fenômeno isolado, porque ao analisá-lo é preciso considerar outros fatores, como gênero, classe social, cultura, idade, etnia, língua, entre outros (Calero; Mendoza, 2019).

No contexto equatoriano, cuja estrutura estatal se consolidou na base do racismo e rejeição às pessoas indígenas, a condição étnico-racial das mulheres as torna ainda mais propensas a serem vítimas de violência. Segundo a CEPAL (2018), as mulheres indígenas e afro-equatorianas estão significativamente mais expostas a serem alvos de violência, em comparação com outros grupos étnicos de mulheres brancas e mestiças.

Dessa forma, as experiências das mulheres indígenas que estão marcadas por interseções de opressões continuam sendo ocultadas das estatísticas oficiais dos países latino-americanos e do Caribe, assim como dos institutos de pesquisa da região (CEPAL, 2018, p. 23). Isso acontece devido à estrutura de desigualdades raciais e sexuais estar enraizada tanto na região como a nível nacional. A seguir, deixou-se em evidência, por meio de dados quantitativos, a persistência da disparidade de gênero e os fatores socioeconômicos que relegam às mulheres indígenas e as tornam em sujeitos ainda mais propensos à violência.

Segundo dados do *Global Gender Gap Index* (2024), elaborado pelo *World Economic Forum* (WEF) para avaliar os progressos em direção à paridade de gênero nos âmbitos econômico, educativo, saúde e política, o Equador ocupou o décimo sexto lugar. O índice revela os avanços obtidos pelos países na temática de paridade de gênero; porém, a análise se fundamenta nos recursos oferecidos segundo as capacidades de cada país.

É importante mencionar que o índice se centrou na medição de lacunas no acesso a recursos e oportunidades, em vez de focar nos níveis reais de recursos e oportunidades disponíveis em cada país (WEF, 2024). Salienta-se, então, que as lacunas de gênero e as

desigualdades são as que aportam para que a violência de gênero continue sendo um problema. Por exemplo, no âmbito laboral, o relatório INEC (2024), revelou que a taxa de desemprego das mulheres (4,7%) foi maior do que a dos homens (3,0%) (p. 14).

Em termos de emprego adequado, a taxa dos homens foi de 41,4% perante 28,4% de mulheres (INEC, 2024, p. 15). A renda média laboral entre homens e mulheres reiterou esse padrão de desigualdade, refletindo que, a nível nacional, os homens tiveram uma renda média de USD 507,5, enquanto a renda média das mulheres foi de USD 423,0 (INEC, 2024, p. 16). De igual maneira, em termos de porcentagens de população ocupada que não recebe uma remuneração, verifica-se que o índice das mulheres (18,9%) sobrepassou o dos homens (7,0%) (INEC, 2024, p. 18).

A esse respeito, no artigo de Barrionuevo (2019), apresentam-se cifras que indicam que as mulheres dedicam mais horas do seu tempo a atividades não remuneradas, às tarefas relacionadas aos cuidados domésticos e reprodutivos. Na Amazônia, por exemplo, as mulheres dedicam 23 horas ao trabalho reprodutivo, enquanto os homens, apenas 06 horas (Barrionuevo, 2019). Estes dados refletem fielmente as desigualdades entre homens e mulheres, pois a maternidade é um trabalho não remunerado que continua a ser assumido principalmente pelas mulheres, cujo reconhecimento é mínimo e cujas responsabilidades são muitas.

Por outro lado, não se pode deixar de lembrar eventos como a pandemia do COVID-19 que se somaram os efeitos da crise econômica, a qual terminou afetando mais às mulheres. De acordo com estimativas da *ONU Mujeres* (2023), a pandemia aumentou os níveis de pobreza extrema de 06 milhões de mulheres rurais latino-americanas. Efetivamente, as medidas fiscais tomadas pelo Estado incluíram medidas de austeridade que implicaram recortes nos serviços relacionados com a igualdade de gênero (Almeida, 2022, *apud ONU Mujeres*, 2023, p. 17).

Por sua vez, o relatório de 2022 apresentado pelo INEC, evidenciou que, em termos gerais, a maior parte da população indígena equatoriana reside nas zonas rurais. Os dados do relatório são importantes no sentido em que refletem a realidade estatística sobre a maior porcentagem de pessoas em condição de pobreza que se encontram nessas zonas (61,4%); em comparação ao 27,1% da área urbana (INEC; 2022). Adicionalmente, segundo o censo de 2022, a abrangência de serviços básicos é mais baixa nas áreas rurais do que nas urbanas (INEC).

Assim, os níveis de condição de pobreza atingem mais as populações indígenas que a população majoritária mestiça, com o 68,5% de indígenas pobres, que é superada pela população *montubia* com apenas 1,5% (INEC; 2022). Isso sem tomar em consideração que no ano 2010, os povos e nacionalidades indígenas se viram como as mais afetadas, com 88% da população com necessidades básicas insatisfeitas (INEC; 2022).

Ao revisar os dados e circunstâncias específicas no caso das mulheres indígenas é possível evidenciar que ocupam uma posição ainda mais frágil. Por exemplo, o estudo da *ONU Mujeres* (2023, p. 41), evidenciou que, em 2021, a porcentagem de pobreza multidimensional das mulheres indígenas equatorianas (78,1%) ultrapassou as dos demais grupos étnicos de mulheres e dos homens. Segundo a *ONU Mujeres* (2023), a taxa de pobreza das mulheres indígenas alcançou 78,1%, com mais de 40 pontos percentuais acima da média das mulheres equatorianas, que é de 37,8%.

Para o caso de incidência de pobreza salarial, enxergam-se os mesmos padrões para o caso das mulheres indígenas, pois elas também tiveram o maior índice de pobreza por ingressos (58%) em comparação ao restante de grupos étnicos e dos homens (*ONU Mujeres*, 2023, p. 42). Como o indicou o FILAC e *ONU Mujeres* (2021), os fatores que afetam as mulheres indígenas baseiam-se na desigualdade que opera no nível estrutural e é evidente nas esferas social, econômica, cultural e política.

Ao nível latino-americano, a desigualdade salarial entre mulheres e homens indígenas é ampla. Em 2017, foram aproximadamente 29,4% de mulheres indígenas sem renda própria, o que representa um grande número em comparação com os homens, cuja taxa foi 10,7% (FILAC; *ONU Mujeres*, 2021). De acordo com a FILAC e a *ONU Mujeres* (2021), essas diferenças salariais são maiores para as mulheres indígenas que precisam enfrentar discriminações múltiplas e, portanto, sua situação precisa ser abordada de maneira transversal.

Embora, em 2016 o Equador tenha estado entre os países que apresentou uma das maiores taxas de participação econômica indígena, ainda persistiu uma diferença de participação de 20% entre homens e mulheres indígenas (FILAC; *ONU Mujeres*, 2021). Os resultados dessa vulnerabilidade econômica se refletem nos níveis de acesso à previdência social, devido às mulheres indígenas equatorianas terem a segunda menor porcentagem de acesso (15,4%), atrás apenas das mulheres jovens (12,14%) (*ONU Mujeres*, 2023, p. 44).

Em termos de educação, a desproporção de acesso a uma formação acadêmica é grande entre mulheres indígenas e não indígenas na América Latina (FILAC; *ONU Mujeres*, 2021). Dessa forma, a porcentagem de pessoas analfabetas é maior entre as mulheres (9,6%), em comparação com os homens (8,9%); e das mulheres indígenas (16,4%), em relação às outras etnias (*ONU Mujeres*, 2023, p. 60). De igual forma, a média de escolaridade das mulheres indígenas foi de 08 anos, ou seja, dois anos e meio abaixo da média nacional (*ONU Mujeres*, 2023).

Por outro lado, no que concerne ao tema da desnutrição crônica, as cifras refletiram que as crianças e adolescentes têm sido os mais afetados, mas, de forma específica, as

porcentagens são maiores no caso de meninas indígenas (34,57%) (*ONU Mujeres*, 2023, p. 47). Dessa maneira, os fatores que expõem as mulheres indígenas se evidenciam desde a juventude e continuam durante a vida adulta. Nesse sentido, é importante ressaltar que não é coincidência que os grupos com as piores condições socioeconômicas sejam ao mesmo tempo alvos de violência.

Segundo o estudo realizado no Equador por Vacacela e Mideros, fatores como ter uma educação superior, podem se tornar uma variável de proteção da violência física, psicológica e sexual; enquanto um baixo nível educativo acrescenta as chances de exposição (2022). Outros fatores também podem contribuir para exposição à violência, como o emprego, a qualidade de moradia e a idade.

Por exemplo, no âmbito laboral, o fato de que a mulher trabalhar, pode aumentar o risco de sofrer violência, por ameaça ao sistema patriarcal que as relega à esfera doméstica (Vacacela; Mideros, 2022). No entanto, torna-se um fator protetor quando trabalham em tempo integral e em condições adequadas (Vacacela; Mideros, 2022). Por outro lado, a idade também é um fator de risco, pois, no Equador, as mulheres entre 18 e 29 anos têm maiores probabilidades de serem vítimas de violência por parte dos seus parceiros (Vacacela; Mideros, 2022).

Assim, conforme os resultados quantitativos sobre pobreza, emprego e condições de vida acima expostos, e tendo em conta que existe um nexo desses fatores com as chances de sofrer violência, as mulheres indígenas seriam as mais propensas às ocorrências dessa natureza. De acordo com Vacacela e Mideros, as mulheres indígenas têm uma probabilidade maior de 5,6 pontos percentuais de sofrer violência física, em comparação com os outros grupos étnicos (Vacacela; Mideros, 2022).

No que diz respeito à moradia das populações indígenas, pela sua localização territorial, elas são o centro das transformações agrárias, das economias rurais e da produção de alimentos (Radcliffe, 2014). Portanto, as primeiras afetadas pelo desenvolvimento das zonas rurais são as mulheres, não só pelos efeitos das práticas da apropriação de terras, a deflorestação, o extrativismo e a privatização dos recursos naturais; mas também por serem ignoradas pelo governo e instituições encarregadas do desenvolvimento dessas práticas (Radcliffe, 2014).

Devido à diversidade étnico-cultural das mulheres indígenas, as suas experiências a respeito dos projetos de intervenção de desenvolvimento também variam; todavia, as políticas públicas e os governos as tratam de maneira homogênea (Radcliffe, 2014). Segundo Radcliffe (2014), as mulheres indígenas equatorianas são as menos beneficiadas (quando não excluídas)

pelos projetos de desenvolvimento em comparação com as mulheres não indígenas e os homens indígenas.

Por outro lado, segundo Picq (2014), grande parte das desigualdades de gênero são geradas dentro do próprio movimento indígena, pois são perpetuadas atitudes sexistas que usam como desculpa o discurso do essencialismo cultural que em muitos casos terminam lhes causando prejuízo). Para a autora, o discurso da justiça social tem coexistido com o sexismo, pois a cultura e os papéis de gênero são definidos pelos líderes que tendem a ser homens (Picq, 2014).

Dessa forma, as mulheres têm sido excluídas dos processos de tomada de decisão das comunidades, o que tem gerado seu silenciamento por parte dos homens (Picq, 2014). Assim, as tentativas de criar coalizões de mulheres têm sido atrapalhadas pelas suas próprias organizações. De conformidade com Picq (2014), quando em 1996 fundaram o *Consejo Nacional de Mujeres Indígenas del Ecuador* (CONMIE), a proposta não conseguiu progredir por ameaças, intimidação e comentários de estarem ameaçando a unidade do movimento.

Por conseguinte, a luta contra a violência e pela reivindicação dos seus direitos se encontra em uma encruzilhada pela possibilidade de fragmentar a sua principal frente de luta: a defesa dos seus direitos étnicos (Segato, 2003). Nesse contexto, existe uma necessidade de intervenção por parte do Estado para superar as condições socioeconômicas de pobreza que predominam no grupo étnico, para assim garantir seus direitos e evitar o aumento das chances de se tornarem vítimas de violência.

Uma das formas pelas quais seria possível uma mudança nas dinâmicas estatais e comunitárias, poderia ser obtida através da ocupação de cargos de liderança por parte das mulheres indígenas, a nível estatal e dentro das comunidades. Pois, segundo o estudo de Vacacela e Mideros (2022), a maior representação política se relaciona a redução das probabilidades de sofrer violência física e as consequências se visualizam nas províncias nas quais existe uma maior representatividade feminina.

Entretanto, a participação das mulheres em cargos de eleição popular continua sendo baixa. Até 2020 a participação das mulheres dentro da Assembleia Nacional alcançou 40%, mas a porcentagem de mulheres em cargos de liderança a nível nacional foi menor que 10% (*ONU Mujeres*, 2020 *apud ONU Mujeres*, 2023, p. 84). Em outras instâncias de representação local, o número de mulheres que ocuparam cargos de autoridade também foi baixo, tendo assim: só 9% dos cargos de *alcaldes* foram ocupados por mulheres e 18% nos

cargos de *prefecto* (Consejo Nacional Electoral (CNE), 2021 *apud ONU Mujeres*, 2023, p. 85)¹⁴.

Os baixos índices de acesso à educação acima mencionados estão também associados à falta de educação sexual e, por conseguinte, acesso à saúde, por parte das mulheres. Nesse contexto, na região amazônica equatoriana, uma parcela dos casos de gravidez na adolescência está associada ao abuso sexual e a persistência de práticas culturais que atentam aos direitos das mulheres (Calero; Mendoza, 2019). Segundo os estudos realizados por Calero e Mendoza (2019), em algumas comunidades indígenas equatorianas persiste a costume de entregar às filhas de 12 a 14 anos a homens adultos (2019).

Os dados apresentados mostram que a violência de gênero contra mulheres indígenas não pode ser compreendida de forma isolada, sem ter em conta também sua condição étnico-racial, socioeconômica e territorial. Com as informações é possível concluir que as desigualdades são estruturais e estão enraizadas no patriarcado, racismo e exclusão social às quais as mulheres estão expostas. Nesse sentido, as políticas públicas se revelam insuficientes e universalistas.

Como parte desta pesquisa, além da revisão de dados, considerou-se importante aprofundar na temática a partir do contato direto com as mulheres que vivem essa realidade de machismo, esquecimento e rejeição. A seguir, apresentar-se-á os resultados das entrevistas realizadas a mulheres indígenas das diferentes regiões do Equador, excluindo Galápagos. Isso acontece com a finalidade de obter uma visão pragmática sobre o problema estudado.

3.3 Violência de gênero no Equador: dinâmicas de gênero, liderança, racismo e apoio dentro das comunidades indígenas

Como parte desta pesquisa, não poderia se deixar de lado a voz e experiência de mulheres indígenas equatorianas a respeito da violência de gênero predominante no país e sua perspectiva sobre a atuação estatal. Nesse sentido, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com quatro mulheres indígenas das diferentes regiões e de diferentes povos e nacionalidades do Equador: *Cañari*, *Kichwa* amazônico (*runa*), *Manta* e *Kichwa* da serra (*Otavaló* e *Panzaleo*).

A seleção das entrevistadas foi intencional, pois se considerou sua participação ativa em cada um dos seus espaços comunitários, sua liderança e conhecimento sobre as

¹⁴ A diferença entre os termos *alcalde* e *prefecto* no Equador radica no âmbito territorial das suas funções. Por um lado, o *alcalde* é a primeira autoridade da função executiva do governo a nível municipal, enquanto *prefecto* é a primeira autoridade da função executiva a nível provincial (Equador, 2010, art. 49 e art. 59).

realidades enfrentadas pelas mulheres indígenas. Consequentemente, as entrevistas tiveram como eixos temáticos os seguintes: os papéis de gênero dentro das suas comunidades, a ocupação de cargos de liderança por parte das mulheres, o conhecimento sobre o tratamento de casos de violência, experiências perante o racismo e sua perspectiva sobre o Estado.

Por outro lado, indagou-se sobre seu ponto de vista a respeito da atuação do Estado e o atendimento às suas necessidades e demandas como coletivo e como mulheres indígenas. Assim, a partir dessa estruturação temática, elaborou-se uma tabela comparativa que sintetiza as principais descobertas e possibilita a identificação de padrões comuns e divergências entre as narrativas.

Tal instrumento não só oferece uma visão sistematizada das respostas e experiências das mulheres indígenas, como também nos permite estabelecer uma ligação entre os discursos das entrevistadas e os conceitos-chave do estudo: interseccionalidade, racismo estrutural e exclusão estatal. Desse modo, é possível cumprir o objetivo de analisar a formulação e a implementação de políticas públicas a partir da voz das pessoas mulheres diretamente afetadas. Por conseguinte, com a intenção de facilitar a análise das entrevistas, realizaram-se tabelas binárias nas quais se sintetizam as respostas das entrevistadas e que serão apresentadas ao longo do capítulo.

Como foi mencionado, as mulheres escolhidas para as entrevistas ocupam algum espaço de liderança dentro das suas comunidades. Em primeiro lugar, Estefania Lalvay é líder em comunicação da CONAIE e membro de uma base estrutural do Sul do país, a *Union de Comunidades Indígenas del Azuay* (UCIA), da qual foi presidente de 2017 a 2019. Ao longo da sua trajetória profissional, Estefania tem participado em várias iniciativas e organizações que a permitiram conhecer os contextos de outras mulheres indígenas.

Estefania é uma mulher que se autoidentifica como indígena, pertencente ao povo Cañari, que se localiza na região *sierra* do Equador e cuja língua originária é o *Kichwa*. Segundo o informado por ela, recentemente participou da elaboração do relatório sombra do Comitê CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher). Por conseguinte, sua contribuição resulta enriquecedora para a presente pesquisa, pela sua experiência como líder e como membro de uma comunidade.

Pakarina Gualinga, por sua vez, é uma mulher autoidentificada como indígena, do povo *Kichwa*, autodenominada como runa *warmi* e sua língua originária é o *Kichwa*. Ela é uma mulher indígena urbana, cuja família decidiu migrar da província de *Pastaza*, perto do rio *Bobonaza*, para a cidade *Tena* na região da Amazonia. Embora Pakarina não pertença a uma

organização indígena específica, ela exerce liderança a partir de seu contexto como empresária e promotora de seu conhecimento ancestral e da identidade amazônica.

A terceira entrevistada foi Shirley Loor, que atualmente é a secretária da *Confederación de Nacionalidades y Pueblos Indígenas de la Costa Ecuatoriana* (CONAICE), a organização representante dos povos e nacionalidade da região litorânea do Equador. Shirley se autoidentifica como indígena, é representante do povo *Manta* e faz parte da comunidade *Salango*. Adicionalmente, ela é participante ativa dos *workshops* e ações de formação promovidos pela CONAIE e, em razão de seu cargo consequentemente mantém contato direto com outras mulheres e líderes.

Por último, Ninari Chimba, é uma mulher que se auto identifica como indígena da nacionalidade *Kichwa* e do povo *Panzaleo* e *Otavalo*, na região da serra do Equador. Ninari é uma líder indígena fundadora da primeira *Batucada* de Mulheres Indígenas “*Wayunga Yachay*” do país, que conta com dez membros, e se dedica à educação intercultural há 12 anos. Além disso, a sua identificação como eco feminista e lésbica a levaram a fundar a primeira coletividade LGBT indígena, em resposta à homofobia e racismo da sua comunidade e do país.

Tabela 1 —Tabela binária: Respostas de mulheres indígenas sobre papéis de gênero, liderança, racismo e reivindicação de direitos

Entrevistada	Existem papéis tradicionais de gênero na sua comunidade?	As mulheres acessam a cargos de liderança?	Você já foi vítima de racismo?	Recebeu apoio ao reivindicar seus direitos?
Estefanía Lalvay	Sim	Não	Sim	Não
Pakarina Gualinga	Sim	Parcialmente	Sim	Não
Shirley Loor	Sim	Parcialmente	Sim	Parcialmente
Ninari Chimba	Sim	Não	Sim	Não

Fonte: Elaborado pela própria autora a partir das informações coletadas

A primeira fila aborda a perspectiva das mulheres sobre a persistência dos papéis de gênero tradicionais que condicionam a mulher a assumir cargos domésticos, de cuidado e educação dos filhos. Nesse aspecto, todas concordaram que nas suas comunidades predominam essas expectativas como as que uma mulher deveria cumprir. Nessa linha, Estefania destacou que embora as mulheres indígenas se constituam no sustento da economia e do lar, continuam sem incidência nas decisões políticas.

Bueno, primerito el rol de la mujer es primerito, es ser la esposa o ser la hija o también ahora en la actualidad ya prácticamente estudiamos [...]

[...] todavía existe el pensamiento de que las mujeres deberíamos quedarnos en casa deberíamos estar prácticamente solo para para ser esposas o también para prácticamente ese trabajo de mujeres.

[...] las mujeres es la mayor representación [en asambleas, mingas, reuniones comunitarias], pero en realidad no están tomando decisiones, no están como

presidentas o cargos más representativos para toma de decisiones (Estefania Lalvay)¹⁵.

Ninari traz uma perspectiva interessante sobre a participação das igrejas com seu doutrinamento para afastá-las da sua cultura, mas também faz alusão à colonização como um processo do qual resultaram herdadas e impostas essas noções de gênero. Para Ninari, os papéis de gênero foram impostos e se trata de uma subordinação estrutural baseada no machismo.

[...] Lamentablemente, es un rol heredado, un rol heredado muy colonial, muy machista, muy racista.
 [...] puedo decir que, en su totalidad y la mayoría de las comunidades y pueblos y nacionalidades indígenas, el rol heredado de la mujer para la mujer indígena en las comunidades sigue siendo ese de subordinación, de sumisión, de reproducción de dinámicas patriarcales que sigue rompiendo el tejido comunitario, ahora muchísimo más.
 [...] pero una de estas religiones les dice a las mujeres indígenas, y por eso tú les identificas, que no se pueden poner *washkas*, es lo que nos ponemos en el en el cuello, que nos cubrimos el cuello. No se pueden poner *washkas* o manillas porque para ellos, según su religión y su Dios, es que es del diablo, de la serpiente enredándoles del cuello y las muñecas. Imagínate, que eso ha sido propio de las mujeres indígenas, es parte de nuestra identidad y parte también del cuidado y la medicina energética para nosotras también (Ninari Chimba)¹⁶.

Sobre a ocupação de cargos de liderança e a possibilidade de ascender a esses cargos, houve diferença de opiniões entre as mulheres entrevistadas. Para Estefania e Ninari, a participação das mulheres ainda é mínima e limitada a cargos secundários. Segundo Shirley, as mulheres conseguem chegar a ocupar cargos importantes, mas reconhece que a presidência continua sendo dos homens. Por seu lado, Pakarina ressaltou o fato de que atualmente as mulheres contam com uma voz própria para exigir seus direitos.

Bueno, ahora, o sea, en la actualidad, ya tenemos voz. Pero era mucho más duro [...] gracias a la lucha de las mujeres y a exigir nuestros derechos en la actualidad, ya tenemos voz. De todas maneras, es como una voz que hay que exigir, pero ya no es nuevo. Ya hay mujeres que son más fuertes, que están siendo fortalecidas también para levantar la voz y, o sea, como un tema sobre todo de exigir derechos que siempre los hemos tenido, pero que no querían escuchar (Pakarina Gualinga)¹⁷.

Em conformidade com o compartilhado por Ninari, a ocupação de cargos de liderança por parte das mulheres depende do setor no qual se encontram. Segundo suas vivências, as mulheres indígenas de comunidades camponesas têm menos participação e visibilidade.

¹⁵ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

¹⁶ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

¹⁷ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

Sí hay, creo, que más participación, capaz la visibilidad de la participación es como más evidente. Sin embargo, sí depende mucho, por ejemplo, de los sectores. Mientras más a la ciudad estés, [...] vas a ver a más mujeres, más participación de mujeres. Mientras en comunidades más hacia arriba, más campesinas, más rurales sean, vas a ver menos participación de mujeres. (Ninari Chimba)¹⁸.

Por outro lado, Ninari também expressou que as mulheres que chegam a ocupar algum cargo de liderança atravessam desafios no exercício de seus mandatos. Ela descreveu a experiência de uma mulher que chegou a ser eleita para a liderança da sua comunidade e que, quando assumiu o posto, sofreu assédio por parte de seus colegas homens.

Y, por ejemplo, si es que hay participación de mujeres, eso es lo que pasó en mi comunidad, ganó una mujer presidenta y le hicieron la vida imposible. Entonces tampoco es que el hecho de que participes o el hecho de que puedas estar vinculada al espacio de decisión, [no] significa que te escuchen ni significa que sea un espacio seguro para para ti, ni significa que en que tu voz y participación va a generar mucha incidencia (Ninari Chimba)¹⁹.

Na experiência de Shirley, pelo menos dentro da CONAICE, as vozes das mulheres são reconhecidas dentro dos conselhos e os homens e mulheres são tratados com igualdade. Todavia, confirma que a presidência, vice-presidência, as três lideranças e até a tesouraria são ocupadas por homens. Nesse aspecto ao questioná-la o porquê dessa escolha, reconheceu que apesar de ter havido a intenção de colocar a mulheres, o machismo persistiu.

[...] en ese entonces [en las elecciones de la directiva de la CONAICE] habían quedado que la mayoría eran hombres, solamente había mi compañera dirigente de fortalecimiento, y luego de eso se mencionó que no se podía que todos los cargos fueran hombres porque se estaba viendo como un tema machismo. Entonces, ahí volvieron a hacer la elección y salieron nombres de mujeres, pero para esta reunión, como fue en Santa Rosa de los Épera, esa es una comunidad muy, muy, muy, muy metida, entonces ahí todavía prevalece un poco el machismo. Entonces no habían llegado a la asamblea muchas mujeres, había más hombres. Entonces se eligió así y nuestra dirigencia quedó formada de esa forma (Shirley Loor)²⁰.

As mulheres indígenas não só têm se manifestado e lutado pelos seus direitos coletivos, mas também pelos seus direitos como mulheres. Conforme manifestou Pakarina na entrevista, a luta das mulheres tem conseguido que agora elas possam reconhecer seus direitos. Mas o que acontece quando começam a exigí-los? Qual tem sido a reação por parte das suas comunidades e familiares? Estefania, Pakarina e Ninari afirmaram que a resposta tem sido negativa e que suas exigências têm sido pouco atendidas.

¹⁸ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

¹⁹ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

²⁰ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

Estefania comentou que a reação dos colegas e companheiros homens tem sido de rejeição, pois, por um lado, seus direitos como mulheres resultam alheios para eles, e por outro, porque representam uma ameaça para o controle exercido por eles sobre elas.

Muchas de las veces sí [existe conflicto de intereses cuando reclaman sus derechos como mujeres], pero también el tema es que es que, digamos, es ajeno para el hombre, o sea, no tiene conocimiento.

[...] O también puede ser porque piensan: Pues si ellas se levantan, nos quita todo el poder a nosotros.

Entonces, yo diría eso que hay un poco de esto, de celos un poco también de que es ajeno a esta realidad (Estefania Lalvay)²¹.

Pakarina fez uma breve crítica e observação ao sistema atual capitalista, devido a que na perspectiva e experiência dela, as mulheres só têm sido levadas a sério conforme têm conseguido se preparar e formar academicamente. Segundo a suas vivências, a obtenção de um diploma de graduação permite conseguir o respeito dos outros, especialmente a hora de exigir direitos. De acordo com o manifestado por ela, esse tipo de dinâmica faz parte do sistema capitalista atual.

O sea, si estudias y te formas y tienes un título es como que ya te respetan, pero si no, no existe, digamos, como ese respeto. Pero sé que eso forma parte del sistema en general [...] (Pakarina Gualinga)²².

Por seu lado, Ninari reconheceu que, na sua luta por exigir direitos, ela tem tido que atravessar por diversos obstáculos e preconceitos pela forma pela qual ela se identifica: uma mulher eco feminista, lésbica e antirracista. Nesse sentido, confessa ter sido julgada por se reconhecer como feminista, por acreditarem que odeia aos homens; por ser lésbica, por não ser ainda algo abertamente aceito pelo movimento indígena; e ao ser antirracista, pelo entendimento errado de que odeia os brancos e mestiços.

[...] a ratos como que me ha hecho sentir, no desplazada, sino como... No, no sabría cuál, cuál sería la palabra, pero como que por el momento no debería estar aquí, como militando.

Pero antes de él [Leonidas Iza, el actual presidente de la CONAIE], el obstáculo para mí precisamente era que me autodefinía ecofeminista, entonces ya la palabra feminismo es así como que feminazi.

[...] Eso me cerró mucho las puertas dentro mismo del movimiento indígena.

Y el ser marica, o sea, creo que ser marica también. Y otra cosa también es ser anti racista.

Es como que “ah no, es que odias, odias primero a los hombres, después a heterosexuales, después odias a los mestizos, odias a los blancos...” O sea, como que soy el ser más resentido de este mundo (Ninari Chimba)²³.

²¹ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

²² Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

²³ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

Sobre o tema, Shirley disse que a própria CONAICE tem promovido capacitações sobre violência e outros temas direcionados a mulheres. Nesse sentido, ela tem sentido apoio por parte da organização da qual forma parte. Não obstante, fez menção às opiniões machistas manifestadas pela família do seu esposo sobre a sua participação nos cursos, que terminaram colocando em dúvida as suas intenções.

Sí, a él le habían mencionado algo malo de mí, porque a él le habían mencionado que yo en los talleres yo me iba dos o tres días.
Ellos metían esos comentarios de: ¿tú sabrás que anda haciendo tu mujer? ¿Con cuántos ha de andar por allá? Entonces nosotros comenzamos a tener problemas por esto, por los talleres, por formar parte de una organización y tener esta salida. Incluso hasta la familia de él mismo le mencionaba eso: [...] tu mujer es para que se quede en la casa, no para que ande en esas cosas (Shirley Loor)²⁴.

No que concerne à quarta fila, na qual se questionou sobre as experiências das entrevistadas perante o racismo, todas elas admitiram que foram vítimas e em diferentes âmbitos. Por exemplo, Estefania Lalvay manifestou que o racismo se fez mais evidente nos últimos processos eleitorais, mas que também é algo que vivencia diariamente ao usar as vestimentas tradicionais e que fazem parte da sua cultura.

[...] Incluso en el tema de campaña mismo se pudo ver el odio, el racismo, de cómo está parcializado aquí en el Ecuador y eso es terrible.
[...]
Porque uno mismo a veces, yo como pongo pollera, salgo a la calle, entonces te ven no de los pies a cabeza, o sea, te vuelven a ver o te dicen María o te dicen que esto que el otro y el morbo está así le digamos (Estefania Lalvay)²⁵.

Pakarina comentou que também tem sido vítima de racismo e lembrou de um episódio que a marcou no começo da sua adolescência. Revelou que quando esteve no ensino médio foi discriminada e rejeitada pelo fato de ser indígena. Nesse sentido, expressou que ela não tinha percebido que se tratou de racismo porque não considerava que tinha algo de errado ser *Kichwa*, sobretudo porque seu irmão a tinha preparado para isso. Sem embargo, continua sendo uma situação que ficou na sua memória e que reflete só um exemplo dos múltiplos episódios se desenvolvem no dia a dia das pessoas indígenas.

[...] ahí en el colegio fue más que todo racismo, con una compañera en clase que no quería hacer un trabajo conmigo, me dijo que porque era india. Entonces [...] al final igual hice su trabajo, igual la busqué, como no entendí. Me dije sí, eso ya lo sé. Pero todo el tiempo era como: ¡yo soy Kichwa!
También tenía mi hermano mayor que me guió mucho en este tema porque me dijo bueno, estás creciendo y te vas a encontrar con gente que te va a decir que eres india, pero tú no eres india, tú eres *Kichwa* (Pakarina Gualinga)²⁶.

²⁴ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

²⁵ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

²⁶ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

Por sua parte, Shirley expressou que ela tem sido discriminada pela sua própria família, a partir dos comentários racistas e críticas feitas pelo fato de fazer parte da CONAICE e, por conseguinte, da CONAIE. Conforme o narrado por ela, as críticas depreciativas aumentam quando posta fotos, nas suas redes sociais, com o presidente atual da CONAIE, Leonidas Iza. Os comentários pretenderam usar o termo "*indio*" de um jeito pejorativo e ao mesmo tempo tentaram desvirtuar os protestos realizados pelo movimento, demonstrando a rejeição atual aos indígenas.

[...] de mis familiares, ahora que yo estoy que asisto más a esto, este, a estos talleres o cuando me voy a Quito o cuando me tomo una foto con Leonidas. Y ahora yo me pongo, digamos abrigos que son como ponchitos, entonces mi tío, mis tíos me dicen: ¡Ah, que estás allá con esos indios! ¿que también eres India? Pero tú no eres de allá, tú eres de acá, tú eres una pata salada.

Entonces, dice: ¿qué haces tú por allá metida con esos ladrones, con esa gente que solo quiere hacer marchas y quiere quemar la ciudad? [...] Yo sí, o sea, me enoja, pero no respondo (Shirley Loor)²⁷

Ninari Chimba reconheceu a persistência do racismo no Equador, enfatizando a necessidade da educação antirracista. Na sua visão, não existe um posicionamento ou movimento antirracista no Equador, o qual resulta indispensável, pois o Equador é proclamado como um país pluricultural e intercultural.

[...] lamentablemente no se ha posicionado la urgencia de que para que exista interculturalidad previamente tiene que haber educación antirracista. Previamente tiene que haber lucha antirracista. Entonces, aquí en Ecuador, el movimiento antirracista es nulo, o sea, no existe movimiento antirracista (Ninari Chimba)²⁸.

Ninari também falou sobre o impacto do racismo em outras lutas promovidas por ela, desde sua participação ao coletivo LGBTIQ+. Segundo o exposto por ela, na sua experiência como a fundadora do primeiro coletivo LGBTIQ+ indígena, chamado "*chaupi runakuna*", o racismo tem se tornado um obstáculo à sua visibilidade. Nesse sentido, comentou que o machismo e as igrejas têm construído preconceitos e tornado sua presença mais difícil de ser notada.

Al ser la fundadora de la primera colectiva LGBTI indígena, te puedo decir que de verdad es demasiado, demasiado difícil. [...] el racismo sí ha sido como un obstáculo muy, muy importante para poder visibilizarnos. Y también el machismo y las iglesias [...].

O sea, en la comunidad, como que se está super alimentado; en las ciudades, el racismo porque, bueno, ya se acostumbrarán a ver a *gays* blancos o *gays* mestizos, o hasta una misma se acostumbró a ver, era normal, o más normal, digámoslo así, incluso en los espacios LGBTI. Yo siempre soy la única indígena en espacios así,

²⁷ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

²⁸ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

entonces ahí sí puedes evidenciar que es el racismo, por eso yo misma no me vinculo mucho a los espacios así (Ninari Chimba)²⁹.

As entrevistas realizadas confirmaram o que foi exposto ao longo dos capítulos anteriores, que é o fato de que nas comunidades indígenas predomina o machismo e a crença nos papéis de gênero que as mulheres estão destinadas a cumprir. Embora as mulheres tenham começado a ocupar espaços de representação política e seja considerada a sua participação em alguns contextos como sustento econômico da família ou como líderes, sua atuação efetiva ainda é limitada a cargos secundários.

Igualmente, a sua ocupação de espaços e experiência dentro da política se desenvolve de uma forma diferente, pois em alguns casos terminam sendo alvos de violência política, assédio e críticas. Tudo isto, junto ao racismo estrutural, tem levado a que também tenham que enfrentar a relutância e falta de apoio no momento de exigir o reconhecimento dos seus direitos. Nesse sentido, evidencia-se sua vulnerabilidade tanto por serem mulheres quanto por fazerem parte de um grupo historicamente marginalizado.

Apesar disso, não se pode deixar de reconhecer seu papel como suporte econômico das suas famílias e a resiliência mantida ao longo do tempo para conseguir que suas vozes sejam reconhecidas e suas demandas escutadas. No entanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido, pois o condicionamento aos papéis tradicionais de gênero, a falta de representatividade e de apoio e o racismo são fatores a serem superados.

3.3.1. Experiências de mulheres indígenas a respeito da violência de gênero no Equador

A seguir, apresenta-se um quadro focado nas respostas das entrevistadas sobre quatro aspectos importantes dentro da análise da violência de gênero contra mulheres indígenas no Equador: 1) o seu conhecimento sobre casos de violência e as denúncias dentro das suas comunidades; 2) o tratamento desses casos nas instâncias comunitárias e ordinárias; 3) os fatores que, a partir de sua perspectiva, agravam a vulnerabilidade das mulheres indígenas perante à violência; e 4) a atenção do Estado às suas demandas e necessidades específicas.

Através da avaliação dessas temáticas, será possível visualizar como a violência se apresenta de maneira concreta, mas também contemplar as ações ou omissões por parte das comunidades e do Estado. De igual forma, as experiências das mulheres entrevistadas deixaram em evidência as lacunas legais existentes no momento de verificar de forma empírica a atenção

²⁹ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

que os casos de violência têm recebido e sua efetividade em realidades que se veem atravessadas por desigualdade múltiplas.

Nesse sentido, esta sistematização das entrevistas por temas ocorre com a intenção de destacar a prevalência da violência em geral e nos contextos comunitários, os obstáculos que atravessam no acesso à justiça, a perspectiva que se tem sobre o Estado e os fatores que as situam como alvos de violência. Dessa maneira, busca-se salientar a importância de políticas que reconheçam suas necessidades e diversidade desde uma perspectiva interseccional.

Tabela 2—Tabela binária de respostas de mulheres indígenas sobre violência de gênero, tratamento de casos, barreiras no acesso à justiça e atenção do Estado

Entrevistadas	Tem conhecimento de algum caso de violencia de género?	Os casos denunciados tiveram algum tratamento pela justiça indígena ou ordinária?	Existem barreiras ou desafios ao momento de acessar aos serviços de justiça e de denuncia?	O Estado tem atendido suas demandas e necesidades específicas?
Estefanía Lalvay	Sim	Não	Sim	Não
Pakarina Gualinga	Sim	Não	Sim	Não
Shirley Loor	Sim	Não	Sim	Não
Ninari Chimba	Sim	Não	Sim	Não

Fonte: Elaborado pela própria autora a partir das informações coletadas

Em primeiro lugar, encontra-se o reconhecimento de casos de violência de gênero por parte das mulheres entrevistadas dentro das suas comunidades e o seu tratamento. De maneira unânime, todas as entrevistadas afirmaram conhecer algum caso de violência de gênero. Ninari, ao comentar sobre o assunto, afirmou que "*Todas. Lamentablemente, todas [han vivido violencia]*"³⁰.

As entrevistadas coincidiram no fato de que muitas vezes os casos e as denúncias são invisibilizadas, assim como os casos não são tratados da maneira mais adequada. Dessa forma, muitas vezes as mulheres terminam lidando em silêncio com a violência perpetrada, o que as deixa em uma situação de vulnerabilidade e risco.

Dentro de mi comunidad, sí se ha visto tema de golpes y hombres borrachos que llegan a maltratar verbalmente. [...] Todo en casa, no así en la calle, y muchas veces las esposas se quedan calladas (Shirley Loor)³¹.

Ao se referir às suas experiências a respeito do tratamento dos casos de violência contra a mulher nas comunidades, Estefania Lalvay concebeu que os casos não são tratados de forma imparcial, pois são os mesmos homens quem os julgam. Nesse sentido, ao avaliar a

³⁰ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

³¹ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

justiça indígena, conclui-se que não existe um verdadeiro processo de justiça ou reparação e muito menos proteção às vítimas, pois no final do dia os agressores voltam para suas casas.

prácticamente los mismos, que están responsabilizando de esos espacios de hacer justicia son los compañeros hombres [...].

No se lleva un proceso de ajusticiamiento o de sanación, diría hasta ahí queda. Entonces quiénes regresan a sus casas con las familias son las mujeres, quiénes están afectadas y con el mismo compañero [...]. Regresan de este proceso a seguir conviviendo con el tipo que genera todo eso (Estefanía Lalvay)³².

Estefanía afirmou que em muitos casos "*no hay justicia para las mujeres y eso no está siendo discutido en una asamblea provincial, no está discutido en una asamblea comunitaria, en la asamblea regional*"³³. Nessa linha, Ninari fez referência à revitimização das mulheres na justiça indígena e revelou que, em muitos casos, são as vítimas as que terminam sendo castigadas e disse: "*A la víctima se le castiga. Si fue violada, a ella le van a hacer justicia indígena frente a la comunidad por haberse dejado, porque el violador era casado. [...] Es un castigo también social*"³⁴.

Por outro lado, Pakarina compartilhou que foi vítima de violência sexual por alguém da sua comunidade aos dez anos. Considerando sua idade e a falta de educação sexual por parte de seus pais ou na escola, ela não conseguiu compreender o que havia acontecido, mas que, com o tempo, isso acabou afetando sua vida adulta.

Y yo pasé mucho tiempo callada, ya al ser adulta me di cuenta de que sufrí violencia sexual y que eso, siendo adulta, afectó mi en mi vida emocional, psicológica y que al final, como pude, tomando, haciendo terapias con plantas medicinales, hablando con otras amigas, pude, digamos, salir.

Pude entender que no fue mi responsabilidad, era una niña, y que mi madre, o sea, mi madre, no tocó este tema. Nunca me dijo nadie tiene que tocar, qué parte de mi cuerpo tengo que proteger, cuándo tengo que hablar. Entonces fue también un tema de educación sobre nuestros cuerpos (Pakarina Gualinga)³⁵.

Na perspectiva de Pakarina, a violência é um fenômeno que acontece com frequência dentro das comunidades, mas ela acredita que a justiça indígena, em muitos casos, acaba protegendo ao agressor. Assim, compartilhou um caso que aconteceu dentro da comunidade sobre violência causada por um professor, que ao final do dia terminou expulso da comunidade, mas livre.

[...] la justicia indígena es como a veces ampara al agresor. Es como un arma de doble filo, puede amparar, o sea, ampara al agresor. Porque un violador no va a querer ir al a la cárcel, mucho se suicidan, y si es de territorio, va a esconderse más en el territorio donde no lo encuentren O pagar justicia indígena, sí, pero lo expulsan, y si lo expulsan, se va a otra comunidad y así él va a continuar.

³² Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

³³ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

³⁴ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

³⁵ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

Yo conozco el caso de un profesor que es acosador, que ha violado a sus alumnas, pero él, sin embargo, continúa. Está en otra comunidad y al final es libre, son casos que la justicia indígena no va a lograr hacer realmente una justicia indígena a alguien, a un agresor sexual (Pakarina Gualinga)³⁶.

No que se refere ao tratamento dos casos de violência na justiça ordinária, o cenário também não é esperançoso, pois, segundo Estefania, as mulheres não são tratadas com seriedade e há muita burocracia. Igualmente, comentou que, no sistema de justiça e seus funcionários, existem preconceitos e falta de capacitação para trabalhar com questões de violência de gênero; por conseguinte há abandono do sistema e barreiras estruturais.

En la justicia ordinaria tampoco y es un papeleo que se tiene que hacer. Una mujer tiene que llegar ya a punto de morir para que sean tomados en cuenta, cuando no debería ser así.

[...]

Dicen [desde el sistema de justicia], “bueno, como ya están acostumbradas a eso [a la violencia], o sea, si ellas después están en ahí mismo”. Eso existe, no es ajeno, también. Entonces de cómo no se responsabilizan de cómo hay discriminación de esa parte [de sistema de justicia] (Estefania Lalvay)³⁷.

Pakarina ressaltou que o sistema não é empático com a gravidade dos casos de violência e o sofrimento das vítimas. Ela comentou, assim como Estefania, que não há pessoal capacitado para acompanhá-las.

el sistema en este momento no es bueno con las mujeres que han sido víctimas de violencia [...].

He acompañado a varias personas a sostenerlas cuando han estado pasando esto, y es muy duro, porque hay que tener el espíritu muy fuerte para poder sostener a esa persona. Y después ver que un sistema no cuenta con las personas capacitadas en cómo sostenerlas, te rindes.

[...] Porque el sistema es muy frío para las chicas que han recibido, que han sido víctimas de violencia sexual o agresión física [...] (Pakarina Gualinga)³⁸.

Na experiência de Shirley, não é possível confiar nos serviços de atenção às denúncias por violência, segundo o manifestado por ela: “[...] *al menos acá las autoridades te hacen caso omiso, o sea, cuando tú llamas al ECU 911 porque estás viendo algún maltrato, dicen que ya va la emergencia y te quedas esperando*”³⁹. Portanto, as mulheres indígenas enfrentam desafios específicos no momento de acessar à justiça.

Por um lado, Pakarina salientou que, para as mulheres rurais ou de territórios mais afastados, é mais difícil denunciar por barreiras como a língua e o peso emocional. Dessa forma, Pakarina expressou: “*para una mujer de territorio es mucho más complicado, mucho más difícil*

³⁶ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

³⁷ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

³⁸ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

³⁹ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

decir o denunciar, porque no hablan el idioma. Y, además, fuera del idioma, están pasando por un proceso psicológico, emocional y físico super delicado”⁴⁰.

Nessa linha de ideias, Estefania replicou o fato de que os serviços de recepção e atenção de denúncia não estão disponíveis para todas as mulheres. Consequentemente, as mulheres que vivem nas periferias dificilmente serão atendidas e, por outro lado, também não têm a possibilidade de sair de casa para iniciar um processo burocrático.

[...] prácticamente algunas compañeras, digamos, viven en lugares periféricos, más allá en el cerro viven [...]. ¿Y qué haces ahí? ¿A mitad de la noche, cuando [tu] esposo te pega, o te saca de la casa, qué haces en esas distancias? El segundo tema es el tema económico, donde que prácticamente tienes que hacer un sinnúmero de papeleos, no tienes que ir solo un día a este lugar, tienes que ir por varios días (Estefania Lalvay)⁴¹.

Ninari indicou que em alguns casos, as denúncias não são realizadas por falta de informação sobre o funcionamento do processo na justiça. Segundo ela: *“la información en los propios términos para cualquier otra mujer indígena, creo que también sí es importante todavía trabajar, inclusive para quienes tienen capaz más posibilidad de acceder a ese tipo de Justicia”*⁴².

No referente à perspectiva das entrevistadas sobre a posição do Estado no momento de atender às suas necessidades e demandas específicas, nenhuma delas respondeu de forma positiva. Na visão de Ninari, o Estado não tem considerado os fatores específicos que as tornam no alvo mais vulnerável de violência; consequentemente, a interseccionalidade seria deixada de lado.

Yo creo que toda la vida siempre nos han generalizado y siempre nos han puesto en el mismo saco, entonces creo que por eso no ha habido mucha incidencia. Por eso los feminicidios de nuestras comunidades siguen siendo incluso cada vez más altos. El tema de derechos sexuales y reproductivos igual, todo lo que implica derechos para nosotras, no creo que haya una voluntad política y gubernamental (Ninari Chimba)⁴³.

De acordo com Pakarina, a erradicação da violência de gênero não tem sido tratada como uma prioridade para o Estado. Nessa linha, as políticas que atualmente impulsionadas têm se focado na exploração de recursos naturais e na aproximação das comunidades indígenas têm sido com segundas intenções. Logo, Pakarina acredita que todo prejuízo causado aos seus territórios atenta diretamente contra as mulheres e seu direito de viver em um ambiente saudável e livre de violência.

⁴⁰ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

⁴¹ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

⁴² Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

⁴³ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

Yo creo que no ha sido una prioridad, no es una prioridad. La prioridad son los recursos naturales y es triste porque todo lo que hacen a la tierra es lo que nos hacen a nosotras las mujeres [...].
 [...] sobre todo como seres humanos, estamos en una constante vulneración de derechos. Tenemos derecho a vivir en un ambiente sano y libre de violencia [...] (Pakarina Gualinga)⁴⁴.

Segundo Estefania, a atenção às suas demandas e circunstâncias específicas não tem acontecido. Para ela, não há vontade política, o que é um fator importante para produzir políticas públicas inclusivas nas quais exista um sistema de acompanhamento às mulheres atendidas.

[...] tiene que haber un cambio en las políticas públicas. [...] las puertas de la justicia ordinaria están abiertas, todo eso. Pero no están dando, no están solucionando las necesidades mías o de las compañeras mujeres que están pasando.
 [...] que haya políticas públicas donde que prácticamente no te abandonen, que te tomen en cuenta desde un principio, porque después, para no tener lamentos de pérdida (Estefania Lalvay)⁴⁵.

As entrevistas realizadas evidenciam que a violência de gênero não é só um problema vigente, mas está enraizada nas estruturas sociais, culturais e institucionais que normalizam sua invisibilidade, impunidade e revitimização. Todas as entrevistadas confirmaram conhecer algum caso de violência e até narraram suas experiências pessoais e da sua comunidade. No entanto, ficou claro que o tratamento que as denúncias têm recebido, pela justiça indígena e a ordinária, ainda é insuficiente.

De fato, as vivências compartilhadas refletem a persistência de um sistema de justiça discriminatório, machista e inoperante. Por um lado, a justiça indígena pode chegar a culpabilizar a vítima ou proteger os agressores. Por outro, a justiça ordinária é enxergada como inacessível e com barreiras não só territoriais, mas também simbólicas e institucionais, o que afasta as vítimas e limita as denúncias.

A ausência de políticas públicas interseccionais também foi desvelada através das respostas dadas pelas entrevistadas, pois nenhuma delas considerou que o Estado esteja atendendo às suas necessidades de forma eficaz e conforme suas realidades culturais, territoriais e identitárias. A percepção em comum foi que as políticas são genéricas e construídas a partir de uma lógica que ignora os outros contextos nacionais.

Adicionalmente, ficou clara a falta de vontade política estatal e de mecanismos de acompanhamento às vítimas, especialmente para grupos marginalizados como são as mulheres indígenas. Diante disso, reafirma-se a importância de repensar a formulação de políticas

⁴⁴ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

⁴⁵ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

públicas com base em um olhar interseccional, que reconheça as camadas de opressão vividas pelas mulheres indígenas e proponha estratégias adaptadas as suas demandas e adequadas para sua proteção e reparação.

4 A INTERSECCIONALIDADE E SUA INCLUSÃO NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Os discursos hegemônicos e práticas sociais do Ocidente têm girado em torno a idealização moderna de um sujeito considerado como representativo da humanidade (Cubillos, 2015). Esse sujeito universal, que é tomado como referência na vida social e na formulação de políticas é representado por uma figura masculina, ocidental, branca, heterossexual, adulta e burguesa (Cubillos, 2015). Não obstante, essa concepção resulta problemática, pois nega e constitui as outras subjetividades que escapam do seu escopo como subalternas (Cubillos, 2015).

Essa perspectiva tem excluído e minimizado outras subjetividades por motivos de sua raça, classe social, orientação sexual ou outras, que não se encaixem nesse sujeito idealizado (Cubillos, 2015). Como resultado, as mulheres indígenas, junto a outros grupos considerados como minorias, têm sido excluídas e, no que concerne a formulação de políticas públicas, têm tido ignoradas suas condições particulares. Nesse sentido, surge a interseccionalidade como uma proposta que busca repensar a interpretação da sociedade (Cubillos, 2015).

Um dos primeiros antecedentes que ajudaria a lançar as bases para o que seria reconhecido como interseccionalidade foi a declaração apresentada pelo Coletivo do Rio Combahee. O coletivo estadunidense foi fundado em 1974 como um coletivo feminista negro de mulheres lésbicas, cujo objetivo foi o combate da opressão racial, sexual, heterossexual e de classe (Combahee River Collective, 2003). Na declaração, o coletivo discutiu quatro temáticas relacionadas com: a origem do feminismo negro contemporâneo; a política do coletivo; os problemas na organização de feministas negras e as práticas das feministas negras (Combahee River Collective, 2003).

O conceito da interseccionalidade foi abrangido nessa declaração, já que o coletivo expressava que os principais sistemas de opressão estavam interligados e condicionavam a vida das mulheres negras ao mesmo tempo (Combahee River Collective, 2003). Nesse sentido, apontavam a dificuldade de separar a raça, a classe social e o sexismo por serem fatores experimentados simultaneamente. Porém, salientavam que um dos problemas no momento de se organizar como coletivo, foi exatamente combater a opressão a partir de diferentes frentes e sem ter privilégios raciais, sexuais ou de classe (Combahee River Collective, 2003).

Anos mais tarde, o termo interseccionalidade foi apresentado formalmente no estudo das ciências sociais por Kimberlé Crenshaw (1989) em um artigo publicado no

University of Chicago Legal Forum. No artigo, a escritora contrastou a multidimensionalidade das experiências das mulheres negras com o único eixo que usualmente é tomado como referência ao analisar o sexismo e racismo. Segundo Crenshaw (1989), o problema da existência de um só eixo de análise é que se termina limitando a pesquisa às experiências de grupos privilegiados, o que apaga as experiências de mulheres negras e daqueles multiplamente marginalizados.

Nesse sentido, Crenshaw (1989) alega que as mulheres negras terminaram sendo excluídas da teoria feminista e do discurso de políticas antirracistas, pois elas não refletem a sua experiência interseccional e as formas particulares pelas quais são subordinadas. Portanto, entendendo que as mulheres negras sofrem de inúmeras formas, a contradição surge de esperar que suas reivindicações tenham que ser unidirecionais (Crenshaw; 1989).

Com essas considerações, a interseccionalidade propõe que não existe só uma margem monotemática de discriminação, e sim que existem outros fatores que podem reforçar a marginalização de um grupo. Portanto, no caso das mulheres negras exposto por Crenshaw (1989), a exclusão de outras variáveis de discriminação não só as marginaliza dentro do próprio movimento de mulheres, mas também torna ilusório ao objetivo de acabar com o racismo e o patriarcado.

Crenshaw também fez referência a Sojourner Truth, quem foi uma abolicionista e ativista pelos direitos civis das pessoas negras, que questionou a imagem sexista e estereotipada da feminilidade usada pelos homens. Truth fez uma intervenção em uma Conferência sobre os Direitos das Mulheres, onde levantou uma crítica sobre a contradição entre os mitos da feminilidade e a realidade das experiências das mulheres negras (Crenshaw; 1989).

No seu discurso, Truth questionava que, se ela também era uma mulher, por que então suas aspirações como mulher negra não eram atendidas e suas necessidades não eram respondidas? A partir daí surge a crítica à teoria política e feminista, por não incluírem as experiências das mulheres negras. Nesse sentido, Crenshaw (1989) aponta a dificuldade que têm as mulheres brancas de sacrificar privilégios, como o racial, para fortalecer a luta pelos direitos das mulheres.

Outra escritora importante na temática da interseccionalidade, e cujas ideias podem ser aplicadas para o caso das mulheres indígenas, é a Patrícia Hill Collins. No livro chamado “*Black Feminist Thought*” a autora aborda o feminismo negro e as formas pelas quais as mulheres negras têm sido historicamente vulnerabilizadas e marginalizadas. Segundo Hill Collins (1990), a chegada das mulheres afro-americanas se viu marcada pela escravidão e a opressão, na qual lhes foi negado o acesso aos recursos da sociedade.

A opressão abrangeu três dimensões importantes, tais como a sua exploração laboral, essencial para as políticas capitalistas; a privação de direitos e privilégios que os cidadãos brancos tinham; e o controle social sobre a sua imagem (Collins, 1990). Para Collins, a interseccionalidade é uma perspectiva crítica na qual a raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nação, habilidade e idade operam como fenômenos de construção recíproca que, por sua vez, moldam desigualdades sociais complexas (Collins, 2015).

Dessa forma, a interseccionalidade permite compreender que a opressão não pode ser reduzida a um só tipo, e sim que vários sistemas podem se agrupar e produzir injustiças (Collins, 1990). Adicionalmente, aponta que apesar de que as mulheres afro-americanas compartilhem opressões interseccionais comuns, as experiências ainda podem diferir uma da outra (Collins, 1990). Igualmente, essa interseccionalidade não poderia continuar sem que exista alguma justificativa ideológica para sua existência (Collins, 1990).

Parte da justificativa ideológica para a dominação das mulheres negras se evidenciou no uso de imagens estereotipadas que manipulam o imaginário social sobre a feminilidade negra (Collins, 1990). Esse controle sobre a perspectiva que se tinha das mulheres negras ajudou a normalizar o racismo, sexismo e outras formas de injustiça social (Collins, 1990). Assim, as mulheres afro-americanas mantiveram o status de *outsiders*, que sustentou, mais uma vez, as formas interseccionais de opressão (Collins, 1990).

Essa estratégia de separação se assemelha ao ocorrido na colonização, na qual se criaram imaginários e binarismos que excluíram os indígenas do processo de modernização estatal, sendo percebido como os “outros”. De fato, a análise feminista da interseccionalidade denuncia a perspectiva enviesada do feminismo hegemônico, que considera só as mulheres brancas e do ocidente, perspectiva que terminou por invisibilizar as mulheres das outras raças, etnias e classes sociais (Cubillos, 2015).

Nessa linha de ideias, o caso das mulheres indígenas resulta particular no momento de entender os sistemas de opressão que as prejudicam. Por exemplo, Rita Segato (2003), conhecida pelo seu aporte no tema da violência de gênero, salienta que à diferença de outros coletivos de mulheres, as indígenas se encontram divididas entre duas lealdades: a lealdade ao seu gênero e a lealdade ao seu grupo étnico. A abordagem da interseccionalidade por parte da autora é interessante, pois se bem não usa o termo interseccionalidade, sua crítica à violência, ao patriarcado e à colonialidade permite evidenciar as complexidades das opressões que recaem sobre as mulheres racializadas e colonizadas.

A autora Segato não utiliza diretamente o conceito de interseccionalidade nos moldes formulados por Crenshaw, mas sua obra dialoga com a ideia, essencialmente ao

descrever como a mulher indígena passa de ocupar uma posição de vulnerabilidade como membro do seu povo, a adquirir também os problemas e desvantagens da mulher de ocidente (2003). Assim, descreve a dificuldade que têm as mulheres indígenas de lutar pelos seus direitos e ao mesmo tempo arriscar ou fragmentar a defesa pelos direitos étnicos da comunidade que pertencem (Segato, 2003).

A temática tem sido abordada tanto por acadêmicas como por ativistas, entre as que se destacam está a antropóloga mexicana Aída Rosalva Hernández. No livro “*Multiple InJustices: Indigenous Women, Law, and Political Struggle in Latin America*”, a autora desafia os retratos homogeneizadores que tem se dado aos movimentos indígenas e analisa como as experiências das mulheres indígenas são afetadas por vários fatores, como o colonialismo, racismo e violência patriarcal.

Para Hernández, a representação dos movimentos indígenas como “movimentos identitários que concentram suas lutas nos direitos culturais é simplificar as muitas dimensões de suas estratégias de luta” (2016, p.6, tradução minha)¹³. Dessa forma, expõe que membros de movimentos de mulheres indígenas do México ou Guatemala têm trazido discursos sobre a existência do feminismo indígena ou feminismo comunitário para criticar a intersecção de múltiplas formas de opressão que atravessam (Hernández, 2016).

Sendo assim, a antropóloga aponta que a procura de uma linguagem própria que permita que as mulheres indígenas possam expressar as formas de opressão que atravessam, as têm levado a usar teorizações como o da interseccionalidade do feminismo negro (Hernández, 2016). Essa perspectiva interseccional permite entender que a violência contra mulheres indígenas é consequência de múltiplas condições, o que implica estratégias de luta mais complexas que vão além das reivindicações do feminismo liberal (Hernández, 2016).

É importante mencionar que, segundo Crenshaw, a interseccionalidade pode operar a nível estrutural e a nível político. O primeiro nível refere-se à conexão dos sistemas de discriminação que terminam afetando as vidas das pessoas, tais como gênero, raça e classe social (Crenshaw, 1989 *apud* Cubillos, 2015, p. 122). O segundo pretende entender como as estratégias políticas desconsideram e excluem das suas agendas os outros sistemas de opressão que vulnerabilizam determinados grupos (Cubillos, 2015).

Consequentemente, essas estratégias políticas terminam por reproduzir e fortalecer sistemas de poder que subordinam, como no caso dessa pesquisa, as mulheres indígenas, que como foi exposto, já enfrentam outros conflitos internos. Nesse sentido, resultaria interessante a proposta de Crenshaw, de pensar em categorias identitárias complexas, que reconheçam a

heterogeneidade existente, com o intuito de parar de reproduzir subordinações de raça ou gênero (Crenshaw, 1991 *apud* Cubillos, 2015, p. 123).

No caso das mulheres indígenas, valeria a pena perguntar também: se elas também são mulheres, então por que as políticas públicas estão deixando de lado suas necessidades e experiências particulares? Desse questionamento surge a crítica desta pesquisa às políticas que têm sido geradas para combater a violência de gênero, no caso das mulheres indígenas. Evidentemente, persiste a influência da colonialidade e as políticas da mestiçagem centradas na existência falaciosa da mulher universal mestiça em um país autodeclarado como plurinacional e pluricultural.

O problema de ignorar os modos pelos quais outros fatores como a raça, etnia ou classe têm influência nas experiências das mulheres indígenas, é que isso reforça fenômenos históricos e, por conseguinte, contribui a sua dominação e subordinação. Em conformidade com o que apontava Crenshaw (1989), a consequência de deixar de lado a interseccionalidade é que a teoria feminista permaneça branca e que seu objetivo de incluir as mulheres não privilegiadas não seja realizado.

4.1 A interseccionalidade no marco jurídico equatoriano

No Equador, pelo menos a nível constitucional, todas as pessoas são consideradas como iguais e, portanto, todas e cada uma delas gozam dos mesmos direitos, deveres e oportunidades (Equador, 2008, artigo 11)⁴⁶. Nesse sentido, o Estado assume o compromisso e obrigação de gerar e executar políticas para a promoção da igualdade entre homens e mulheres.

No âmbito internacional, o Equador tem assumido compromissos por meio da ratificação de ao redor de 27 convênios internacionais em matéria de Direitos Humanos, 09 convenções com seus protocolos e 5 tratados (ONU *Mujeres*, 2023, p. 21). Na linha específica das obrigações internacionais do Equador, relacionadas com os direitos das mulheres, ONU *Mujeres*, se enfatiza a *Convención sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación contra la Mujer*, na *Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer*, na *Plataforma de Acción de Beijing* e na *Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible* (2023, p. 21-22).

⁴⁶ No original: Artigo. 11° item 2: “*Todas las personas son iguales y gozarán de los mismos derechos, deberes y oportunidades*” (Equador, 2008). Em vários artigos, a Constituição faz menção do direito a igualdade, por exemplo, pode se encontrar no artigo 66° item 4, o artigo 70° e o artigo 341.

De igual forma, no que diz respeito à igualdade de gênero no âmbito laboral, o Equador tem ratificado 05 dos 06 convênios da Organização Internacional do Trabalho (OIT) desde 1957 (ONU *Mujeres*, 2023). Esses convênios consagram uma série de direitos sobre a igualdade de gênero, como: a igualdade de remuneração, a proibição de discriminação laboral, princípios e direitos que garantam condições laborais decentes e a eliminação da violência e assédio laboral (ONU *Mujeres*, 2023, p. 23).

A Constituição prescreve que “[...] O Estado adotará medidas de ação afirmativa que promovam a igualdade real em favor dos titulares de direitos que se encontram em situação de desigualdade” (Equador, 2008, artigo 11, item 2, parágrafo terceiro) (tradução minha)⁴⁷. Para isso, estabelece que os direitos serão desenvolvidos ou concretizados por meio de normas, jurisprudência e políticas públicas⁴⁸.

Esses direitos constitucionais também são garantidos, explicitamente, para o caso das comunidades, povos, nacionalidades e coletivos, ao dizer que eles são: “[...] titulares e gozarão dos direitos garantidos na Constituição e nos instrumentos internacionais” (Equador, 2008, artigo 10) (tradução minha)⁴⁹. Dessa forma, torna-se obrigação do Estado a geração e garantia das condições para o reconhecimento e exercício de tais direitos⁵⁰.

Nessa linha, o Estado planeja o regime de desenvolvimento através do qual procura cumprir com os objetivos e princípios da Constituição, entre os quais se encontra o princípio do “*sumak kawsay*” ou bom viver, que implica que as pessoas possam exercer seus direitos dentro do marco da interculturalidade e respeito à diversidade⁵¹. Entre esses direitos, se encontra o direito a uma vida livre de violência nos âmbitos público e privado.

Assim, o Estado fica como responsável por adotar medidas para prevenir, eliminar e punir toda forma de violência, com especial atenção àquela exercida contra mulheres e pessoas em situação de vulnerabilidade (Equador, 2008, art. 66). Conforme já discutido no capítulo anterior, o Equador tem ratificado instrumentos internacionais sobre violência de gênero, assim como também tem adotado medidas legais e criado corpos normativos para seu combate; sem embargo, como já foi exposto, a situação da violência continua sendo um problema vigente.

⁴⁷ No original: “Art. 11.- El ejercicio de los derechos se regirá por los siguientes principios: (...) El Estado adoptará medidas de acción afirmativa que promuevan la igualdad real en favor de los titulares de derechos que se encuentren en situación de desigualdad (Equador, 2008, art. 11 numeral 2 parágrafo tercero)”.

⁴⁸ Revisar o artigo 11 numeral 8 da Constituição da República do Equador do ano 2008.

⁴⁹ No original: “Artículo 10°. - Las personas, comunidades, pueblos, nacionalidades y colectivos son titulares y gozarán de los derechos garantizados en la Constitución y en los instrumentos internacionales [...]” (Equador, 2008, artigo 10).

⁵⁰ Revisar o artigo 11 numeral 9 da Constituição da República do Equador do ano 2008.

⁵¹ Revisar o artigo 275 terceiro parágrafo da Constituição da República do Equador do ano 2008.

No caso de mulheres indígenas, sua particular posição de vulnerabilidade faz com que a violência de gênero que enfrentam seja qualitativamente diferente da experiência de uma mulher branca ou mestiça, em razão da sua experiência interseccional. De acordo com o relatório da CIDH (2017) sobre mulheres indígenas latino-americanas, apesar da diversidade existente, elas coincidem no fato de que uma das causas da discriminação que sofrem é pelos vestígios do colonialismo.

Desse modo, as experiências das mulheres indígenas tornam-se incomparáveis e únicas. Nesse sentido, reconhece-se que as mulheres indígenas contam com múltiplas vulnerabilidades que se originaram desde a consolidação do Estado. Segundo González, a América Latina é herdeira das ideologias de classificação social ibéricas, que inclui a classificação racial e sexual, por conseguinte, as sociedades se constituíram como hierárquicas (2020).

Essas hierarquias garantem a superioridade branca e segregação de outros grupos étnicos, como os indígenas (González, 2020). No nível regional, segundo explica González, muitos países aboliram o uso de indicadores raciais em censos e documentos oficiais, pois a ideologia do branqueamento provocou a desintegração e fragmentação da identidade étnica (2020). De fato, conforme foi exposto, no Equador se promoveu a ideologia do branqueamento através da mestiçagem e incentivos em prol do afastamento das origens indígenas.

Nesse sentido, por um lado, existe uma estrutura fundada nas desigualdades raciais e negação da heterogeneidade, mas também na desigualdade sexual, da qual as mulheres não brancas terminam sendo vítimas (González, 2020). Consequentemente, as mulheres indígenas, assim como as de outros grupos não brancos, acabam sendo duplamente discriminadas e se tornando nas mais oprimidas e exploradas da região (González, 2020).

O reconhecimento do Equador com um país intercultural e multiétnico envolveu também o reconhecimento da diversidade de mulheres que nele convivem, assim como suas necessidades específicas e as formas pelas quais se produz discriminação e desigualdade entre elas. Por isso, existem diferentes alternativas propostas por órgãos internacionais com a finalidade de prevenir e abordar as violações aos direitos das mulheres indígenas.

Calero e Mendoza (2019) concordam que a perspectiva interseccional é importante na análise das desigualdades, pois ajuda a desvelar as múltiplas formas de discriminação que se interligam e potencializam a desigualdade de gênero. No relatório da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH, 2017) sobre mulheres indígenas, apresentaram-se os princípios reitores para guiar às ações do estado no que as envolve.

Entre os princípios, encontram-se: o tratamento das mulheres indígenas como sujeitos de direito por meio do seu empoderamento; a aplicação da perspectiva interseccional; o princípio da autodeterminação dos povos; o princípio da participação ativa; o princípio da indivisibilidade dos seus direitos; e o princípio da dimensão coletiva (CIDH, 2017). O princípio a salientar é o da interseccionalidade, que implica avaliar os outros fatores que podem afetar a mulher ao sofrer discriminação.

Segundo o relatório da CIDH (2017), as mulheres indígenas têm uma identidade multidimensional que está relacionada com seus territórios, nos quais desenvolvem suas vidas e sentido de pertença. Ao mesmo tempo, a ação do estado tem que estar orientada à proteção dos direitos das mulheres indígenas, considerando suas necessidades como mulheres e como membros de uma coletividade (CIDH, 2017). Portanto, a CIDH (2017) enfatiza a importância da recollecção de dados e produção estatística, assim como a produção de políticas com perspectiva interseccional.

O contexto de sexismo, colonialismo e racismo piora a situação de desigualdade de gênero das mulheres indígenas e a interseccionalidade é a chave para entender sua situação política (Picq, 2018). Portanto, a luta contra a violência de gênero que sofrem precisa da formulação de políticas interseccionais que considerem todos os aspectos que as colocam em uma situação ainda mais vulnerável.

Segundo o relatório da CIDH (2017) sobre a situação das mulheres indígenas e seus direitos humanos, as mulheres indígenas são vítimas de uma permanente discriminação a nível estrutural que envolve formas de marginalização política, econômica e social. Essas formas de alienação são potencializadas pela falta de produção estatística que registre as formas diferenciadas de violência que afeta de forma particular às mulheres indígenas (CIDH, 2017).

Da mesma maneira, o relatório salienta que a nível regional latino-americano, no caso das mulheres indígenas, as autoridades estatais não atendem às suas demandas ou a resposta resulta deficiente (CIDH, 2017). No que respeita ao acesso à justiça por mulheres indígenas na América Latina, os casos ainda não são abordados com perspectiva de gênero ou étnico-racial porque não existe pessoal no Judiciário capacitado tanto na língua como na cultura e cosmovisão indígena (CIDH, 2017).

No relatório regional sobre os Direitos das Mulheres Indígenas, reitera-se a falta de dados e falta de caracterização dos problemas específicos das mulheres indígenas, como fatores que intensificam a invisibilização dos seus problemas (FILAC; ONU Mujeres, 2021). A ausência de dados coletados traz como consequência que suas necessidades sejam ignoradas e

que se repitam estereótipos, assim como também que se priorizem os interesses coletivos sobre os particulares das mulheres (FILAC; ONU Mujeres, 2021).

A perspectiva da interseccionalidade possibilita o entendimento da subalternidade específica que as mulheres indígenas vivenciam, além dos conflitos convencionais de gênero e etnia (Picq, 2018). Nesse sentido, deixa-se em evidência que a categoria de mulheres está composta por uma diversidade de sujeitos que precisam de ações específicas para o exercício dos seus direitos humanos (CEPAL, 2016, *apud* Calero; Mendoza, 2019, p. 47).

Como apresentado no terceiro capítulo, as mulheres indígenas equatorianas fazem parte de um grupo cujos direitos são apenas declarados na lei, mas que não são efetivados na prática. Por isso, é possível evidenciar que contam com as maiores porcentagens de pobreza, de necessidades básicas insatisfeitas, pessoas sem renda própria, analfabetismo, desnutrição crônica, entre outras.

Igualmente, as mulheres apresentam os índices mais altos de vitimização por violência e as mulheres indígenas são o grupo étnico com maior probabilidade de serem vítimas. Como foi apresentado, as condições socioeconômicas, educativas, etárias e de qualidade de habitação podem constituir fatores de risco que aumentem a probabilidade de sofrer violência. No caso das mulheres indígenas, para além das práticas machistas que ainda predominam nas suas comunidades, as estatísticas mostram que se encontram em uma posição desigual.

Consequentemente, não é descabido aduzir que, para além de serem mulheres, há outros elementos que as colocam em posição de desvantagem, expondo-as à violência de gênero e tornando a sua experiência diferente da vivência de uma mulher mestiça equatoriana, por exemplo. Com este pressuposto, questiona-se a percepção da interseccionalidade, com base na entrevista realizada com a atual responsável pela *Subsecretaria de Prevención y Erradicación de Violencia contra las Mujeres, Niñas, Niños y adolescentes*. Finalmente, será avaliada a aplicação da perspectiva interseccional através da análise das pesquisas oficiais sobre violência de gênero, por serem instrumentos primordiais e de referência na formulação de políticas públicas.

4.2 A erradicação da violência de gênero no Equador como política de estado e a interseccionalidade: entrevista à *Subsecretaria de Prevención y Erradicación de Violencia contra las Mujeres, Niñas, Niños y adolescentes*

No Equador, o marco jurídico nacional referente à luta contra a violência de gênero encontra-se em vários corpos legais, entre os quais sobressai a LOIPEVM, vigente desde o ano 2018.

Segundo o artigo 1º, a lei tem como objetivo o seguinte:

Art. 1. - Objetivo. O objetivo desta lei é prevenir e erradicar todo tipo de violência contra as mulheres: meninas, adolescentes, jovens, adultas e idosas, em toda a sua diversidade, nos âmbitos público e privado; especialmente quando se encontram em múltiplas situações de vulnerabilidade ou risco, por meio de políticas e ações integrais de prevenção, atendimento, proteção e reparação das vítimas; assim como através da reeducação do agressor e do trabalho em masculinidades (LOIPEVM, 2018) (tradução minha).

Para tal intuito, a lei prescreve no artigo 2º, que tem como finalidade, “[...] prevenir e erradicar a violência contra as mulheres”, assim como o “[...] atendimento, proteção e reparação de vítimas de violência” (LOIPEVM, 2018) (tradução minha). Nesse sentido, de acordo com o artigo 3º, seu âmbito de aplicação abrange a todas as pessoas físicas e jurídicas no território equatoriano e às mulheres em situação de mobilidade humana (LOIPEVM, 2018).

Assim, cabe destacar o item f) do artigo 7º, no qual se listam as abordagens para a aplicação da lei e entre elas, encontra-se a abordagem interseccional, que segundo a lei:

f) Abordagem da interseccionalidade. - Identifica e valoriza as questões social, econômica, política, cultural, religiosa, étnicas, geográficas, físicas e outras formas que fazem simultaneamente parte da identidade individual e comunitária das mulheres e adaptar a essas realidades as ações, serviços e políticas públicas voltadas para a prevenção e erradicação da violência contra as mulheres e o cuidado, proteção e restituição dos direitos da vítima (LOIPEVM, 2018) (tradução minha).

Dessa forma, para poder cumprir com sua finalidade de prevenir e erradicar a violência e atender às mulheres vítimas, a lei constitui no seu artigo 13º, o *Sistema Nacional Integral para Prevenir y Erradicar la Violencia contra las Mujeres*, definido como um conjunto de instituições, normativas, planos, mecanismos e outros, orientados na prevenção e erradicação da violência de gênero (LOIPEVM, 2018). Nesse sentido, fica claro que o objeto do sistema é a prevenção e erradicação da violência por meio de diferentes mecanismos, incluídas as políticas públicas (LOIPEVM, 2018, artigo 13º).

De acordo com a lei supramencionada, a reitoria do sistema estaria a cargo do *Ente Regulador de Justicia y Derechos Humanos y Cultos*, que atualmente é conhecido como

Ministerio de la Mujer y Derechos Humanos (LOIPEVM, 2018, artigo 20º). Nesse teor, o Ministério, como ente reitor, tem a faculdade para poder convocar a qualquer entidade para cumprir com o estabelecido na lei (LOIVPEM, 2018, artigo 20º).

Para fins dessa pesquisa, considerou-se importante realizar uma entrevista com a entidade gestora do sistema e com esse objetivo, contou-se com a colaboração da mestre Maria Luisa Morales, atual encarregada da *Subsecretaria de Prevención y Erradicación de Violencia contra las Mujeres, Niñas, Niños y adolescentes*. Como contextualização, o atual Ministério, a nível central, conta com um gabinete dividido em sete direções, uma coordenação administrativa financeira e três subsecretarias.

As três subsecretarias existentes são: a subsecretaria de Direitos Humanos, a Subsecretaria de Prevenção e Erradicação da Violência contra mulheres, meninas, meninos e adolescentes, e a Subsecretaria de Diversidades. Segundo a Resolução No. SDH-SDH-2021-0001-R, a Subsecretaria de Prevenção e Erradicação da Violência contra mulheres, meninas, meninos e adolescentes, como o indica seu nome, tem como missão a prevenção e erradicação da violência contra mulheres, meninas, meninos e adolescentes (2021, p. 20).

Para tal intuito, pode cumprir sua missão por meio do “[...] desenvolvimento, monitoramento e avaliação da implementação de políticas públicas” (Resolução [...], 2021, p. 20) (tradução minha)⁵². Da mesma forma, também tem a faculdade de fazê-lo através da articulação das instituições que compõem o “[...] sistema especializado de proteção integral, da implementação de programas de prevenção da violência e da prestação de serviços de assistência, proteção e reparação integral [...]” (Resolução [...], 2021, p. 20) (tradução minha)⁵³.

Dessa forma, vale a pena destacar que entre as várias atribuições e responsabilidades da subsecretaria, encontram-se: a proposição de políticas públicas para a prevenção e erradicação da violência; a formulação de diretrizes para o funcionamento do sistema; o estabelecimento do funcionamento dos serviços institucionais para vítimas de violência; o acompanhamento da implementação de medidas de proteção, processos judiciais, conformidade regulatória e o progresso na implementação de políticas públicas, entre outras (Resolução [...], 2021, p. 20-21).

⁵² No original: Misión: Prevenir y erradicar las violencias contra mujeres niñas, niños y adolescentes mediante el desarrollo, monitoreo y evaluación del cumplimiento de la política pública, la articulación de los sistemas de protección integral especializados, la implementación de programas de prevención de la violencia y la prestación de servicios de atención, protección y reparación integral para una vida libre de violencias (Resolución [...], 2021, p. 2021).

⁵³ Veja o rodapé 46.

Segundo as informações encontradas na página oficial do Ministério, os principais programas e serviços proporcionados pela subsecretaria são: a Pesquisa Nacional sobre relações familiares e Violência de Género contra as Mulheres (ENVIGMU); o Cadastro Único de Violência de Género contra as mulheres; o Observatório Nacional de Violência de Género contra a Mulher; serviços de proteção integral; centros de abrigo; programa Economia Violeta; o Violentômetro; o programa de capacitação “*Emprendamos con Inclusión y sin Discriminación*”; o plano do Acordo Nro. MMDH-MMDH-2024-0007-A; e a *Ruta Violeta de Atención Integral* (Ministerio [...], 202?).

No concernente à entrevista com a subsecretária, obtiveram-se informações importantes sobre a perspectiva de uma das autoridades que lideram o atual Ministério da Mulher e Direitos Humanos. Como foi mencionado, a ênfase da subsecretaria é a prevenção da violência com base no *Plan Nacional de Prevención y Erradicación de Violencia*, que segundo a LOIPEVM, é um dos instrumentos de política pública do Sistema Nacional Integral para a prevenção de violencia (2018, artigo 19º)⁵⁴.

A subsecretaria fez menção a alguns dos projetos que têm sido desenvolvidos durante seu mandato e que foram mencionados acima, especificamente o programa de empoderamento e financiamento a mulheres para que possam empreender. Nesse sentido, em palavras da subsecretaria, o programa consiste no seguinte:

Estas capacitaciones consisten en 5 módulos en donde se habla de género, de prevención de violencia, [en el programa] ellas conocen lo que es violencia. Porque es lo que también sucede mucho especialmente en estas zonas rurales del Ecuador, que no se conoce qué es violencia.

[...]

Y una vez que ellas concluyen y pueden armar un plan de negocio, obviamente con una guía de la Universidad Pontificia Universidad Católica, ellas pueden participar en un incentivo socioeconómico no reembolsable de hasta 5000 dólares, entonces esto permite que las mujeres pues puedan implementar su negocio y de esta manera siempre el fortalecimiento económico, pues es una arista muy importante para que ellas puedan salir del círculo de violencia (María Luisa Morales)⁵⁵

Igualmente, compartilhou sua experiência com outro projeto realizado pela subsecretaria, os *Centros Violeta*, que conforme o explicado pela subsecretária:

[...] En estos espacios nosotros damos servicios gratuitos de asesoría legal, también en trabajo social, y también un tema psicológico que siguen las víctimas, en donde se les da un proceso terapéutico a las a mujeres víctimas de violencia y de igual manera, niños, niñas de adolescentes.

[...]

Yo he estado presente en varias de estas brigadas, por decirlo así y la mujer indígena, la mujer que vive en estas zonas, pues desconoce, hay un desconocimiento profundo de lo que es la violencia, la violencia sexual entre ellas.

⁵⁴ Artigo 19 item 3 da LOIPEVM.

⁵⁵ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

Porque claro, hay mujeres que piensan que, porque están con su pareja, porque está su esposo, pues ellas tienen la obligación de mantener relaciones sexuales, a veces sin su consentimiento. Entonces tratamos de hacer este tipo de sensibilizaciones con las mujeres, de explicarles, de abrirle las puertas para que puedan también tener este acompañamiento (María Luisa Morales)⁵⁶.

Nesse sentido, percebe-se que a subsecretária reconhece que, especialmente nas zonas rurais e nas mulheres indígenas, existe um desconhecimento sobre o que se entende por violência⁵⁷. Por outro lado, ao questionar sobre os instrumentos de seguimento e bases de dados para coletar as informações antes, durante e após os projetos, com a finalidade de entender os padrões nas beneficiárias e identificar possíveis melhoras, identificou-se que não se conta com um sistema de seguimento ou gerenciamento de dados. Dessa forma, revelou-se que:

Nosotros no manejamos un tema de datos directamente. Es más, vamos desde el inicio. [...] aquí hay una recolección de datos en el tema de feminicidios para poder llevar una data a nivel nacional. Esto lo hace el INEC con Fiscalía, Consejo de la Judicatura y Ministerio del Interior, y mensualmente nos pasan esta información al Ministerio de la Mujer para también nosotros saber dónde enfocar más en el ámbito de prevención o en el ámbito también de atención y protección. Sin embargo, estamos en este año, bueno, desde el año pasado, trabajando con el INEC, que es la institución que lleva los datos a nivel nacional para hacer una encuesta nacional (María Luisa Morales)⁵⁸.

Ao perguntar sobre a existência de um departamento ou área dentro do Ministério no qual se realize o seguimento quantitativo dos projetos e dos dados obtidos, identificou-se que, efetivamente, não contam com uma divisão ou sistema; e que as bases com as que dispõem unicamente refletem o número de atendimentos efetuados pelos serviços institucionais.

No. La data que dispone el Ministerio y que nosotros lo formulamos, por decir así, es las atenciones que realizamos a través de nuestros servicios institucionales. Por ejemplo, en el año anterior nosotros en el año 2024 realizamos 69662 atenciones a nivel nacional en los 3 servicios que tenemos, legal, psicológico y social. Y en lo que va del año 2025, con corte marzo, tenemos 17206 atenciones hasta la fecha. Nuestra recolección de datos también es manual, por eso nos dificulta también tener al día la data, pero estamos trabajando en esto para tener ya un sistema que nos permita tener la data al momento (María Luisa Morales)⁵⁹.

Ao questionar os responsáveis pelos serviços prestados pelo Ministério, foi perguntado se houve formações centradas no tratamento de mulheres indígenas ou nas áreas da pluriculturalidade, plurinacionalidade ou intervenção especializada. Na opinião pessoal da subsecretária, há ainda vários aspetos em que o Estado e a sociedade têm de trabalhar para superar os obstáculos e problemas enfrentados pelas mulheres indígenas. Constatou-se que,

⁵⁶ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

⁵⁷ Nesta entrevista, a subsecretária, ao se referir as mulheres rurais, incluiu as mulheres indígenas.

⁵⁸ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

⁵⁹ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

apesar de os servidores contarem com formação e experiência em violência de gênero, ainda não tem existido programas com esse foco.

Bueno, todos obviamente son profesionales con experiencia en violencia contra las mujeres, en violencia de género, pero algo específico para mujeres indígenas no se ha realizado hasta el momento. Sin embargo, creo que es algo muy importante que podríamos hacer como Ministerio de la Mujer.

[...]

Sobre algo tan específico como me estás consultando, no se lo ha realizado. Lo que hacemos y bueno hemos venido haciendo como Ministerio de la Mujer en todas las capacitaciones que te había mencionado inicialmente, es en temas de prevención de violencia contra la mujer en temas generales, donde se topa los distintos tipos de violencia y se profundiza bastante en el tema de violencia sexual. Igual de las nuevas masculinidades, que es donde se topa el tema del machismo y también se da a conocer las disposiciones que establece la Ley Orgánica para prevenir y erradicar la violencia contra las mujeres. Entonces es bastante, es como muy general [...] (María Luisa Morales)⁶⁰.

Com base nesta consideração, aprofundou-se a análise da perspectiva interseccional e a sua incorporação nas políticas públicas e demais projetos empreendidos pelo Ministério. Consequentemente, indagou-se sobre a sua opinião sobre a aplicação da interseccionalidade nos diferentes serviços e programas realizados, e a resposta não surpreende, pois ao longo da pesquisa se evidenciam os resultados da sua omissão.

Hasta dónde lo establece la misma ley creo que se lo ha hecho, está en el Plan Nacional, se lo ha realizado, pero ahí podría decir algo. O sea, creo que de manera técnica se lo ha hecho, pero todavía falta de desde lo territorial, por decirlo así.

[...] Entonces creo que todavía falta, creo que todavía no se lo hace como debería ser. [...] me refiero desde la parte conceptual, en la parte de definiciones, en donde tú lo pones dentro de un informe, pero no sabes si territorialmente realmente se está cumpliendo ya porque no hay un seguimiento tan de cerca para conocer si se está cumpliendo o no se está cumpliendo con las metas y los objetivos que tiene esta política pública (María Luisa Morales)⁶¹.

Não obstante, ao questionar sobre sua perspectiva a respeito dos fatores que aumentam as vulnerabilidades das diferentes mulheres equatorianas, fica claro que existe consciência das dificuldades e desafios que atravessam. Na opinião pessoal da subsecretária há ainda vários aspectos em que o Estado e a sociedade têm de trabalhar para superar os obstáculos e problemas enfrentados pelas mulheres indígenas.

Creo que sí hay una diferencia, o sea, es complejo. Sí hay una diferencia porque por esto de ser mujer creo que ya tenemos algunas complicaciones en tema laboral en el tema educativo, pero creo que todavía nos falta mucho que trabajar para estos sectores, para la mujer indígena, para la mujer afroecuatoriana, porque siento que sí están mucho más limitados sus derechos. **Entonces, o sea, eso es una opinión muy personal, pero considero que falta mucho todavía y que trabajar como Estado, como sociedad, construir ese tejido social, porque todavía hay mucha discriminación y especialmente para estos sectores** (María Luisa Morales)⁶².

⁶⁰ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

⁶¹ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

⁶² Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

Por outro lado, também fez menção sobre o fato de que na sociedade equatoriana o machismo ainda está enraizado e ainda mais presente nas zonas rurais. De igual maneira, confessou que a violência é um problema latente, cujo caminho para a sua total erradicação é complicado e difícil, pois segundo considera, dificilmente existirão mulheres que possam afirmar que nunca foram vítimas de algum tipo de violência.

[...] Hay muchas prácticas machistas aún. Y yo creo que ni siquiera importa o tiene una importancia el tema, el nivel académico de cada persona, sino creo que es un tema bastante cultural que erradicarlo como tal es un camino difícil y que creo que todavía no se ha logrado como tal. Y esto te hablo en las zonas urbanas, en las zonas rurales, yo creo que el machismo está mucho más arraigado, mucho más presente. Es un problema grande para poder trabajar también en el tema de la erradicación de la violencia contra las mujeres (María Luisa Morales)⁶³.

Segundo a subsecretária, não é possível adotar políticas públicas de forma efetiva, no sentido de que existirão falhas, do ponto de vista da aplicação eficaz da política pública e da perspectiva interseccional. Assim, na sua ótica, a atual política pública do Plano Nacional de Combate à Violência conta com inconsistências e metas mal planejadas, que se pretendem corrigir desde a sua gestão.

Ninguna política va a ser posible aplicarla de una manera eficaz. Obviamente el levantamiento de estas políticas se lo hace desde distintos ámbitos, desde el ámbito territorial, el ámbito mismo técnico, se trabaja con varias instituciones, se trata en mesas de trabajo de conocer las realidades, pero creo que desde el sector es la parte que falta.

Yo no participé en el levantamiento y en la construcción del Plan Nacional de Prevención, la política pública. Sin embargo, hay muchas, como decirlo, muchas incoherencias, por decirlo así, de las metas que tiene este Plan Nacional.

[...] así pasa con varios de los indicadores de las metas, de los objetivos del Plan Nacional, que en este momento estamos haciendo una revisión general de todo el Plan Nacional y que estamos trabajando con la cooperación alemana para poder tener las herramientas y también la metodología para que cada una de las instituciones que nos remiten esta información pues lo puedan hacer de manera correcta y con objetivos reales. Entonces creo que esta también es una gran falencia que tiene el Plan Nacional actualmente (María Luisa Morales)⁶⁴.

Finalmente, foi consultada sobre os principais desafios e obstáculos que o Ministério precisa superar e sua expectativa para projetos futuros. Nessa linha, a subsecretaria explicou que o Ministério se encontra em reestruturação e avaliação do plano nacional, mas que considera que está indo pelo caminho certo. No entanto, deixou claro que ainda falta a visibilização dos problemas sociais e sua priorização a nível territorial.

⁶³ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

⁶⁴ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

Creo que se ha venido por un buen camino. Creo que antes era muy invisibilizado estos temas y que lastimosamente, y lo voy a decir así, a raíz de algunos casos, como fue justamente el de María Belén Bernal que fue uno de los más sonados, pues pasó de ser una Secretaría pequeña a ser un Ministerio [...] (María Luisa Morales)⁶⁵.

A subsecretária salientou também que ainda existem limitações, como o tema dos recursos humanos e financeiros com que contam para a execução dos seus projetos. Referiu ainda que, dado o contexto de insegurança atual, de alguma forma, alguns ramos como o da violência de gênero têm sido deixados de lado.

Sin embargo, los recursos siguen siendo muy limitados, somos un ministerio con un presupuesto de 12 millones de dólares, que es nada para los otros ministerios que tenemos en el área social y que lastimosamente, como tú lo decías en una parte de la entrevista, creo que los temas sociales son dejados de lado para dar prioridad a los de seguridad, a los de otras ramas. Entonces creo que todavía falta eso. Falta todavía también ser más visibles a nivel territorial.

Nosotros, como Ministerio contamos únicamente con alrededor de 300 servidores públicos a nivel nacional. Imagínate lo que es 300 servidores públicos para toda una población de más de 17 millones, y más si tenemos en cuenta la encuesta del año 2019, donde por cada 10 mujeres 7 eran víctimas de violencia, de los que podemos saber. **Entonces falta muchísimo. No es que estamos dando las atenciones que realmente se requieren en el territorio** (María Luisa Morales)⁶⁶.

Finalmente, a subsecretária destacou que a zona rural é a que mais a preocupa, pois ainda não contam com a presença institucional desejada. De acordo com ela, a presença territorial é um dos maiores desafios do Ministério, pois o tema dos recursos financeiros tem sido resolvido a partir de alianças com organizações internacionais e convênios de cooperação internacional.

A mí la zona rural es un lugar que realmente me preocupa muchísimo y que por más que hemos intentado tener esta presencia institucional, pues todavía no hemos llegado a todas las partes como quisiéramos. Entonces creo que ese es uno de los desafíos más grandes. Poder llegar a todas estas zonas un poco abandonadas, por decirlo así. Y que también ha sido por falta de recursos. Sin embargo, creo que todas estas actividades que hemos venido haciendo como Ministerio de la Mujer en articulación con todas las instituciones del sistema, pues sí ha tenido resultados positivos [...].

[...]

Sí, bueno, obviamente más allá del desafío financiero, por decirlo así, y creo que lo hemos podido superar bastante bien dentro del Ministerio de la Mujer con la cooperación internacional, tenemos muchísima cooperación internacional. Trabajamos con Alemania, con ONU, trabajamos con la iniciativa *Spotlight*, donde trabajan varios cooperantes. Entonces creo que eso lo hemos podido un poco ir superando.

[...]

Entonces yo creo que el desafío es poder llegar a todas estas zonas para para conocer cuál es la situación, porque cada una de las provincias, de estas parroquias rurales, de estas zonas, pues tienen sus propias particularidades, entonces es complejo también

⁶⁵ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

⁶⁶ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

poder conocer todas estas y también tener como un proyecto para cada una de estas partes del país (María Luisa Morales)⁶⁷.

A partir das declarações da entrevista com a subsecretária restaram em evidência os avanços importantes no enfrentamento da violência de gênero. No entanto, a aplicação na prática de princípios contidos na LOIPEVM, como o da interseccionalidade, ainda é limitada, especialmente no referente aos mecanismos de coleta, monitoramento e avaliação de dados. Sem embargo, é importante salientar os projetos que têm sido formulados desde o ponto de vista da prevenção, empoderamento e acolhimento de mulheres e vítimas de violência.

Destacaram-se os principais programas da subsecretaria de prevenção, como os Centros Violeta e os programas de empreendedorismo feminino que mostram os esforços por parte do Estado no acolhimento das vítimas. Não obstante, ficaram claros os desafios na adaptação das políticas públicas e programas às realidades indígenas e plurinacionais. Igualmente, salientou-se a ausência de recursos humanos e escassez de recursos financeiros que dificultam a presença efetiva do Estado nas regiões e com os grupos mais vulneráveis.

Por conseguinte, embora o país tenha avançado juridicamente, a implementação de políticas interseccionais eficazes está condicionada a uma maior articulação institucional, revisão de metas do plano nacional, a capacitação dos servidores e um sistema efetivo de compilação de dados. Nesse sentido, ainda fica muito trabalho a ser feito no fortalecimento estrutural e territorial do Estado, mas, sobretudo, na atenção e visibilização de grupos com maior vulnerabilidade, como o das mulheres indígenas.

Por último, como foi destacado várias vezes, identificou-se a ineficiência e falta da aplicação da perspectiva interseccional em uma das ferramentas importantes na formulação de políticas públicas, os instrumentos de obtenção de dados. Como foi exposto, o Ministério da Mulher e Direitos Humanos, como ente gestor, não conta com uma área específica para o tratamento de dados ou seguimento dos programas. Todavia, contam com as pesquisas sobre violências de gênero, as quais serão analisadas a seguir.

4.3 A perspectiva interseccional nos instrumentos para a elaboração de políticas públicas: as pesquisas sobre violência de gênero

Os governos, dentro das sociedades, dirigem-se por meio de diferentes atos de autoridade e entre eles se incluem às políticas públicas (Aguilar, 2010). Existem diferentes

⁶⁷ Entrevista de pesquisa concedida em maio de 2025, online.

definições que podem ser atribuídas às políticas públicas e que dependem do destaque que se der aos elementos que as compõem (Jaime *et al*, 2014, p. 57). Por exemplo, centrando-se no acionar ou não do governo, o autor Thomas Dye, define as políticas públicas como “tudo o que os governos decidem fazer ou não fazer” (1995, *apud* Jaime et al., 2014, p. 58).

O autor Aguilar, propõe uma série de definições que conjugadas entendem as políticas públicas, como “um conjunto de ações intencionais e causais realizadas pelos atores públicos ou privados que podem configurar os padrões de comportamento do governo e da sociedade” (2010, p. 29). Nessa linha, para Aguilar, as políticas públicas não são ações isoladas do governo, se não que estão orientadas à “realização de um objetivo de interesse/benefício público [...]” (2010, p. 29) (tradução minha).

Nesse contexto de ações ou intervenções do Estado, é importante salientar aos processos de construção das políticas públicas que se valem de instrumentos (Lima, 2021, p. 16). Lasswell (1995 *apud* Lima, 2021, p. 46) propôs observar as políticas públicas como um processo com estágios nos quais fluem as temáticas e deliberações, como uma forma de analisá-las.

Nesse sentido, o processo de formulação das políticas públicas inclui: 1) a formação da agenda; 2) a definição do problema público; 3) a formulação da política pública; 4) a tomada de decisões; 5) a comunicação da política; 6) a implementação e 5) a avaliação (Aguilar, 2010, p. 34). No estágio da formulação das alternativas é onde se geram as políticas públicas, consequentemente, o processo “[...] envolve identificar, refinar e formalizar as opções de políticas percebidas como as mais efetivas para lidar com o problema” (Lima, 2021, p. 55).

Para a formulação da política pública, identifica-se atividades que estariam envolvidas, entre as quais se encontram a identificação e coleta de dados e evidências sobre o problema; e a análise de dados e avaliação das opções existentes (Thomas, 2001, *apud* Howlett, 2011). Igualmente, entre a estrutura das políticas públicas, encontram-se os instrumentos, que “[...] correspondem aos meios de implementação das políticas, às técnicas usadas para atingir os objetivos” (Linder; Peters, 1989; Ollaik; Medeiros, 2011, *apud* Lima, 2021, p. 62).

Para tal, é importante o processo de planejamento, pois garante a obtenção de resultados da forma mais coerente (Roth, 2002). Por conseguinte, dentro desse processo de delineamento, resulta necessário reduzir as incertezas futuras e as possíveis contradições (Roth, 2002). Essa redução implica ter havido um conhecimento prévio do fenômeno a ser resolvido e, para isso, utilizam-se instrumentos de coleta de dados e informações (Roth, 2002).

As pesquisas são um tipo de instrumento para a elaboração das políticas públicas: de fato, as estatísticas sociais e econômicas são elementos indispensáveis que ajudam a ter um

conhecimento objetivo da realidade (Roth, 2002). Dessa maneira, a construção de indicadores constitui-se em uma tarefa fundamental para o seguimento do progresso obtido pelas políticas públicas, através do tempo e o espaço (Roth, 2002).

Antes dos inquéritos de 2011 e 2019, que serão analisados, as informações sobre violência de gênero eram geradas por organizações da sociedade civil e obtidas através dos dados registrados dos serviços proporcionados pelas *Comisariías de la Mujer y la Familia* (CMF), a partir das denúncias atendidas (CNIG, 2014). Após o ano de 2005, as informações relativas às denúncias nas CMF, ampliou-se ao registro da resposta institucional perante as denúncias recebidas, com o intuito de melhorar o serviço (CNIG, 2014).

Poderia se dizer que um antecedente as pesquisas de 2011 e 2019, foi a *Encuesta Demográfica y de Salud Materna e Infantil* (ENDEMAIN) realizada por uma entidade privada, o *Centro de Estudios de Población y Desarrollo Social* (CEPAR). O estudo não esteve focado no tema da violência de gênero, e sim na saúde; sem embargo, incluiu um módulo de perguntas relativas à violência intrafamiliar (CNIG, 2014).

Nesse sentido, para fins dessa pesquisa, será feita uma análise dos instrumentos os quais se entende terem servido como referência para a elaboração de políticas públicas sobre violência de gênero, as pesquisas de 1999, 2004, 2011 e 2019.

Tabela 3— Tabela sobre as pesquisas relacionadas com a violência intrafamiliar, violência contra a mulher e violência de gênero

Nome da pesquisa	Instituição	Ano	Objetivo da pesquisa	Tipos de violência	A análise por etnia foi incluída? SIM/ NÃO	Outros fatores considerados na análise	Observações ou comentários
<i>Encuesta Demográfica y de Salud Materna e Infantil</i> (ENDEMAIN-99)	<i>Centro de Estudios de Población y Desarrollo Social, CEPAR, Ecuador Centros para el Control y Prevención de Enfermedades, CDC, USA</i>	1999	Obtenção de informação sobre a dinâmica demográfica e estado de saúde das mães e crianças menores de 5 anos, para realizar um diagnóstico da situação e formular programas para a população e saúde familiar. A pesquisa incluiu pela primeira vez o tópico da violência intrafamiliar	Violência intrafamiliar manifestada em: violência física, violência psicológica e violência sexual	Não	Questionário individual com dados sobre as características da mulher: Idade (15 a 49 anos em idade fértil), língua, nível de instrução acadêmica, lugar de residência, religião e acesso a seguro privado. A sondagem incluiu 14 seções entre as quais podem se destacar também a seção XI sobre papéis de gênero 3 a seção XII sobre violência intrafamiliar.	A pesquisa não esteve focada apenas no tema da violência de gênero e, ainda menos, fez distinção por etnias. Pesquisa focada na violência intrafamiliar.
<i>Encuesta Demográfica y de Salud Materna e Infantil</i> (ENDEMANI)	<i>Centro de Estudios de Población y Desarrollos</i> (CEPAR) e outras instituições.	2004	Obtenção de informação sobre a dinâmica demográfica e o estado de saúde das mães e das crianças, a fim de consolidar políticas, avaliar os programas existentes e orientar a agenda política. O inquérito incluiu a violência contra a mulher	Violência de gênero centrada na vida de casal ou por parte do parceiro Violência física Violência psicológica Violência sexual (os agressores foram estendidos a pessoas além do círculo	Sim Diferenciam-se entre: mulheres indígenas, mestiças, brancas e outras.	Fatores demográficos, distinguindo-se entre setor rural e urbano, região e domínio; Idade (15 a 49 anos em idade fértil); Estado civil;	A pesquisa não esteve focada apenas no tema da violência de gênero e, ainda menos, somente nos casos de mulheres indígenas. Não intersecciona dados e fatores que agravam a violência por grupo étnico.

			pela primeira vez na seção 15.	familiar ou sentimental)		Nível de instrução acadêmica; Status socioeconômico.	
<i>Encuesta nacional sobre relaciones familiares y violencia de género contra las mujeres</i>	INEC	2011	O inquérito teve como objetivo pesquisar sobre as formas de violência que as mulheres têm experimentado ao longo de suas vidas e em diferentes âmbitos.	Violência psicológica Violência física Violência sexual Violência patrimonial	Sim Diferenciam-se entre: mulheres indígenas, mestiças, brancas, afro-equatorianas/afrodescendente, mulatas, montubias e outro	Fatores demográficos, distinguindo-se entre setor rural e urbano, zonas de planejamento e as 24 províncias Idade Estado civil Nível de instrução acadêmica Número de filhos Renda Deficiência	A pesquisa estava focada apenas no tema da violência de gênero, mas não teve ênfase ou um inquérito paralelo para os casos de mulheres indígenas. Não intersecciona dados e fatores que agravam a violência por grupo étnico. A pesquisa considerou as experiências de toda a vida das entrevistadas e adicionou uma seção sobre as porcentagens de mulheres que buscaram apoio e justiça, entre outros. A pesquisa foi realizada em 18.800 lares e abrangeu os âmbitos: familiar, educativo, laboral e comunitário.
<i>Encuesta nacional sobre relaciones familiares y violencia de género contra las mujeres</i>	INEC	2019	Produzir informação estatística sobre a prevalência dos diferentes tipos de violência contra as mulheres, em diferentes áreas	Violência psicológica, violência física, violência sexual, violência patrimonial, violência gineco-obstétrica	Sim Diferenciam-se entre: mulheres indígenas, mestiças, brancas, afro-equatorianas, montubias e outras.	Fatores demográficos, distinguindo-se entre setor rural e urbano, e as 24 províncias Idade Estado civil Nível de instrução acadêmica	A pesquisa estava focada apenas no tema da violência de gênero, mas não teve ênfase ou um inquérito paralelo para os casos de mulheres indígenas. Não intersecciona dados e fatores que agravam a violência por grupo étnico.

						<p>Âmbitos de desenvolvimento da violência</p> <p>Temporalidade: ao longo da vida e nos últimos doze meses.</p>	<p>Contou com um marco normativo como base para estabelecer os tipos de violência e os âmbitos nos quais pode se desenvolver.</p> <p>A pesquisa considerou as experiências dos últimos doze meses e de toda a vida das entrevistadas.</p> <p>A pesquisa foi realizada em 20.848 lares e avaliou a perspectiva das entrevistadas sobre os papéis de gênero</p>
--	--	--	--	--	--	---	---

Fonte: Elaborado pela própria autora a partir de informações da CEPAR, 2001; CEPAR, 2005(a); CEPAR, 2005 (b); CNIG, 2014; INEC, 2011; INEC, 2019 (a). INEC, 2019 (b)

4.3.1 Encuesta Demográfica y de Salud Materna e Infantil (ENDEMAIN) de 1999

A pesquisa ENDEMAIN de 1999 foi a sexta da série e a quarta realizada pelo CEPAR, não obstante foi a primeira do país de âmbito nacional, que incorporou as regiões amazônica e insular (2001, p. 37). O objetivo geral da pesquisa, centrou-se na obtenção de informações sobre as dinâmicas demográficas nacionais e o estado de saúde de mais de crianças menores de 05 anos de idade, para assim avaliar e criar programas de população e saúde familiar (CEPAR, 2001, p. 37)

A diferença das outras pesquisas, a de 1999 incluiu pela primeira vez o tema da violência intrafamiliar, os papéis de gênero, cuidado médico, doenças de transmissão sexual e aspectos econômicos de mulheres de idade fértil (CEPAR, 2001, p. 38). Assim, teve como amostra os lares e mulheres em idade fértil, de 15 a 49 anos, das quatro regiões do país (CEPAR, 2001, p. 39). Dessa forma, a recopilação de dados aplicou dois tipos de questionários: um questionário para cada lar e um questionário individual, aplicado a cada mulher fértil (CEPAR, 2001, p. 39).

O questionário sobre os lares tentou conseguir informações sobre as características da residência, como: o tipo de habitação, os materiais com os que foi construído, número de quartos e salas, serviços básicos e eletrodomésticos; assim como a composição do lar (CEPAR, 2001, p. 39). Enquanto a sondagem individual, incluiu 14 seções, entre as quais trataram-se tópicos como: as características da entrevistada, filhos, saúde, planejamento familiar, papéis de gênero, violência intrafamiliar, entre outros (CEPAR, 2001, p. 39).

Em total fizeram-se visitas em 21 462 lares e entrevistas individuais completas em 14 285 mulheres em idade fértil (CEPAR, 2001, p. 43). Sem embargo, apesar de que se fez diferenciação por setor (rural e urbano) e província (15 províncias), não houve distinção de etnia das pessoas entrevistadas. Nesse sentido, o questionário individual inclui dados como: idade, língua (*quíchua*, espanhol, língua estrangeira e outro), religião, escolaridade, lugar de residência e acesso ao seguro (CEPAR, 2001, p. 344-345).

Resulta relevante mencionara a seção XI na qual se pesquisou sobre papéis de gênero, pois nele se incluíram perguntas, como: razão que motivou a união ou casamento; participação e divisão em tarefas domésticas e de cuidado; dinâmica do casal; capacidade de tomar decisões sobre saúde reprodutiva, administração do dinheiro e liberdade da mulher (CEPAR, 2001, p. 383). É importante salientar que as informações obtidas na seção podem servir para identificar padrões de violência nos lares, pelas informações implícitas das respostas.

No que concerne à seção XII, sobre violência intrafamiliar, a pesquisa centrou-se em questões que analisaram os tipos de violência física, psicológica e sexual. Como o nome indica, as manifestações de violência foram avaliadas dentro das relações entre a família nuclear (pai, mãe, filhos), parentes (avós, tios e outros familiares), parceiros sentimentais (parceiro, ex-companheiro, padrasto/madrasta) e, em alguns casos, empregada doméstica (CEPAR, 2001, p.384-385).

Finalmente, entre as perguntas dentro das dinâmicas de família, consultou-se sobre: ter sido vítima ou testemunha de maus-tratos; identificação dos agressores; e ter sido vítima ou testemunha de algum tipo de castigo (CEPAR, 2001, p. 385). No escopo dos relacionamentos de casais, questionou-se sobre: se o esposo ou parceiro exerceu algum tipo de violência ou até ameaçou a mulher com uma arma; o sistema de apoio; os meios de denúncia; os motivos pela falta de denúncia e sobre o recebimento de atenção médica (CEPAR, 2001, p. 386).

4.3.2 Encuesta Demográfica y de Salud Materna e Infantil (ENDEMAIN) de 2004

A pesquisa de 2004 contou com a colaboração do Ministério de Salud Pública, o INEC e outros organismos internacionais (CEPAR, 2005a). É importante mencionar que o CEPAR tem realizado a pesquisa desde 1987, sem embargo a do ano 1999 foi a primeira a incluir perguntas sobre violência intrafamiliar e a de 2004 sobre violência de gênero.

Nesse sentido, o foco da investigação foi o âmbito da saúde e seu objetivo envolveu a obtenção de informações sobre a dinâmica demográfica e o estado de saúde das mães e filhos, com o objetivo de consolidar políticas públicas, avaliar os programas vigentes e orientar o desenho de uma agenda de políticas sociais (CEPAR, 2005a, p. 29). Para tal intuito, a pesquisa se baseou na recopilación de informação por meio de entrevistas e a seleção mostra probabilística foi realizada em três etapas (CEPAR, 2005a, p. 29)

A pesquisa foi realizada a nível nacional em 28 908 lares e as entrevistas individuais tiveram como mostra a 10.814 mulheres em idade fértil, de 15 a 49 anos e delas 7,5% foram autodeclaradas como indígenas (CEPAR, 2005a, p. 41). No que concerne ao questionário, verificou-se que nessa vez se fez, efetivamente, distinção por etnias, entre: a indígena, a mestiça, a negra, a branca e outra (CEPAR, 2005b, p. 6-7).

Na época que a pesquisa foi feita, a porcentagem de mulheres mestiças era de 82%, e aproximadamente o 08% das mulheres se autodeclararam como indígenas, sendo que 16% habitaram nos setores rurais, o 13% na região *sierra* e o 20% na Amazonia (CEPAR, 2005a, p. 30). Por outro lado, foi nesse ano que se fez, pela primeira vez, a medição da fecundidade das

mulheres segundo o grupo étnico (CEPAR, 2005a, p. 30). Igualmente, encontrou-se que as mulheres indígenas junto com as mulheres de baixa escolaridade tiveram as taxas mais altas de violência (CEPAR, 2005a, p. 36).

Igualmente, obteve-se informações relativas ao nível de escolaridade, idade, moradia, língua, lugar de nascimento, setor de vivenda, direitos previdenciários e trabalho (CEPAR, 2005b, p. 6-7). Sobre os tipos de violência de gênero, consideraram-se unicamente a violência física, psicológica e sexual tanto nas relações intrafamiliares, como fora do lar. Foi a seção X que conteve as perguntas sobre violência contra a mulher, mas também envolveu perguntas sobre a dinâmica familiar.

Nessa linha, a seção X abrangeu perguntas, como: toma de decisão dentro da casa no relativo à liberdade para trabalhar da mulher, saúde reprodutiva, educação dos filhos, administração dos ingressos familiares, tratamento entre parceiros e temas de fidelidade (CEPAR, 2005b, p. 39). Por outro lado, avaliou-se a perspectiva e experiência das mulheres dentro do núcleo familiar, sobre: motivos pelos quais o parceiro teria razão para ficar com raiva e a experiência na juventude sobre ter sido vítima ou testemunha de maus-tratos (CEPAR, 2005b, p. 40).

A pesquisa incluiu perguntas sobre acontecimentos de violência provocados por parceiros ou ex-parceiros, relativos a se alguma vez foram ameaçadas, humilhadas, empurradas e demais exemplos que envolveram violência física, psicológica e sexual (CEPAR, 2005b, p. 41). Igualmente, tentou-se entender as situações particulares nas quais foram agredidas, ou seja, os possíveis motivadores que levaram ao maltrato; assim como se houve algum tipo de denúncia e as consequências da violência (CEPAR, 2005b, p. 42-43).

Por último, fizeram-se perguntas focadas na violência sexual, que segundo a pesquisa, para o caso de penetração, considerar-se-ia como estupro (CEPAR, 2005b, p. 42). Nessa parte, consultou-se sobre: quem a obrigou a manter relações sexuais pela primeira vez, incluindo pessoas foras do núcleo familiar; a idade na qual experienciou a violação e as vezes nas que se reiteraram os episódios; se teve um sistema de apoio ou não fez denuncia; e se vivenciou algum episódio que implicou algum ato sexual sem penetração (CEPAR, 2005b, p. 43).

4.3.3 Encuesta Nacional de Relaciones Familiares y Violencia de Género contra las Mujeres (ENVIGMU) de 2011

A pesquisa de 2011 foi a primeira realizada especificamente sobre o tema da violência de gênero. Como antecedente, teve-se como referência os inquéritos feitos pelo CEPAR, sem embargo eles tratavam a temática da violência no âmbito intrafamiliar e só como uma seção dentro de uma pesquisa sobre saúde. Igualmente, é importante lembrar que foi só no 2007 que a erradicação da violência de gênero foi declarada como prioridade nacional, através da promulgação do Decreto nº 620 (CNIG, 2014, p. 17).

Como resultado do decreto, formulou-se o “*Plan nacional de erradicación de la violencia de género*”, para executar a política estatal, da qual resultou a pesquisa de 2011 (CNIG, 2014, p. 18). A pesquisa teve cobertura nacional, dividida em setores rurais e urbanos, bem como em todas as 24 províncias (CNIG, 2014, p. 26). Assim, o objetivo geral da pesquisa, foi: a geração de dados e informações estatísticas sobre violência de gênero nos diferentes âmbitos, público e privado; o conhecimento das vítimas sobre os serviços e sistema de justiça para denunciar; e suas perspectivas sobre a resposta institucional (CNIG, 2014, p. 25).

A pesquisa foi realizada unicamente por mulheres, em 18.800 lares e em mulheres de 15 anos de idade e mais velhas (INEC, 2011, p. 3). Nesse sentido, percebe-se a diferencia na população objetivo na pesquisa de 2011 e as primeiras realizadas pelo CEPAR, pois enquanto as do CEPAR envolveram só mulheres em idade fértil (entre 15 a 49 anos), a de 2011, ampliou a amostra de mulheres. Dessa forma, a investigação considerou as experiências perante a violência de toda a vida das mulheres entrevistadas.

Nessa pesquisa, analisaram-se os tipos de violência de gênero classificados dentro da Lei 103/1995 na época vigente, que foram: a violência física, psicológica e sexual (CNIG, 2014, p. 25). De igual maneira, apesar de ainda não ter sido reconhecida pela normativa equatoriana, adicionou-se a violência patrimonial (CNIG, 2014, p. 25). A violência contra as mulheres foi abordada através de quatro questionários: um questionário para recopilar informações sobre as características da moradia e três inquéritos dependendo o estado civil da mulher (casadas ou unidas; separadas, divorciadas ou viúvas; e solteiras) (CNIG, 2014, p. 26-27).

Os formulários realizados incluíram temáticas semelhantes, mas adaptadas segundo o estado civil (CNIG, 2014, p.27). Para o caso das mulheres casadas, unidas, separadas, divorciadas ou viúvas, incluíram-se seções sobre: aportes econômicos e disposição sobre os recursos; e a situação econômica e relações familiares das mulheres maiores de 60 anos (CNIG,

2014, p. 27). No caso das mulheres solteiras, os questionários adicionaram só uma seção respeito das outras relações das mulheres (CNIG, 2014, p. 27).

Embora tenha sido a primeira pesquisa sobre violência de gênero, os questionários incluíram a diferenciação étnica das mulheres, baseada na cultura e costumes. As etnias que foram incluídas nos questionários foram: a indígena, afro equatoriana/afrodescendente, *mulata*, *montubia*, mestiça, branca ou outra (INEC, 2011, p. 2)⁶⁸. Por outro lado, a diferença das pesquisas do CEPAR, a análise da violência teve um foco além das relações intrafamiliares e nos diferentes âmbitos nos quais as mulheres se desenvolvem.

Finalmente, chama-se atenção a que na pesquisa não se fizeram perguntas relacionadas com a perspectiva sobre os papéis de gênero. Porém, como foi mencionado, agregaram perguntas relativas a se houve algum tipo de denúncia por meio do sistema ordinário e no caso de que não, os motivos pelos quais se omitiu de fazer as denúncias. Igualmente, permaneceram as questões sobre dinâmica familiar, o tratamento entre familiares e da existência ou não de violência.

4.3.4. Encuesta Nacional de Relaciones Familiares y Violencia de Género contra las Mujeres (ENVIGMU) de 2019

A pesquisa de 2019 foi a segunda e última realizada pelo INEC no contexto específico da violência de gênero. Teve como referência o inquérito de 2011 e se guiou nos novos delitos criminais incluídos no COIP de 2014 e nas disposições da LOIPEVM, expedida em 2018 (INEC, 2019 (a), p. 4-6). Para o desenho, construção e execução do novo inquérito, criou-se a *Comisión Especial de Estadísticas de Género*, a qual contou com o apoio interinstitucional da *Secretaría de Derechos Humanos* e o *Consejo para la Igualdad de Género* (INEC, 2019 (a), p. 5).

⁶⁸ As informações foram obtidas dos formulários utilizados nas pesquisas, que se podem encontrar nas seguintes referências: INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INEC). **Sistema de Encuesta de Hogares Encuesta Nacional sobre Relaciones Familiares y Violencia de Género contra las Mujeres – Noviembre – 2011.** Formulario 2. Quito, 2012 (a). Disponível em: https://anda.inec.gob.ec/anda/index.php/catalog/94/related_materials Acesso em: 04 abr.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INEC). **Sistema de Encuesta de Hogares Encuesta Nacional sobre Relaciones Familiares y Violencia de Género contra las Mujeres – Noviembre – 2011.** Formulario 3. Quito, 2012 (b). Disponível em: https://anda.inec.gob.ec/anda/index.php/catalog/94/related_materials Acesso em: 04 abr.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INEC). **Sistema de Encuesta de Hogares Encuesta Nacional sobre Relaciones Familiares y Violencia de Género contra las Mujeres – Noviembre – 2011.** Formulario 4. Quito, 2012 (c). Disponível em: https://anda.inec.gob.ec/anda/index.php/catalog/94/related_materials Acesso em: 04 abr.

O objetivo do inquérito de 2019 foi a produção de informação estatística e quantitativa sobre a continuidade da violência contra as mulheres nos diferentes âmbitos nos quais se desenvolvem (INEC, 2019(b), p. 6). Para tal intuito, ao igual que a primeira pesquisa de 2011, criaram-se 4 formulários diferentes, sendo o primeiro desenhado de forma geral para recopilar informações sobre as condições da moradia e o lar; e as outras três, adaptadas ao estado civil da pessoa (INEC, 2019(b), p. 6).

Da mesma forma, a metodologia da investigação que se baseou na amostragem probabilística, teve como amostra a mulheres de 15 anos ou mais e se realizou em 20 848 lares (INEC, 2019(b), p. 6). No que concerne os domínios de estimação, a sondagem de 2019 teve também abrangência nacional, nas 24 províncias e fez a distinção entre os setores urbano e rural (INEC, 2019(b), p. 6). Por outro lado, apesar de que se mantiveram perguntas sobre a apresentação de denúncias, incluíram-se perguntas relativas às suas opiniões sobre os papéis de género (INEC, 2019(b), p. 6).

A diferença da primeira pesquisa, a de 2019 contou com referências normativas para a determinação dos âmbitos nos quais a violência pode acontecer, assim como os tipos de violência (INEC, 2019(b), p. 5). Pode-se destacar a adição de um novo tipo de violência e a distinção temporal na qual aconteceu (ao longo da vida e nos últimos 12 meses) (INEC, 2019(b), p. 5). Segundo o relatório do INEC, a distinção por períodos é importante ao momento de criar estratégias de mitigação da violência (INEC, 2019(b), p. 5).

Como foi acima mencionado, os tipos de violência estudados foram: a psicológica, a física, a sexual, a econômica ou patrimonial e a gineco-obstétrica. O último tipo de violência, encarregou-se de analisar os casos nos quais houve alguma ação ou omissão que poderia ter limitado os direitos das mulheres grávidas (INEC, 2019(b), p. 6). Além disso, a idade das mulheres foi dividida nas seguintes faixas: de 15 a 17 anos, de 18 a 29 anos, de 30 a 44 anos, de 45 a 64 anos e de 65 anos ou mais (INEC, 2019(b), p. 7)

Finalmente, no que respeita a diferenciação por etnias, nessa pesquisa se eliminou a categoria *mulata* e se mantiveram as de: indígena, afrodescendente, *montubia*, mestiça e outra. De igual maneira, a pesquisa fez a primeira aproximação aos estudos de violência cibernética e violência política, constituindo-se em uma ferramenta mais completa no estudo da violência de género (INEC, 2019 (a), p. 9). Nessa linha, fez com que seja possível a caracterização dos episódios de violência, os autores e os espaços nos quais acontece (INEC, 2019 (a), p. 76).

4.3.5. Análise sobre a aplicação da perspectiva interseccional nas pesquisas sobre violência de gênero

Como foi contextualizado, na época da realização das pesquisas de 1999 e 2004, a erradicação da violência de gênero ainda não tinha sido declarada como prioridade do estado. Foi só após do Decreto nº 620, que se pretendeu a formulação de uma política pública específica para o tratamento do fenómeno da violência contra as mulheres. Assim, na margem das normativas que surgiram, prescreveu-se a realização das pesquisas sobre violência de gênero, como instrumentos para a medição, recopilação de dados e seguimento dos resultados.

Um dos objetivos da presente pesquisa é compreender se a perspectiva interseccional tem sido aplicada na formulação de políticas públicas para combater a violência de gênero. Para tal intuito tomou-se como foco da análise aos instrumentos utilizados, pois eles são elementos-chave com base nos quais as decisões e políticas públicas são construídas, testadas e até melhoradas.

Para verificar se a perspectiva interseccional tem sido considerada ao momento de gerar as pesquisas e seus respetivos relatórios, fez-se necessário identificar as ausências ou não da integração entre variáveis-chave, como: etnia, condição socioeconômica, idade e outras que afetam diretamente as experiências das mulheres indígenas. Nesse sentido, a interseccionalidade propõe compreender a sobreposição e o cruzamento dos sistemas de opressão (Laisner, 2023, p. 1338).

Para entender se a interseccionalidade tem sido aplicada, as pesquisas deveriam deixar em evidência a situação das mulheres indígenas e, por conseguinte, facilitar a compreensão de que as intersecções das suas identidades as colocam em uma posição ainda mais desfavorável. Nesse sentido, verificou-se se, ao momento de emitir os relatórios sobre os resultados das pesquisas e na sua formulação, integraram-se variáveis como etnia, idade, contexto socioeconómico etc.

Em primeiro lugar, segundo foi mencionado, as primeiras pesquisas não pretenderam abordar especificamente a temática da violência de gênero, pois seus objetivos estavam focados na área da saúde. Nesse sentido, nelas se restringiu a idade das mulheres para a faixa etária dos 15 aos 49 anos de idade das entrevistadas, tomando como referência a idade fértil das mulheres. Isto, devido a que como foi explicado, o objeto dos estudos foram as tendências demográficas e os fatores que impactam a fertilidade, mortalidade infantil e outros relacionados a saúde reprodutiva.

Nesse sentido, quando em 1999 se incluíram as primeiras perguntas sobre a experiência das mulheres perante a violência, elas se centraram de começo na violência intrafamiliar. Por exemplo, o escopo de investigação da pesquisa de 1999 foi limitado ao âmbito familiar, e por conseguinte, a perspectiva de gênero foi incluída só ao momento de questionar sobre as dinâmicas familiares, através de perguntas como a divisão de tarefas no lar, a tomada de decisões, a participação da mulher, entre outras.

Na parte relativa às perguntas sobre as características gerais da entrevistada, incluíram-se questões importantes para definir os perfis e identificar padrões de vulnerabilidade, como: idade, língua, lugar de nascimento, residência, religião, afiliação a algum tipo de previdência social, nível de escolaridade, condição laboral e ingressos econômicos (CEPAR, 1999, p. 343-351; 390-391). Porém, não se questionou nem incluiu perguntas sobre a etnia das mulheres entrevistadas.

O mais próximo a autodeclaração que se integrou na pesquisa foi uma pergunta sobre a língua da entrevistada, que ao final não foi considerada ao momento de emitir o relatório e expor os resultados. Cabe mencionar que o planejamento da pesquisa iniciou em outubro de 1998; e a seleção, capacitação e atualização cartográfica iniciaram no mês de maio de 1999 (CEPAR, 1999, p. 46). Com isso em consideração, a omissão resulta interessante pois desde agosto de 1998 já esteve em vigência a Constituição de 1998 que reconheceu a pluralidade cultural.

Consequentemente, evidencia-se que esse reconhecimento foi meramente declarativo, pois nem no questionário nem no relatório procurou-se evidenciar ou estudar a situação das mulheres indígenas. Dessa forma, poderia se dizer que, apesar da luta que o povo indígena vinha mantendo para que seus direitos e sua existência sejam reconhecidos, em instrumentos importantes para a execução de políticas públicas como o inquérito em questão, continuou-se perpetrando o apagamento e silenciamento deles.

No relatório oficial, no qual se divulgaram os resultados obtidos sobre as entrevistas realizadas, houve a apresentação das porcentagens segundo idade, escolaridade, atividade econômica, ocupação, número de filhos e estado civil. Sem embargo, os resultados foram apresentados sem colocar ênfase por grupos sociais e sem realizar integrações entre categorias. Nesse sentido, considera-se que a análise dos resultados foi superficial e ao não interligar categorias, terminou colocando a todas as mulheres no mesmo nível de vulnerabilidade.

Agora, no que respeita a pesquisa de 2004, poderia se dizer que a questão melhorou, pois nessa vez houve a mudança da perspectiva intrafamiliar à violência de gênero contra mulheres. Logo, as perguntas do questionário abrangeram as relações entre casais, no âmbito

familiar e fora dele, perguntando assim, no segundo, sobre experiências nas quais tenham sido vítimas de violência causadas pelos seus parceiros ou ex-parceiros (o que incluiu marido, companheiro, parceiro, namorado, amado e amante) (CEPAR, 2004 (b), p. 39).

Por outro lado, o questionário, ao igual que o de 1999, não pretendeu determinar os espaços nos quais a violência foi produzida. Dessa maneira, nas perguntas não se averiguou sobre os cenários nos quais as mulheres vivenciaram violência, mas sim sobre os tipos de violência. Igualmente, em ambas as pesquisas unicamente se fez análise sobre as violências física, sexual e psicológica; e na de 2004, no caso de violência sexual com penetração, os possíveis perpetradores foram estendidos a pessoas externas (CEPAR, 2004(b), p. 40-41).

Na sondagem de 2004, na parte na qual se coletaram dados sobre as características da entrevistada, incluíram-se perguntas sobre idade, língua, lugar de residência, afiliação a algum tipo de previdência social, nível de escolaridade, situação laboral e ingressos econômicos. Sem embargo, nessa vez se incluíram as perguntas sobre a autodeclaração da pessoa e o grupo étnico (que teria que ser marcado segundo a perspectiva da entrevistadora), com as opções de: indígena, mestiça, negra, branca ou outro (CEPAR, 2004(b), p. 4).

No referente aos resultados do relatório oficial da pesquisa, nessa vez se fez menção das mulheres indígenas como um dos grupos com os níveis mais altos de violência, junto com as mulheres de baixa escolaridades (CEPAR, 2004 (a), p. 36). Não obstante, a informação contida no relatório não permite entender ou tirar conclusões sobre os fatores que as expõem a serem alvos de violência. Nesse sentido, o relatório é ineficiente em mostrar como os fatores que contribuem a que mulheres indígenas tenham as maiores porcentagens de violência interagem entre si.

Sobre as pesquisas de 2011 e 2019, poderia se dizer que foram o resultado da política pública do estado no seu interesse de erradicar a violência e torná-la uma prioridade. Nesse sentido, a ênfase das sondagens foi exatamente a violência de gênero e o escopo dos tipos de violência avaliados aumentou para considerar a patrimonial em 2011 e a gineco-obstétrica em 2019. Por outro lado, para ambas as pesquisas se recopilaram dados sobre os fatores demográficos das mulheres entrevistadas, como: idade, estado civil e escolaridade.

No que concerne ao inquérito de 2011, incluiu-se a pergunta da autodeclaração das entrevistadas, segundo suas etnias e se perguntou sobre o número de filhos, sobre a renda das mulheres e sobre a existência de alguma deficiência. Pelo seu lado, na investigação de 2019, inseriu-se a distinção sobre as etnias das mulheres, mas omitindo a categoria de multa e adicionando perguntas como o âmbito de desenvolvimento da violência e a distinção por temporalidade.

Ao longo do relatório de 2011, verificou-se que se reservou uma parte para tratar sobre a vulnerabilidade e dupla discriminação, na qual se reconhece a existência de outros fatores, além do gênero, que podem acrescentar as vulnerabilidades das mulheres. Assim, colocou-se o exemplo de uma mulher com deficiência, quem se explica teria dupla vulnerabilidade: seu gênero e sua deficiência (CNIG, 2014, p. 34). Nessa linha, deixou-se constância que em temas étnico-culturais existem variações no tipo de agressão.

Sem embargo, ao momento de explicar os fatores que as colocam em uma situação mais vulnerável, limitou-se a fazer uma **inferência** de que a violência de gênero tende a ser mais comum nos coletivos nos quais as mulheres sofrem mais discriminação social e econômica (CNIG, 2014, p. 34). Consequentemente, deixou-se apontado que desde essa perspectiva, as mulheres sofrem de dupla ou tripla discriminação, pelo gênero, condição econômica e pertença a um grupo étnico-cultural (CNIG, 2014, p. 34-35).

Seguidamente, reservou-se também uma seção, na análise dos fatores socioeconômicos e sua relação com a violência de gênero, para tratar a violência por pertencer a um grupo étnico-cultural. Dessa maneira, foi exposto o fato de que as mulheres indígenas sofrem as maiores porcentagens de violência pelos seus parceiros, afirmando que as diferenças entre etnias são pelos fatores sociais, culturais e econômicos que influem para que sejam mais discriminadas (CNIG, 2014, p. 50).

Posteriormente, reiterou-se que se **inferiu** que os coletivos onde a violência de gênero entre parceiros foi maior foram aqueles nos quais as mulheres têm sido socialmente mais discriminadas e onde existe mais subordinação de gênero (INEC, 2011, p. 51). Assim, percebeu-se uma aproximação à perspectiva interseccional e a sua definição, através das inferências feitas baseadas na contextualização dos tipos de agressão.

Não obstante, a pesquisa e a análise contemplada no relatório, não conseguiram fundamentar as inferências feitas sobre o porquê os fatores como condição econômica, gênero e etnia, aumentam as possibilidades de sofrer violência. Acredita-se que no relatório os resultados foram apresentados de forma isolada. Em outras palavras, não se explorou as formas em que as identidades e condições das entrevistadas interagiram entre elas para criar experiências únicas de discriminação.

Na seção sobre os fatores socioeconômicos e sua relação com a violência de gênero, por exemplo, não se combinaram os dados sobre os fatores socioeconômicos com a etnia, não houve desagregação dos dados e os subtemas em que foram apresentados avaliaram qual tipo de violência era mais recorrente e qual foi o agressor. De fato, chegou a se afirmar que a violência de gênero é um tema que acontece em todas as estratos econômicos, que a educação

não é uma garantia de isenção dos abusos e que o problema é sociocultural (CNIG, 2014, p. 49).

Na pesquisa de 2019, se adicionou a temática relacionada aos papéis de gênero, o qual é importante, pois permite ter um entendimento sobre a perspectiva das mulheres equatorianas sobre os papéis de gênero, as expectativas do comportamento feminino e o lugar que uma mulher deveria ocupar. Essa seção proporciona o panorama das dinâmicas de gênero e facilita compreender se as condutas violentas são identificadas pelas mulheres ou se as consideram como parte normal das suas vidas.

A diferença do relatório de 2011, no de 2019 se fez a distinção temporal da violência experienciada pelas mulheres entrevistadas. Nesse sentido, distinguiu-se entre a violência vivenciada nos últimos doze meses e a experimentadas ao longo da vida. Da mesma forma, como foi indicado acima, a pesquisa de 2019 contou com um marco normativo base mais consolidado sobre a violência, devido a que na época da sua elaboração já se encontravam em vigor as normas sobre a matéria.

Respeito do estudo da violência segundo a etnia das mulheres, o relatório de 2019 teve a precaução de incluir os resultados obtidos segundo a autoidentificação étnica das participantes. A inclusão não foi apenas em uma só seção destinada as questões de etnia, ao contrário, foram ao longo da apresentação dos resultados. De fato, os resultados foram apresentados em cada um dos âmbitos de estudo do desenvolvimento da violência com os resultados por categorias de: etnia, nível de educação, grupos de idade e estado civil.

Nesse sentido, o inquérito consegue destacar as múltiplas identidades das mulheres, ao momento de incluir perguntas e exibir os resultados segundo as categorias citadas. Não obstante, não se poderia considerar que o relatório apresenta os resultados com perspectiva interseccional, devido a que, os dados obtidos da pesquisa terminam sendo expostos e analisados de forma individual. Dessa maneira, as categorias não chegam a interagir entre elas.

Neste ponto, é relevante ter em conta algumas considerações importantes sobre o tema da interseccionalidade. Em primeiro lugar, para entender sobre a posição de opressão de um grupo, não é suficiente com usar uma lógica aditiva, ou seja, somar-se todas as vulnerabilidades que um grupo acumula (Igualtats Connect, 2019, p. 18). Desse modo, a interseccionalidade propõe assimilar que as intersecções das opressões geram situações específicas, em termos quantitativos e qualitativos (Igualtats Connect, 2019, p.18).

Assim, o fato os dados das categorias são apresentados de forma separada e independente, de forma que ao final termina se misturando às identidades das mulheres em cada uma das categorias. Isto chega a dificultar a reconhecimento dos possíveis fatores que poderiam

contribuir para que as mulheres fiquem em uma posição de vulnerabilidade e expostas a sofrerem violência. Nesse sentido, as pesquisas são um instrumento útil, mas que não conseguem evidenciar as realidades de todas as mulheres equatorianas.

Consequentemente, confirma-se que em todas as pesquisas realizadas, por mais de que tenham melhorado na consideração das diferentes etnias e tenha existido uma especialização sobre uma pesquisa dedicada unicamente a violência de gênero, os instrumentos não aplicam a perspectiva interseccional, na sua análise nem nos seus relatórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, pretendeu-se abordar a violência de gênero contra mulheres indígenas com ênfase na aplicação da perspectiva interseccional. Nesse sentido, considerou-se importante entender o contexto histórico no qual se desenvolveu a sociedade equatoriana como uma forma de explicar a rejeição e marginalização que os indígenas tem vivenciado como coletivo. A partir dessa base, procedeu-se à análise do papel da mulher indígena dentro das suas comunidades e na esfera política, aprofundando-se posteriormente na violência de gênero e nas formas como ela é vivenciada. Finalmente, foi discutido o conceito de interseccionalidade e sua aplicação (ou ausência) nas políticas públicas atuais.

O primeiro capítulo mostrou que os processos históricos de colonização implantaram na sociedade equatoriana uma lógica de poder baseada na racialização e marginalização dos povos indígenas. A estrutura de dominação que foi promovida teve como fundamento a política de branqueamento da população sustentada na mestiçagem, que terminou consolidando um sistema de exclusão que ainda hoje molda as relações sociais no Equador. As ideias de autores como Quijano, Walsh e Whitten & Whitten, serviram de fundamento para compreender como a raça foi usada como uma ferramenta de manipulação política, econômica e social, que relegou aos indígenas, especialmente as mulheres, a posições de inferioridade.

Dessa forma, o racismo não deve ser tratado como uma questão secundária ou separada do machismo, mas sim como um elemento estruturante que atua de forma entrelaçada com o sexismo, conformando um sistema de dominação que afeta de maneira particular as mulheres indígenas. Um dos principais achados deste trabalho refere-se à necessidade de ampliar a abordagem da violência de gênero, incorporando de forma efetiva a dimensão racial. Verificou-se que o racismo, enquanto estrutura histórica e institucional, opera de forma interligada ao machismo e contribui para a perpetuação de desigualdades e formas específicas de violência contra mulheres indígenas.

A política de mestiçagem foi aplicada como um dispositivo retórico prático para homogeneizar a identidade nacional e, por conseguinte, apagar identidades indígenas e negras trazendo como consequência a negação da diversidade cultural e histórica do país. Desse modo, a população indígena foi excluída das narrativas oficiais e teve seu reconhecimento como cidadãos negados. Assim, vendeu-se a ideia da mestiçagem como um ideal civilizatório e modernizante, ao qual aspirar como nação, mas que ao mesmo tempo se tornou em uma forma de violência simbólica que invisibilizou os indígenas e configurou desigualdades sólidas.

Dessa forma, o capítulo apresenta bases teóricas e históricas que servem de ajuda no entendimento da violência estrutural que atinge de maneira especial às mulheres de grupos historicamente subordinados como as mulheres indígenas. Portanto, a subordinação atual de que são vítimas é o resultado de séculos de marginalização. Essa leitura crítica do passado contido no capítulo, apresenta e prevê os desafios contemporâneos, já que evidencia que as políticas públicas atuais são produto desse contexto histórico que ignora as interseccionalidades, perpetuando assim a exclusão e violência contra as indígenas.

Por seu lado, o segundo capítulo enfatiza a exclusão histórica das mulheres indígenas tanto no âmbito estatal como dentro das organizações do movimento indígena. Ao longo do capítulo se descreveram os papéis fundamentais desempenhados pelas mulheres indígenas nas lutas sociais, especialmente na resistência ao sistema latifundiário. Sem embargo, sua participação terminou sendo relegada a segundo plano e ignorada. Destacou-se figuras importantes dentro do movimento como Tránsito Amaguaña e Dolores Cacuango, que são só um exemplo de que as mulheres indígenas estiveram acompanhando as lutas, mas continuam sendo pouco reconhecidas como líderes legítimas.

A opressão que sofrem as mulheres indígenas é resultado do machismo e sua exclusão é fruto das ideias eurocentristas de rejeição aos indígenas; consequentemente, essas mulheres são vítimas das opressões de gênero e etnia. Essa dupla exclusão revela que a violência não opera apenas no campo das relações de gênero, mas se enraíza também nas hierarquias raciais historicamente construídas. O corpo da mulher indígena é simultaneamente racializado e sexualizado, sendo alvo de violências que não podem ser explicadas apenas pela lógica patriarcal, mas também pelo racismo estrutural. Sem deixar de lado os múltiplos fatores que as colocam em uma posição de vulnerabilidade, não se pode negar o fato de que tenham que lutar em duas frentes faz com que sua situação seja difícil. Não obstante, sua história é de resiliência e conquista e por isso é que têm conseguido construir espaços próprios de resistência e articulação política.

Por fim, o capítulo expõe que as organizações de mulheres indígenas têm conseguido crescer com o passar do tempo e apesar dos múltiplos obstáculos estruturais que têm que enfrentar. Desse modo, suas demandas não se resumem só à igualdade de gênero, mas também às suas especificidades culturais e direitos coletivos. Consequentemente, se faz urgente que o Estado reconheça sua importância tanto política como socialmente, para assim criar mecanismos efetivos que garantam sua inclusão a partir de uma perspectiva interseccional.

Por sua vez, o terceiro capítulo, visibilizou que a violência de gênero é um fenômeno com origens históricas e bases estruturais que se sustenta em normas culturais

patriarcais e políticas públicas ineficientes. Os dados expostos exibem que as políticas públicas atuais não contam com uma estratégia de prevenção eficaz e que leve em conta as múltiplas vulnerabilidades de uma mulher indígena. Especialmente nos casos de violência as estatísticas mostram que são as mais afetadas pelas formas de violência, particularmente quando se entrelaçam com o racismo, pobreza e exclusão territorial.

Ao longo do capítulo se expuseram as informações quantitativas que revelam que as mulheres indígenas são prejudicadas em cada um dos cenários nos quais habitam, mas também são alvos em conflitos extrativistas e de exploração de recursos. Igualmente, verifica-se que a violência gineco-obstétrica e violência sexual, são mais frequentes em mulheres indígenas, as quais enfrentam vários desafios ao momento de se apresentar na justiça, indígena ou ordinária. Tudo isso as coloca em uma posição mais vulnerável, além da situação do país perante o aumento do crime organizado, o qual tem implicado novos riscos de segurança.

Igualmente, contou-se com os testemunhos de mulheres indígenas, as quais contribuíram compartilhando sobre suas experiências dentro das suas comunidades, sobre o papel das mulheres indígenas, as dinâmicas de gênero e a situação da violência. A escolha das entrevistadas foi intencional, pois cada uma delas ocupa um cargo de liderança dentro das suas comunidades, representam as diferentes regiões do país e tem tido contato com outras mulheres. Dessa maneira, analisou-se suas vivências e mostrou-se que o racismo e machismo persistente contribuem na violência à qual são expostas, que o sistema de justiça tem sido ineficiente para atender suas demandas e que, por conseguinte, a interseccionalidade não tem sido aplicada com sucesso.

Com essas considerações, ficou claro que a violência de gênero e as políticas desenvolvidas para combatê-la não podem se basear em abordagens universalistas e descontextualizadas. A complexidade das experiências das mulheres demanda políticas públicas com enfoque interseccional, que levem em consideração os fatores estruturais e históricos que agravam sua condição. Sem esse devido reconhecimento, o mais provável é que o Estado continue perpetuando a violência, no lugar de preveni-la.

O capítulo final ofereceu um olhar crítico sobre a interseccionalidade e sua ausência nas políticas voltadas para o combate à violência, pois deixam de lado as realidades específicas como as das mulheres indígenas. O capítulo iniciou com uma revisão teórica de autoras mulheres como Crenshaw, Hill Collins, Segato e Hernández Castillo, para entender que as opressões às quais as mulheres estão sujeitas não são isoladas, mas sim sobrepostas e reforçadas entre si. O fato de ignorar essas situações faz com que o sistema falhe na proteção e no empoderamento que deveria garantir segundo a lei.

Embora o Equador conte com um amplo arcabouço legal e constitucional de normas progressistas e tenha ratificado tratados importantes na matéria de violência de gênero e direitos das mulheres, a efetividade das normas se vê limitada quando não existe reconhecimento da diversidade interna das categorias de mulheres existente. Não há, no contexto pluricultural e plurinacional equatoriano, algo similar a uma mulher universal. Sem embargo, as políticas de gênero continuam excluindo as realidades das mulheres indígenas e outras, que carregam com questões adicionais como racismo, colonialismo e conflitos territoriais.

O capítulo conclui que a perspectiva interseccional não tem sido aplicada efetivamente nos instrumentos usados para a formulação de políticas públicas, sustentado nas declarações da subsecretaria e na avaliação das pesquisas existentes no tema. Nessa linha, chama-se a atenção em que para combater a violência de gênero, pois é importante aplicar a interseccionalidade não só como uma ferramenta analítica, mas também como um critério para sua estruturação. Isso implica reconhecer que existem múltiplas formas de discriminação, coletar dados de forma desagregada e garantir a participação de mulheres indígenas nos processos de decisão.

Desse modo, na presente pesquisa se cumpriram com os objetivos de analisar se as políticas públicas contra violência de gênero para o caso de mulheres indígenas considera a perspectiva interseccional na sua formulação. Ao longo da investigação se expuseram fatos históricos, dados qualitativos e entrevistas que reforçaram a importância da interseccionalidade, com o objetivo de promover a igualdade de direitos e uma vida livre de violência. Nesse sentido, descreveu-se a realidade social, política e cultural do Equador com ênfase na marginalização histórica dos grupos indígenas e das mulheres em particular. Igualmente, explorou-se a complexidade da situação das mulheres, considerando as intersecções de etnia, classe, gênero e território, para assim destacar a importância das políticas públicas com ênfase interseccional.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Luis (org). **Política Pública**. México: Siglo XXI editores S.A. de C.V., 2010. *E-book*. Disponível em: https://gc.scalahed.com/recursos/files/r161r/w25351w/M1AP113_S4_AGUILAR.pdf Acesso em 16 mai. 2025.

ALIANZA POR LOS DERECHOS HUMANOS ECUADOR (ADDHH). **Informe de situación de Derechos Humanos en el primer año del gobierno de Guillermo Lasso y del Paro Nacional 2022**. Quito, dic. 2022. Surkuna: Informe de la Situación de Derechos Humanos en el primer año de gobierno de Guillermo Lasso y del Paro Nacional en Ecuador 2022. Disponível em: <https://surkuna.org/recurso/informe/> Acesso em: 11 mar. 2025.

ALTMANN, Philipp. Una breve historia de las organizaciones del Movimiento Indígena del Ecuador. **Antropología. Cuadernos de Investigación**, Quito, n° 12, 2013. Disponível em: <https://www.cuadernosdeantropologia-puce.edu.ec/index.php/antropologia/article/view/76/64> Acesso em: 25 mar. 2025.

ANTÓN, John. La categoría de “afroecuatoriano” y los rasgos de autoidentificación étnica en censos y encuestas de Ecuador. **Revista Latino-americana de Población**, v. 2, n. 3, p. 89-104, 2008. Disponível em: <https://revistarelap.org/index.php/relap/article/view/231> Acesso em: 09 abr. 2025.

ARBOLEDA, María. **Levantado el velo: Estudio sobre acoso y violencia política en contra de las mujeres autoridades públicas electas a nivel local en Ecuador**. Quito: ONU Mujeres, AMUME, 2012. Disponível em: <https://americainagenera.org/pagina-centro-de-recursos/levantando-el-velo-estudio-sobre-acoso-y-violencia-politica-en-contra-de-las-mujeres-autoridades-publicas-electas-a-nivel-local-en-ecuador/> Acesso em: 09 abr. 2025.

AYALA, Enrique. **Resumen de Historia del Ecuador**. Quito: Corporación Editora Nacional, 2008. *E-book*. Disponível em: <https://www.bing.com/ck/a?!&&p=e7ac7de3eb3c54d063809ec26efb6c5f4330304f6bba18c4fbba4351bd95ee04JmltdHM9MTczOTgzNjgwMA&ptn=3&ver=2&hsh=4&fclid=0a536628-9f2e-6572-3403-73469e7e6480&psq=RESUMEN+DE+HISTORIA+DEL+ECUADOR+pdf&u=a1aHR0cHM6Ly9yZXBvc2l0b3Jpby51YXNiLmVkdS5lYy9iaXRzdHJlYW0vMTA2NDQvODM2LzEvQVIBTEFFLUNPTjAwMDEtUkVTVU1FTi5wZGY&ntb=1> Acesso em: 18 fev. 2025.

BARRIONUEVO, María de los Ángeles. Situación de las Mujeres Amazónicas y Salvaguardas Sociales y Ambientales para RED++. In: Ministerio del Ambiente; Ministerio de Agricultura y Ganadería (org.). **Diagnóstico de la Situación de Mujeres Indígenas**. Quito: Ministerio del Ambiente y Agua, et al., p. 20-41, 2019. Disponível em: <https://www.proamazonia.org/wp-content/uploads/2020/07/Diagnostico-de-mujeres-Amazonicas-3.pdf> Acesso em: 02 abr. 2025

BAUER, Daniel. Emergent Identity, Cultural Heritage, and El Mestizaje: Notes from the Ecuadorian Coast. **Journal of Latin American Cultural Studies**, v. 21, n. 1, p. 103–121, 2012.

Disponível em:
<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13569325.2011.652601?scroll=top&needAccess=true> Acesso em: 02 abr. 2025

BECK, Scott; KENNETH, Mijeski; MEAGAN, Stark. ¿Qué Es Racismo?: Awareness of Racism and Discrimination in Ecuador. **Latin American Research Review**, Pittsburg, v. 46, n. 1, p. 102–25, set. 2011.

BECKER, Marc. **Class and Ethnicity in the Canton of Cayambe: The Roots of Ecuador's Modern Indian Movement**. 1997. Tesis (Doutorado em Filosofia). Disponível em: <http://www.yachana.org/research/diss.pdf> Acesso em: 25 mar. 2025

BENAVIDES, Ana; HERRERA; Boris. Mujeres indígenas y representación política en Ecuador. Un análisis comparado entre lo local y lo nacional. **Democracia**, vol. 13, p. 79-105. 2024. Disponível em:
<https://revistainstitutodemocracia.com/index.php/democracias/article/download/93/108/632> Acesso em: 11 mai. 2025.

BONILLA, Adrián; MANCERO, Mónica. “Venimos a luchar por el pueblo, no por el poder”: el levantamiento indígena y popular en Ecuador 2019. In: PARODI, C; STICOTTI, N. (ed.). Ecuador: la insurrección de octubre. Quito: CLACSO, 2020. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv1gm016x.41> Acesso em: 10 mar. 2025.

CALERO; Patricia; MENDOZA, Catalina. Barreras en el empoderamiento y autonomía física de las mujeres amazónicas. In: Ministerio del Ambiente; Ministerio de Agricultura y Ganadería (org.). **Diagnóstico de la Situación de Mujeres Indígenas**. Quito: Ministerio del Ambiente y Agua, et al., p. 42-67, 2019. Disponível em: <https://www.proamazonia.org/wp-content/uploads/2020/07/Diagnostico-de-mujeres-Amazonicas-3.pdf> Acesso em: 02 abr. 2025

CARRIÓN, Benjamín. **Cartas al Ecuador**. Quito: Prensas de la editorial Gutenberg, 1932.

CENTRO DE ESTUDIOS DE POBLACIÓN Y DESARROLLO SOCIAL (CEPAR). Ecuador ENDEMAIN-99. Informe General. 2001. Disponível em: https://microdata.worldbank.org/index.php/catalog/997/study-description#study_desc1684332949622 Acesso em: 13 mai. 2025.

CENTRO DE ESTUDIOS DE POBLACIÓN Y DESARROLLO SOCIAL (CEPAR). ENDEMAIN 2004. Informe final. 2005. Disponível em: Acesso em: 13 mai. 2025. (a)

CENTRO DE ESTUDIOS DE POBLACIÓN Y DESARROLLO SOCIAL (CEPAR). ENDEMAIN 2004. Cuestionario de Selección de la MEF a entrevistar. 2005. Disponível em: Acesso em: 13 mai. 2025. (b)

CENTRO PARA EL DESARROLLO Y LA INVESTIGACIÓN DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES DEL ECUADOR (CEDIME). **Participación Política y Liderazgo de las Mujeres Indígenas en América Latina**. México D.F.: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2010. E-book. Disponível em: <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/mx/UNDP-MX-DemGov-PPYD-ECUADOR-2013.pdf> Acesso em: 08 abr. 2025.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. A Black feminist statement. *In*: McCARTHY, Timothy Patrick; McMILLIAN, John (Eds.). **The radical reader: a documentary history of the American radical tradition**. New York: The New Press, 2003. p. 511-516.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS (CIDH). **Las mujeres indígenas y sus derechos humanos en las Américas**. ser. L, v. II, 2017. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/mujeresindigenas.pdf> Acesso em: 19 jul. 2024.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA (CEPAL). **Los pueblos indígenas en América Latina**. Avances en el último decenio y retos pendientes para la garantía de sus derechos. Santiago: Naciones Unidas, 2014.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **Mujeres afrodescendientes en América Latina y el Caribe: deudas de igualdad**. Santiago: Editorial CEPAL, 2018. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/43746-mujeres-afrodescendientes-america-latina-caribe-deudas-igualdad> Acesso em: 07 mai. 2025

CONFEDERACIÓN DE NACIONALIDADES INDÍGENAS DEL ECUADOR (CONAIE). **Demandas de la movilización nacional, popular y plurinacional**. Quito, 27 jun. 2022. Conaie.org. Disponível em: <https://conaie.org/2022/06/20/demandas-de-la-movilizacion-nacional-popular-y-plurinacional/> Acesso em: 11 mar. 2025.

CONFEDERACIÓN DE NACIONALIDADES INDÍGENAS DEL ECUADOR (CONAIE). Historia Organizaciones Indígenas en nuestro país. [Quito] 19 jul. 2014. Disponível em: <https://conaie.org/2014/07/19/historia-conaie/> Acesso em: 24 mar. 2025.

CONSEJO NACIONAL PARA LA IGUALDAD DE GÉNERO (CNIG). **La violencia de género contra las mujeres en el Ecuador: Análisis de los resultados de la Encuesta Nacional sobre Relaciones Familiares y Violencia de Género contra las Mujeres**. Quito: El Telégrafo, 2014. *online*. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/violencia_de_gnero_ecuador.pdf Acesso em: 04 abr. 2025.

CÓRDOVA, Luis; ESPÍN María; MARX, Janaina; ESPINOZA, Hernán; PAULA, Christian; MORALES, Fernanda. **Ecuador en llamas: ¿Qué conflictos mirar en 2025? Llamas: Observatorio Ecuatoriano de Conflictos**. Quito, 2024. *E-book*. Disponível em: https://www.bivica.org/files/7154_Ecuador%20en%20llamas_18.11_compressed.pdf Acesso em: 09 abr. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**. Chicago, v. 1989, Iss. 1, p. 139- 167, 1989.

CRUZ, Edwin. **Movimientos Indígenas, identidad y nación en Bolivia y Ecuador**. Una genealogía del Estado Plurinacional. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2012. *E-book*. Disponível em: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/53579.pdf>. Acesso em 24 fev. 2025.

CUBILLOS, Javiera. La importancia de la interseccionalidad para la investigación feminista. **Oxímora Revista Internacional de Ética y Política**. [S. l.], n. 7, p. 119–137, 2015. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/oximora/article/view/14502>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CUMES, Aura. Multiculturalismo, género y feminismos: mujeres diversas, luchas complejas. In: PEQUEÑO, Andrea. **Participación y políticas de mujeres indígenas en contextos latinoamericanos recientes**. Quito: FLACSO, 2009. p. 29- 52.

DA SILVA, Larissa; REIS, Ana. JATARISHUN: revoltas indígenas camponesas do Equador e Bem Viver. Caderno CRH, Salvador, n. 35, jun. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/3YsWjCbkrPbN9RBb54rx3gr/> Acesso em: 14 mar. 2025.

DÁVALOS. Pablo. Neoliberalismo, austeridad y resistencia social: la movilización indígena de Ecuador de junio de 2022. United Kingdom: Yeiya, Revista de Estudios Críticos. SSN: 2634-3568 versão *online*. Disponível em: <https://www.ceeol.com/search/viewpdf?id=1101138> Acesso em 16 mar. 2025.

EQUADOR. **Código Orgánico Organización Territorial Autonomía Descentralización**. Registro Oficial Suplemento 303 de 19 out 2010.

EQUADOR, [Constituição (2008)]. **Constituição da República do Equador**. Decreto Legislativo 0 Registro Oficial 449 de 20 outubro de 2008. Última modificação: 25 de janeiro de 2021

EQUADOR. **Resolução No. SDH-SDH-2021-0001-R**. Expede o “Estatuto de Gestión Organizacional por Procesos de la Secretaría de Derechos Humanos”. Quito: Secretaria de Derechos Humanos, [2021]. Disponível em: <https://www.derechoshumanos.gob.ec/wp-content/uploads/2021/01/SDH-SDH-2021-0001-R.pdf> Acesso em: 05 mai. 2025.

FIALLO, Liliam. El derecho humano a una vida libre de violencia para las mujeres indígenas en el marco del pluralismo jurídico. Análisis de sus tensiones en Ecuador. **Confluenze Revista di studi Iberoamericani**, Bologna, v. X, n. 2, 2018. Disponível em: <https://confluenze.unibo.it/article/view/8877> Acesso em: 08 abr. 2025.

FIGUEROA, Dolores. Mujeres Indígenas del Ecuador: La larga marcha por el empoderamiento y la formación de los liderazgos. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies/ Revue Canadienne Des Études Latino- Américaines et Caraïbes**. v. 43, no. 2, p. 253-276, jul. 2018.

FISCALIA GENERAL DEL ESTADO (FGE). **Analítica. Estadísticas de muertes de mujeres en contexto delictivo**. Quito, 2025. Online. Disponível em: <https://www.fiscalia.gob.ec/analitica-muertes-de-mujeres-en-contexto-delictivo/> Acesso em: 09 abr. 2025.

FONDO PARA EL DESARROLLO DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (FILAC); ONU MUJERES. Derechos de las Mujeres Indígenas A 25 años de la Declaración de Beijing. La Paz: Observatorio Regional de Derechos de los Pueblos Indígenas, 2021. Online. Disponível em:

<https://lac.unwomen.org/es/digiteca/publicaciones/2021/03/derechos-de-las-mujeres-indigenas> Acesso em: 28 abr. 2025.

GONZÁLEZ, Leila. **Por un feminismo afro-latino-americano**. Ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HERNÁNDEZ, Aída. **Multiple InJustices: Indigenous Women, Law, and Political Struggle in Latin America**. Arizona: University of Arizona Press, 2016.

HILL, Patricia. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. 2^{da} ed. New York: Routledge, 1990.

HILL, Patricia. Intersectionality's Definitional Dilemmas. *Annual Review of Sociology*, v. 41, p. 1-20, ago. 2015.

HOWLETT, Michael. **Designing public policies: principles and instruments**. Oxon: Routledge, 2011.

IGUALTATS CONECTADES. Guia para incorporar la interseccionalidad en las politicas locales. 2019. Online. Disponível em: <https://igualtatsconnect.cat/wp-content/uploads/2019/06/Publicacion-Igualtats-Connect-ES-1.pdf> Acesso em: 22 mai. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS Y CENSOS (INEC). **Censo Ecuador "Cuenta conmigo" 2022**. Disponível em https://inec.censoecuador.gob.ec/public/Boletin_Segunda_Entrega_marzo_2024.html. Acesso em: 15 abr. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INEC); SECRETARÍA NACIONAL DE PLANIFICACIÓN Y DESARROLLO (SENPLADES). **Encuesta Nacional de Relaciones Familiares y Violencia de Género contra las Mujeres Noviembre 2011**. Quito: INEC, 2011. *online*. Disponível em: <https://anda.inec.gob.ec/anda/index.php/catalog/94/study-description> Acesso em: 04 abr. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS Y CENSOS (INEC). **Encuesta Nacional sobre Relaciones Familiares y violencia de Género contra las mujeres (ENVIGMU)**. Quito: INEC, 2019(a). *online*. Disponível em: https://www.ecuadorencifras.gob.ec/documentos/web-inec/Estadisticas_Sociales/Violencia_de_genero_2019/Principales%20resultados%20ENVIGMU%202019.pdf Acesso em: 04 abr. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INEC). **Encuesta nacional sobre relaciones familiares y violencia de género contra las mujeres (ENVIGMU)**. Boletín. Quito: INEC, 2019(b). *online*. Disponível em: <https://www.ecuadorencifras.gob.ec/violencia-de-genero/> Acesso em: 04 abr. 2025

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS Y CENSOS (INEC). **Censo Ecuador. Cuenta conmigo 2022**. Quito: INEC, 2022. *online*. Disponível em: https://www.censoecuador.gob.ec/public/Boletin_Nacional.htm Acesso em: 04 abr. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INEC). **Encuesta nacional sobre relaciones familiares y violencia de género contra las mujeres (ENVIGMU)**. Boletín. Quito: INEC, 2019(b). *online*. Disponível em: <https://www.ecuadorencifras.gob.ec//violencia-de-genero/> Acesso em: 04 abr. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INEC). **Principales resultados de la Encuesta Nacional de Empleo, Desempleo y Subempleo- Anual**. Quito: INEC, 2024. *online*. Disponível em: <https://www.ecuadorencifras.gob.ec/enemdu-anual/> Acesso em: 03 mai. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INEC). **Sistema de Encuesta de Hogares Encuesta Nacional sobre Relaciones Familiares y Violencia de Género contra las Mujeres – Noviembre – 2011**. Formulario 2. Quito, 2012 (a). Disponível em: https://anda.inec.gob.ec/anda/index.php/catalog/94/related_materials Acesso em: 04 abr.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INEC). **Sistema de Encuesta de Hogares Encuesta Nacional sobre Relaciones Familiares y Violencia de Género contra las Mujeres – Noviembre – 2011**. Formulario 3. Quito, 2012 (b). Disponível em: https://anda.inec.gob.ec/anda/index.php/catalog/94/related_materials Acesso em: 04 abr.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INEC). **Sistema de Encuesta de Hogares Encuesta Nacional sobre Relaciones Familiares y Violencia de Género contra las Mujeres – Noviembre – 2011**. Formulario 4. Quito, 2012 (c). Disponível em: https://anda.inec.gob.ec/anda/index.php/catalog/94/related_materials Acesso em: 04 abr.

IBARRA, Alexia. **ESTRATEGIAS DEL MESTIZAJE**. Quito a finales de la época colonial. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2002. E-book. ISBN: 9978-22-263-4. Disponível em: https://digitalrepository.unm.edu/abya_yala/324/ Acesso em: 14 fev. 2025.

JAIME, Fernando; DUFOUR, Gustavo; ALESSANDRO, Martín; AMAYA, Paula. **Introducción al análisis de políticas públicas**. Buenos Aires: Universidad Nacional Arturo Jauretche, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://www.unaj.edu.ar/wp-content/uploads/2017/02/Pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas2013.pdf> Acesso em: 16 mai. 2025

LAISNER, Regina. **Avaliação de Políticas Públicas na perspectiva da interseccionalidade**. Nau Social, 14(26), pp. 1341-1354. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/53874> Acesso em 10 mai. 2025.

LARREA, Carlos, *et al.* **Pueblos indígenas, desarrollo humano y discriminación en el Ecuador**. Quito: Abya-Yala, 2007.

LIMA, Rosa; LEITE, Luciana; AGUIAR, Rafael. **Políticas Públicas: introdução**. Porto Alegre: Jacarta, pp. 48-85, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/223410> Acesso em 16 mai. 2025

LOAIZA, Yalilé. Guillermo Lasso: “Un expresidente sentenciado por corrupción, que vive prófugo en Bélgica, busca alterar el orden público”. Entrevistadora: Yalilé Loaiza. **Infobae**, jul. 2022 Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2022/07/08/guillermo-lasso-un-ex-presidente-sentenciado-por-corrupcion-que-vive-profugo-en-belgica-busca-alterar-el-orden-publico/> Acesso em: 14 mar. 2025.

MACAS, Luis. El levantamiento indígena visto por sus protagonistas. *In*: ALMEIDA, Ileana. **Indios**. Una reflexión sobre el levantamiento indígena de 1990. 2a ed. Quito: Abya-Yala, 1992.

MARX, Janaina; ESPINOZA, Hernán; MORALES, Joselyn; SALDAÑA, Melany; HIDALGO, Carlos; GODOY, Irina; e CADENA, Claudia. Ecuador en conflicto: metodología para la sistematización de las acciones colectivas protagonizadas por el movimiento indígena ecuatoriano. *In*: ORTIZ, Pablo et al., Diálogos para la paz: miradas desde la diversidad, 2024. Disponible em: <https://dspace.ups.edu.ec/bitstream/123456789/29221/13/Ecuador%20en%20conflicto.pdf> Acesso em: 15 mar. 2025.

MÉNDEZ, Georgina. **Uniendo y abriendo caminos: La actoría política de las mujeres indígenas en el movimiento indígena ecuatoriano**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciencias Sociais). Disponible em: TFLACSO-2009GMT.pdf Acesso em: 25 mar. 2025

MINISTERIO DE LA MUJER Y DERECHOS HUMANOS. Subsecretaría Prevención y Erradicación de la Violencia contra Mujeres, Niñas, Niños y Adolescente. Quito, 202?. Online, Disponible em: <https://www.derechoshumanos.gob.ec/subsecretaria-prevencion-y-erradicacion-de-la-violencia-contramujeres-ninas-ninos-y-adolescentes/> Acesso em: 21 mai. 2025.

Naciones Unidas. Oficina de la Alta Comisionada de la ONU para los Derechos Humanos Naciones Unidas. Bachelet: Los disturbios en Ecuador tuvieron un alto costo humano. Noticias ONU. [S.I.], 29 nov. 2019. Noticia. Disponible em: <https://news.un.org/es/story/2019/11/1466011> . Acessado em: 08 mar. 2025.

OBSERVATORIO ECUATORIANO DE CRIMEN ORGANIZADO (OECO). Caracterización del Crimen Organizado. Quito: OECO, 2023. Relatório *online*. Disponible em: <https://oeco.pdf.org/wp-content/uploads/2023/09/Caracterizacion-Crimen-Organizado-Version-corta-V2.pdf> Acesso em: 28 abr. 2025.

O' Connor, Erin. **Género, indígenas y nación: las contradicciones de construir el Ecuador, 1830-1925**. Quito: Editorial Abya-Yala, 2016. Digitalia. Disponible em: <https://www-digitaliapublishing-com.ezbiblio.usfq.edu.ec/a/58965> Acesso em: 25 mar. 2025

ONU MUJERES. Estudio cualitativo sobre el impacto del crimen organizado en mujeres, niñas y adolescentes. Quito, 2024. *online*. Disponible em: <https://ecuador.unwomen.org/es/digital-library/publications/2024/12/estudio-cualitativo-sobre-el-impacto-del-crimen-organizado-en-mujeres-ninas-y-adolescentes> Acesso em: 28 abr. 2025.

ONU MUJERES ECUADOR. **Estudio violencia política contra las mujeres en Ecuador**. Quito, 2019. Relatório *online*. Disponible em: <chrome-extension://efaindbmnnibpcajpcglefindmkaj/https://ecuador.unwomen.org/sites/default/files/Field%20Office%20Americas/Documentos/Publicaciones/2019/12/VIOLENCIA%20POLITICA%20Baja.pdf> Acesso em: 18 abr. 2024.

ONU MUJERES ECUADOR. **Mujeres indígenas. Perfil de País Según la Igualdad de Género**. Quito: LAINCRE S.A., 2023. *Online*. Disponible em:

<https://ecuador.unwomen.org/es/digital-library/publications/2022/12/perfil-de-pais-segun-igualdad-de-genero-ecuador> Acesso em: 18 abr. 2025.

ORDOÑEZ, María. La formación histórica de la nación ecuatoriana: De la matriz colonial a la plurinacionalidad. **Intus-Legere Historia**, Santiago, v. 17, no. 2, p. 18-205, 2023

OSPINA, Pablo. El Paro Nacional de junio 2022 ¡Otra vez la CONAIE! **ECUADOR DEBATE**, Quito, n. 116, ago. 2022. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/18826/1/REXTN-ED116-01-Ospina.pdf> Acesso em: 11 mar. 2025.

OVIEDO, Alexis. Ecuador: racismo y discriminación étnica en el vaivén de la política pública. **Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública**, FLACSO Sede Ecuador, v. 9, n. 2, p. 111-133. 2022.

PAZ Y MIÑO, Juan. Ecuador: el levantamiento indígena y popular de octubre 2019. In: *Luchas sociales, justicia contextual y dignidad de los pueblos*, ed. Ricardo Salas. Santiago: Ariadna Ediciones, 2020. Disponível em: <https://books.openedition.org/ariadnaediciones/6194#bodyftn1> Acessado em: 08 mar. 2025.

PICQ, Manuela. **Vernacular Sovereignties: Indigenous Women Challenging World Politics**. Tucson: University of Arizona Press, 2018. Ebook. Disponível em: ProQuest Ebook Central, <https://ebookcentral-proquest-com.ezbiblio.usfq.edu.ec/lib/usfq/detail.action?docID=5288323>. Acesso em: 23 mar. 2024.

PICQ, Manuela. Where Did the Women Go? Gender Inequalities in Ecuador's Ethno-Politics. In: BARBERA, Rosemary; STEVENSON, Linda (ed). **Social Development Issues**. Chicago: International Consortium for Social Development, v. 36, n. 3, 2014. p. 92-107.

PICQ, Manuela. Inventing Rights of Our Own: Women Transcending the Opposition Between the Indigenous and the Universal. In: LEHMANN, David (ed.). **The Crisis of Multiculturalism in Latin America**. Londres: Palgrave Macmillan New York, 2016. p. 133-153

PICQ, Manuela ; SOFIO, Séverine. Porter le genre dans la culture : femmes et interlégalité en Équateur. **Cahiers du Genre**, n° 54, p.205-226. 2013 Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-cahiers-du-genre-2013-1-page-205?lang=fr>. Acesso em: 02 abr. 2025

PRIETO, Mercedes. **Estado y colonialidad. Mujeres y familias quichuas de la Sierra del Ecuador, 1925-1975**. Quito: FLACSO Ecuador, 2015. *E-book*. Disponível em: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/140339-opac> Acesso em: 03 abr. 2025.

PRIETO, Mercedes. El liderazgo de las mujeres indígenas: tendiendo puentes entre género y etnia. In: CERVONE, Emma, et. al. **Mujeres contracorriente**. Quito: CEPLAES, 1998.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO (PNUD), **Participación política de las mujeres de pueblos y nacionalidades indígenas, afroecuatorianas y montubias de Ecuador. Proyecto de Apoyo al Ciclo Electoral en Ecuador 2020 - 2023**. Manthra Comunicación ed. Ecuador: Manthra Comunicación, 2023.

Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-08/resumen_participacion_politica_impresion_6.pdf. Acesso em: 18 abr. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In*: ASSIS, D. (ed.) **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014. (a)

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. *In*: ASSIS, D. (ed.) **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014. (b)

RADCLIFFE, Sarah. El género y la etnicidad como barreras para el desarrollo: Mujeres indígenas, acceso a recursos en Ecuador en perspectiva latinoamericana. **Revista Utopía**, Quito, n.5, p. 11-34, ago.2014.

ROTH, André-Noel. **Políticas Públicas**. Formulación, Implementación y Evaluación. Bogotá: Ediciones Aurora, 2022. Disponível em: https://polpublicas.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/08/roth_andre-politicas-publicas-libro-completo.pdf Acesso em: 21 mai. 2025.

ROTIMAN, Karem; OVIEDO, Alexis. Mestizo Racism in Ecuador. **Ethnic and Racial Studies**, v. 40, n. 15, p. 2768-2786. 2016.

ROITMAN, Karem. **Race, Ethnicity, and Power in Ecuador: The Manipulation of Mestizaje**. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 2009. Disponível em: <https://ebookcentral-proquest-com.ezbiblio.usfq.edu.ec/lib/usfq/detail.action?docID=3329010>. Acesso em: 11 jun. 2024.

SALGADO, Judith. El reto de la igualdad: género y justicia indígena. *In*: BOAVENTURA, Santos; GRIJALVA, Agustín. **Justicia indígena, plurinacionalidad e interculturalidad en Ecuador**. Quito: Ediciones Abya Yala, 2012. p. 243-278.

SARZOSA, Lenin (comp.). **Manual de Justicia Indígena. Movimiento Indígena y Campesino de Cotopaxi MCC- Pueblo Panzaleo**. Cotopaxi: Movimiento Indígena y Campesino de Cotopaxi – MICC, 2018.

SEDE NACIONAL CASA DE LAS CULTURAS. Montubios. Jun. 2020 [online]. Disponível em: <https://casadelacultura.gob.ec/postnoticias/montubios/#:~:text=Su%20origen%20se%20sit%C3%BAa%20en,de%20Independencia%20hasta%20la%20actualidad> Acesso em: 02 mai. 2025

SEGATO, Rita. **Las estructuras elementales de la violencia**. Ensayos sobre el género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. 1a ed., Buenos aires: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2003.

SHARIFPOUR, Shabnam. **Guardians of Life: Making Sense of Gender Equality and Women's Activism Within Ecuador's Indigenous Movement**. 2016. Dissertação (Mestrado

em International Development and Management). Disponível em: <https://lup.lub.lu.se/luur/download?fileId=8885570&func=downloadFile&recordId=8885569> Acesso em: 07 abr. 2025.

VACACELA, Salomé; MIDEROS, Andrés. Identificación de los factores de riesgo de violencia de género en el Ecuador como base para una propuesta preventiva. **Desarrollo y Sociedad**, n. 91, pp. 111-142, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1691/169171601004/> Acesso em 4 mai. 2025.

WHITTEN, Norman. Conferencia magistral Los paradigmas mentales de la conquista y el nacionalismo: La formación de los conceptos de las “razas” y las transformaciones del racismo. In: CERVONE, Emma y RIVERA, Freddy. (ed.) **Ecuador racista: Imágenes e Identidades**. Quito: FLACSO, 1999. p. 45-70.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, estado, sociedad luchas (de)coloniales de nuestra época**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2009.

WALSH, Catherine. “Raza”, MESTIZAJE Y PODER: HORIZONTES COLONIALES PASADOS Y PRESENTES. In: HERRERA, Gioconda. (ed.). **Antología del pensamiento crítico ecuatoriano contemporáneo**. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 411-436.

WHITEN, Norman., WHITTEN, Scott. **Histories of the present**. People and Power in Ecuador. Chicago: University of Illinois Press, 2011. *E-book*. Disponível em: https://ler.amazon.com.br/?asin=B0CW1G2S3R&ref=kwl_kr_iv_rec_1 Acesso em: 11 fev. 2025.

WORLD ECONOMIC FORUM (WEF). Global Gender Gap 2024. Insight Report June 2024 [Ginebra], 11 jun. 2024. World Economic Forum. Disponível em: https://www.weforum.org/publications/global-gender-gap-report-2024/in-full/benchmarking-gender-gaps-2024-2e5f5cd886/?_gl=1*1bj9zur*_up*MQ..*_gs*MQ..&gclid=Cj0KCQjwiLLABhCEARIsAJYS6umafynnmyh858GHJr_y68yOX9WzKK6mOBXxmDSIRZEV3vLvfmivVCgaAnNnEALw_wcB&gbraid=0AAAAAoVy5F69VKeDyrs-bTLLPOLjGslXN#country-coverage Acesso em: 26 abr. 2025.

ANEXOS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Violência baseada em gênero contra mulheres indígenas no Equador: a interseccionalidade para a elaboração de políticas públicas”, de responsabilidade de Valeria Elizabeth Rosales Andrade estudante de mestrado da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é analisar a formulação de políticas públicas contra a violência de gênero contra as mulheres indígenas no Equador, com ênfase na aplicação da perspectiva interseccional, com o objetivo de promover a igualdade de direitos e a proteção contra a violência. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, desde que você o solicite explicitamente, para que pseudônimos ou outros identificadores possam ser usados para ocultar sua identidade. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de uma entrevista. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa pode implicar em riscos tais como os contidos nas resoluções: Resolução nº 466/2012 e Resolução nº 510/2016. Estes riscos serão minimizados com as seguintes estratégias: assinatura de um TLC e o arquivo das gravações realizadas.

Espera-se com esta pesquisa deixar em evidencia a aplicação ou não da perspectiva interseccional na formulação de políticas públicas de violência de gênero para o caso de mulheres indígenas e identificar possíveis soluções para sua aplicação.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone +593 99502166 ou pelo e-mail valeriarosales8@gmail.com

A pesquisadora garante que os resultados do estudo serão usados unicamente para fins da pesquisa, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.



Assinado eletronicamente por:
**MARIA LUISA MORALES
CAPRAEZ**

Validar unicamente com FirmaEC

Assinatura do/da participante



Documento assinado digitalmente

VALERIA ELIZABETH ROSALES ANDRADE

Data: 30/07/2025 09:40:24-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do/da pesquisador/a

Brasília, 12 de maio de 2025

Término de consentimiento libre e informado

Se le invita a participar en la investigación «*Violência baseada em gênero contra mulheres indígenas no Equador: a interseccionalidade para a elaboração de políticas públicas*», realizada por Valeria Elizabeth Rosales Andrade, estudiante de maestría de la Universidad de Brasília. El objetivo de esta investigación es analizar la formulación de políticas públicas contra la violencia de género hacia las mujeres indígenas en Ecuador, con énfasis en la aplicación de la perspectiva interseccional, con el fin de promover la igualdad de derechos y la protección contra la violencia. Por lo tanto, me gustaría consultarle sobre su interés y voluntad de cooperar con la investigación.

Recibirá todas las explicaciones necesarias antes, durante y después de la finalización de la investigación, y le aseguro que su nombre no será revelado, siempre que así lo requiera de manera explícita, de manera que se pueda usar pseudónimos o algún otro identificador para ocultar su identidad. Los datos derivados de su participación en la investigación, como cuestionarios, entrevistas, cintas o filmaciones, serán conservados por el investigador responsable de la investigación.

Los datos se recogerán mediante entrevista. Se le invita a participar en estos procedimientos. Su participación en la investigación puede implicar riesgos como los contenidos en las resoluciones: Resolución N° 466/2012 y Resolución N° 510/2016. Estos riesgos serán minimizados con las siguientes estrategias: firma de un Término de consentimiento libre e informado y el archivo de las grabaciones realizadas.

Se espera que esta investigación evidencie la aplicación o no de la perspectiva interseccional en la formulación de políticas públicas sobre violencia de género en el caso de las mujeres indígenas e identifique posibles soluciones para su aplicación.

Su participación es voluntaria y libre de cualquier remuneración o beneficio. Usted es libre de negarse a participar, retirar su consentimiento o interrumpir su participación en cualquier momento. La negativa a participar no supondrá ninguna penalización ni pérdida de beneficios.

Si tiene alguna pregunta sobre la investigación, puede ponerse en contacto conmigo en el teléfono +593 99502166 o por correo electrónico en valeriarosales8@gmail.com

El investigador garantiza que los resultados del estudio se utilizarán exclusivamente con fines de investigación y podrán publicarse posteriormente en la comunidad científica.

Este documento se ha redactado en dos ejemplares, uno de los cuales quedará en poder del investigador y el otro en el suyo.



Firmado electrónicamente por:
**MARIA LUISA MORALES
APRAEZ**

Validar únicamente con FirmaBC

Firma de la participante



Documento assinado digitalmente

VALERIA ELIZABETH ROSALES ANDRADE

Data: 30/07/2025 09:41:10-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Firma de la investigadora

Brasília, 12 de mayo de 2025

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Violência baseada em gênero contra mulheres indígenas no Equador: a interseccionalidade para a elaboração de políticas públicas”, de responsabilidade de Valeria Elizabeth Rosales Andrade estudante de mestrado da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é analisar a formulação de políticas públicas contra a violência de gênero contra as mulheres indígenas no Equador, com ênfase na aplicação da perspectiva interseccional, com o objetivo de promover a igualdade de direitos e a proteção contra a violência. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, desde que você o solicite explicitamente, para que pseudônimos ou outros identificadores possam ser usados para ocultar sua identidade. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de uma entrevista. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa pode implicar em riscos tais como os contidos nas resoluções: Resolução nº 466/2012 e Resolução nº 510/2016. Estes riscos serão minimizados com as seguintes estratégias: assinatura de um TLC e o arquivo das gravações realizadas.

Espera-se com esta pesquisa deixar em evidencia a aplicação ou não da perspectiva interseccional na formulação de políticas públicas de violência de gênero para o caso de mulheres indígenas e identificar possíveis soluções para sua aplicação.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone +593 99502166 ou pelo e-mail valeriarosales8@gmail.com

A pesquisadora garante que os resultados do estudo serão usados unicamente para fins da pesquisa, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.



Firmado eletronicamente por:
ACHIK NINARI CHIMBA
SANTILLAN

Validar unicamente con FirmaEC

Assinatura da participante
Ninari Chimba

Documento assinado digitalmente
gov.br VALERIA ELIZABETH ROSALES ANDRADE
Data: 30/07/2025 09:45:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura da pesquisadora
Valeria Rosales

Brasília, 12 de maio de 2025

Por meio deste documento, eu, Ninari Chimba, autorizo o uso do meu nome e identificação para fins desta investigação.

Assinatura da participante
Ninari Chimba

Brasília, 12 de maio de 2025

Término de consentimiento libre e informado

Se le invita a participar en la investigación «*Violência baseada em gênero contra mulheres indígenas no Equador: a interseccionalidade para a elaboração de políticas públicas*», realizada por Valeria Elizabeth Rosales Andrade, estudiante de maestría de la Universidad de Brasilia. El objetivo de esta investigación es analizar la formulación de políticas públicas contra la violencia de género hacia las mujeres indígenas en Ecuador, con énfasis en la aplicación de la perspectiva interseccional, con el fin de promover la igualdad de derechos y la protección contra la violencia. Por lo tanto, me gustaría consultarle sobre su interés y voluntad de cooperar con la investigación.

Recibirá todas las explicaciones necesarias antes, durante y después de la finalización de la investigación, y le aseguro que su nombre no será revelado, siempre que así lo requiera de manera explícita, de manera que se pueda usar pseudónimos o algún otro identificador para ocultar su identidad. Los datos derivados de su participación en la investigación, como cuestionarios, entrevistas, cintas o filmaciones, serán conservados por el investigador responsable de la investigación.

Los datos se recogerán mediante entrevista. Se le invita a participar en estos procedimientos. Su participación en la investigación puede implicar riesgos como los contenidos en las resoluciones: Resolución N° 466/2012 y Resolución N° 510/2016. Estos riesgos serán minimizados con las siguientes estrategias: firma de un Término de consentimiento libre e informado y el archivo de las grabaciones realizadas.

Se espera que esta investigación evidencie la aplicación o no de la perspectiva interseccional en la formulación de políticas públicas sobre violencia de género en el caso de las mujeres indígenas e identifique posibles soluciones para su aplicación.

Su participación es voluntaria y libre de cualquier remuneración o beneficio. Usted es libre de negarse a participar, retirar su consentimiento o interrumpir su participación en cualquier momento. La negativa a participar no supondrá ninguna penalización ni pérdida de beneficios.

Si tiene alguna pregunta sobre la investigación, puede ponerse en contacto conmigo en el teléfono +593 99502166 o por correo electrónico en valeriarosales8@gmail.com

El investigador garantiza que los resultados del estudio se utilizarán exclusivamente con fines de investigación y podrán publicarse posteriormente en la comunidad científica.

Este documento se ha redactado en dos ejemplares, uno de los cuales quedará en poder del investigador y el otro en el suyo.

Firma de la participante
Ninari Chimba

Firma de la investigadora
Valeria Rosales

Brasília, 12 de mayo de 2025

Por medio de la presente, yo, Ninari Chimba, autorizo el uso de mi nombre e identificación para finalidades de esta investigación.

Firma de la participante
Ninari Chimba

Brasília, 12 de mayo de 2025

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Violência baseada em gênero contra mulheres indígenas no Equador: a interseccionalidade para a elaboração de políticas públicas”, de responsabilidade de Valeria Elizabeth Rosales Andrade estudante de mestrado da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é analisar a formulação de políticas públicas contra a violência de gênero contra as mulheres indígenas no Equador, com ênfase na aplicação da perspectiva interseccional, com o objetivo de promover a igualdade de direitos e a proteção contra a violência. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, desde que você o solicite explicitamente, para que pseudônimos ou outros identificadores possam ser usados para ocultar sua identidade. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de uma entrevista. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa pode implicar em riscos tais como os contidos nas resoluções: Resolução nº 466/2012 e Resolução nº 510/2016. Estes riscos serão minimizados com as seguintes estratégias: assinatura de um TLC e o arquivo das gravações realizadas.

Espera-se com esta pesquisa deixar em evidenciar a aplicação ou não da perspectiva interseccional na formulação de políticas públicas de violência de gênero para o caso de mulheres indígenas e identificar possíveis soluções para sua aplicação.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone +593 99502166 ou pelo e-mail valeriarosales8@gmail.com

A pesquisadora garante que os resultados do estudo serão usados unicamente para fins da pesquisa, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.



Assinatura da participante
Pakarina Gualinga



Assinatura da pesquisadora
Valeria Rosales

Brasília, 12 de maio de 2025

Por meio deste documento, eu, Pakarina Gualinga, autorizo o uso do meu nome e identificação para fins desta investigação.

A handwritten signature in blue ink that reads "Pakarina". The signature is written in a cursive, flowing style. It is positioned above a horizontal line.

Assinatura da participante
Pakarina Gualinga

12 de maio de 2025

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Violência baseada em gênero contra mulheres indígenas no Equador: a interseccionalidade para a elaboração de políticas públicas”, de responsabilidade de Valeria Elizabeth Rosales Andrade estudante de mestrado da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é analisar a formulação de políticas públicas contra a violência de gênero contra as mulheres indígenas no Equador, com ênfase na aplicação da perspectiva interseccional, com o objetivo de promover a igualdade de direitos e a proteção contra a violência. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, desde que você o solicite explicitamente, para que pseudônimos ou outros identificadores possam ser usados para ocultar sua identidade. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de uma entrevista. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa pode implicar em riscos tais como os contidos nas resoluções: Resolução nº 466/2012 e Resolução nº 510/2016. Estes riscos serão minimizados com as seguintes estratégias: assinatura de um TLC e o arquivo das gravações realizadas.

Espera-se com esta pesquisa deixar em evidencia a aplicação ou não da perspectiva interseccional na formulação de políticas públicas de violência de gênero para o caso de mulheres indígenas e identificar possíveis soluções para sua aplicação.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone +593 99502166 ou pelo e-mail valeriarosales8@gmail.com

A pesquisadora garante que os resultados do estudo serão usados unicamente para fins da pesquisa, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.



Assinatura da participante
Shirley Loor



Assinatura da pesquisadora
Valeria Rosales

Por meio deste documento, eu, Shirley Loor, autorizo o uso do meu nome e identificação para fins desta investigação.

A handwritten signature in blue ink that reads "Loor Shirley L.". The signature is written in a cursive style with a horizontal line under the first name "Loor".

Brasília, 12 de maio de 2025

Assinatura da participante
Shirley Loor

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Violência baseada em gênero contra mulheres indígenas no Equador: a interseccionalidade para a elaboração de políticas públicas”, de responsabilidade de Valeria Elizabeth Rosales Andrade estudante de mestrado da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é analisar a formulação de políticas públicas contra a violência de gênero contra as mulheres indígenas no Equador, com ênfase na aplicação da perspectiva interseccional, com o objetivo de promover a igualdade de direitos e a proteção contra a violência. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, desde que você o solicite explicitamente, para que pseudônimos ou outros identificadores possam ser usados para ocultar sua identidade. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de uma entrevista. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa pode implicar em riscos tais como os contidos nas resoluções: Resolução nº 466/2012 e Resolução nº 510/2016. Estes riscos serão minimizados com as seguintes estratégias: assinatura de um TLC e o arquivo das gravações realizadas.

Espera-se com esta pesquisa deixar em evidência a aplicação ou não da perspectiva interseccional na formulação de políticas públicas de violência de gênero para o caso de mulheres indígenas e identificar possíveis soluções para sua aplicação.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone +593 99502166 ou pelo e-mail valeriarosales8@gmail.com

A pesquisadora garante que os resultados do estudo serão usados unicamente para fins da pesquisa, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.



Assinatura da participante
Estefania Lalvay



Documento assinado digitalmente
VALERIA ELIZABETH ROSALES ANDRADE
Data: 30/07/2025 10:25:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura da pesquisadora
Valeria Rosales

Brasília, 12 de maio de 2025

Por meio deste documento, eu, Estefania Lalvay, autorizo o uso do meu nome e identificação para fins desta investigação.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Patricia Lalvay', is positioned above a horizontal line.

Assinatura da participante
Estefania Lalvay

Brasília, 12 de mayo de 2025